



# Percursos de um Arq-Vivo: entre arquivos e experiências na pesquisa em História da Educação

Dóris Bittencourt Almeida

O movimento organizado pela comunidade universitária, contra a intervenção na UFRGS, foi um sucesso. Nossa vitoriosa paralisação mostrou ao interventor e sua corja que a mentira e a hipocrisia é um aliado frágil para sustentar uma Reitoria. A mentira deslavada colocou a opinião pública contra o interventor mentiroso assim como contra qualquer político demagogo que promete e não cumpre.

Só que este a gente pode derrubar!

As assembléias demonstraram que os estudantes não são bobos e nem servem de massa de manobra. O estudante pensa e sabe reagir, sabe se organizar.

O Poder está podre. Este...

Percursos de um *Arq-Vivo*:  
entre arquivos e experiências na pesquisa em  
História da Educação

DÓRIS BITTENCOURT ALMEIDA

© Dóris Bittencourt Almeida, 2021

Todos os direitos reservados.

### **Produção Editorial**

Ronaldo Machado

### **Projeto gráfico**

Letra1

### **Diagramação**

Roberta Carvalho

### **Conselho Editorial**

Adriana Dorfman

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Anderson Zalewski Vargas

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Hernan Venegas Marcelo

*Universidade Federal da Integração Latino-Americana*

Marcelo Jacques de Moraes

*Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Márcio Silveira Lima

*Universidade Federal do Sul da Bahia*

Miriam Gárate

*Universidade Estadual de Campinas*

Regina Coeli Machado e Silva

*Universidade Estadual do Oeste do Paraná*

Regina Zilberman

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
BIBLIOTECÁRIA ALINE GRAZIELE BENITEZ, CRB-1/3129

Almeida, Dóris Bittencourt

Percursos de um *Arq-Vivo* : entre arquivos e experiências na  
pesquisa em história da educação / Dóris Bittencourt Almeida.

– 1. ed. – Porto Alegre: Editora Letra1, 2021. 164 p.

ISBN 978-65-87422-07-7

DOI 10.21826/9786587422077

1. Arquivos – Pesquisa 2. Educação – História – Fontes  
3. Memórias I. Título.

21-59317

CDD 370.9

**Letra1**

www.editoraletra1.com.br

CNPJ 12.062.268/0001-37

letra1@editoraletra1.com.br

(51) 3372 9222

Rua Lopo Gonçalves, 554 - Cidade Baixa

90050-350 Porto Alegre/RS

Percursos de um *Arq-Vivo*



Este livro contou com o apoio  
financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
(CAPES)

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>Prefácio</b><br>Maria Teresa Santos Cunha   | 5   |
| <b>Apresentação</b>  | 9   |
| <b>Parte I – “Raspas e restos me interessam”</b>   |     |
| 1 O Arquivo como questão<br>Uma morada para memórias em papel<br>Dimensões do guardar e do pesquisar em Arquivos     | 19  |
| 2 Pelas tramas das memórias orais: arquivar para <i>eternizar</i>  | 31  |
| 3 Entre cadernos, agendas, recortes, correspondências,<br>bilhetes...: sensibilidades em arquivos pessoais           | 41  |
| <b>Parte II – De memórias fizeram-se histórias ...</b>   |     |
| 4 Escrever, Recortar, Colar: “Acervo de vivências”<br>nos cadernos da professora Luzia (1989-2010)                   | 63  |
| 5 Papéis de uma professora polivalente: miradas para<br>as aulas de História (Colégio de Aplicação/UFRGS, 1978-1986) | 91  |
| 6 “ <i>Deixo inteira liberdade ...</i> ”: o arquivo pessoal do<br>professor Balduino Andreolla                       | 112 |
| 7 <i>Para não esquecer</i> : apontamentos de uma professora,<br>mãe, mulher e filha em agendas (1995-2014)           | 138 |
| <b>Posfácio</b><br>Maria Helena Camara Bastos  | 161 |
| <b>Sobre a autora</b>  | 163 |

DE ARQUIVOS PESSOAIS E DE  
ENCANTAMENTOS GERAIS: UM  
DESASSOMBRO SEM MEDIDA

... a importância de uma coisa não se mede com fita métrica. Nem com balança e nem com barômetro. A importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento, que a coisa produza em nós.

Manuel de Barros<sup>1</sup>

Um livro não é uma coisa que se meça com fita métrica, mas um livro pode comportar coisas que encantam como a capa, o tema, as imagens, as formas de letras. Bonito pensar que Dóris, a autora deste livro, se deslocou de Porto Alegre para Florianópolis, durante o ano de 2018 para uma formação acadêmica e para que, juntas, tivéssemos a sensibilidade pelos arquivos pessoais, que apreendem o íntimo através do prisma histórico. Bonito pensar que este encantamento por tais arquivos pôde gerar desassombros, esta palavra linda, meio esquecida, mas que indica claridade, luz, e que remete a coisas ensolaradas. Desassomburada, enfim, foi minha reação ao ler este livro para o qual, agora, escrevo um prefácio.

Com um título sugestivo – **Percursos de um Arq-Vivo: entre arquivos e experiências na pesquisa em História da Educação** – a autora reúne artigos que são resultado de sua gestão e intervenção, como historiadora e professora, no Arquivo da Faculdade de Educação da UFRGS, em Porto Alegre. Apresentados em duas partes, os textos abordam a prática arquivística e seus desdobramentos na historiografia do tempo presente e seguem, delicadamente, tratando de vários materiais/documentos ditos ordinários (cadernos, agendas, bilhetes, recortes, anotações variadas) que integram arquivos pessoais de professores e professoras que atuaram na UFRGS e que se dispuseram a deixar seus guardados e, em muitos casos, seus depoimentos orais sob os cuidados desse Arquivo agora dado a ver e aberto a consultas.

---

1 BARROS, Manoel de. *Desprezo. Memórias Inventadas: a segunda infância*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006, p. IX

Preservados, historicizados, teoricamente familiarizados com bibliografia pertinente e na justa medida e solidamente fundamentado em documentos ditos ordinários os artigos escritos por Dóris permitem construir e reconhecer referências sobre os processos de produção, conservação e uso dos arquivos pessoais levando em conta especificidades de suas constituições. Ao mesmo tempo, a escrita da autora traz pormenores cotidianos sobre a vida acadêmica e apresenta-se articulada em uma poética do detalhe. Tais abordagens evidenciam seu investimento em dar voz e, concomitantemente, dar a conhecer experiências que estes legados transmitem, atribuindo-lhes sentidos históricos.

O desassombro, pela leitura, permite romper as fronteiras disciplinares que, não raro, produz grades de isolamento e abre espaço para emocionar-se, encantar-se com as fontes, ser até assolada por uma certa nostalgia que parece ser a saudade de um lugar, mas é um sintoma de uma época, *um anseio por conhecer um tempo diferente, uma emoção histórica*<sup>2</sup> que também constitui nossas vidas em ruidosa polifonia.

Neste tom, a leitura concede aos leitores, entre tantas outras coisas, encontrar as pungentes “re-lembranças” de Luzia, encantar-se com a gentileza de Balduíno para com seus colegas acadêmicos, deleitar-se com os caprichosos cadernos de História com aulas criteriosamente preparadas por Isabel e, mais ainda, atribuir sentido e importância histórica dos registros singelos e emocionantes nas agendas de Beatriz entre as décadas de 1970 a 2000.

Como transformar objetos/coisas em fontes de pesquisa? Por que pesquisar e como escrever História da Educação com estes materiais? Estes foram os motes que Dóris perseguiu pelo espetáculo da pesquisa e que permitiu a nós, leitoras e leitores, conhecer práticas e eventos que habitaram aqueles cotidianos e que ressoam desdobramentos para ocupar um espaço no passado/presente vivido. Pelo Arquivo, catalisador da pesquisa, o conjunto de artigos aqui reunidos incide no encontro entre experiência e conhecimento ao problematizar materiais ordinários produzidos nas múltiplas situações da existência humana, vestígios que a História da Educação pode oferecer e considerar em suas temáticas. Este movimento envolveu reconhecer experiências pessoais

---

2 BOYN, Svetlana. Mal-estar na nostalgia. *Revista História e Historiografia*, Ouro Preto, n. 23, p. 154-158, 2017.

efetuadas, não raro, em âmbitos subjetivos e individuais para entender interações sociais de seus autores. Através dos arquivos pessoais foi possível identificar documentos que permitiram refletir uma pertença cultural dos que atuaram na Instituição/UFRGS sem desprezar o valor emocional e simbólico que se investem nesses documentos pessoais.

Neste livro, Dóris exerce a arte de, a partir desse lugar que abriga memórias docentes, expor fragmentos de vidas em suas miudezas, registrar banalidades através de uma costura bem arquitetada entre registro público e confidências íntimas, entre documento/fonte e especulação, como facetas de relações sociais e reafirmar, desse modo, a importância desses materiais entrecruzados a estudos em torno da História da Educação, do Patrimônio Histórico-Educativo e dos arquivos pessoais.

O mais é ler este livro, pois ele traz um frescor desassombrado para os estudos, dentro da espessura do Tempo Presente, onde o que importa é preservar e analisar, em múltiplas temporalidades, como e porque existiram estas memórias e, igualmente, entender os arquivos pessoais como formas de musealização que combatem o esquecimento. A pesquisa aponta para o envolvimento de pesquisadores e pesquisadoras em ações sociais para produção de novos saberes e fazeres, que podem enriquecer o universo dos sujeitos e da educação.

Este é, enfim, um livro importante... sem medida, encantador e desassombrado!

Maria Teresa Santos Cunha  
UFSC, UDESC  
Florianópolis, janeiro 2021

## APRESENTAÇÃO

No cofre estão as coisas inesquecíveis, inesquecíveis para nós, mas inesquecíveis para aqueles a quem daremos nossos tesouros. O passado, o presente, um futuro estão aí condensados. E, assim, o cofre é a memória do imemorial.

Bachelard, 1974, p. 252

Este livro foi pensado e produzido durante um tempo estranho, sem precedentes em nossas existências individuais, de isolamento social, quando parece até que precisamos colocar *a vida em suspenso*. Neste tempo de recolhimento, desafiei-me a escrever sobre temas que, hoje, me acompanham como professora e pesquisadora em História da Educação.

Há alguns anos, me ocupo da constituição do Arquivo Histórico da Faculdade de Educação, como setor da Faculdade, sendo esta uma das unidades da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em meio ao desenvolvimento do Projeto de Pesquisa “Memórias e Histórias da Faced/UFRGS” e às atividades cotidianas da organização arquivística, venho procurando aprofundar os conhecimentos acerca de múltiplas questões que atravessam essa temática, a partir do entendimento dos Arquivos como “moradas da História” (BELLOTTO, 2017, p. 134). Portanto, inspirando-me em palavras de François Hartog, “essas páginas servem para me experimentar nesse campo (2013, p. 19).”

Como epígrafe, escolhi essas palavras de Gaston Bachelard por entender os Arquivos como lugares que guardam uma “memória refugiada” (NORA, 1993). Assim como cofres, que conservam preciosidades, Arquivos protegem, oferecem abrigo a papéis que lá buscam a perenidade. Neles, comumente existem armários, fichários, gavetas, prateleiras, caixas plásticas, talvez estantes metálicas deslizantes, mesas de trabalho, computadores. São ambientes projetados ou improvisados, mas cuja intenção sempre é resguardar, da melhor forma possível, de acordo com as condições que efetivamente se têm. O que se conserva nesses lugares pode ser comparado ao cuidado que se tem com relíquias, tais como “os cofres” descritos por Bachelard, que abarcam passados, presentes e futuros.



Neste sentido, quando li “A História dos Quartos”, de Michelle Perrot, logo pensei nos Arquivos, pois tratam-se de duas espacialidades que se constituem em refúgios para guardar e para se guardar. Um Arquivo, tal como um quarto, “protege: você, seus pensamentos, suas cartas, seus moveis, seus objetos. Muralha, ele afasta o intruso. Refugio, ele acolhe. Depósito, ele acumula” (2011, p. 16).

Mas o que se pode dizer, inicialmente, desse Arquivo da Faculdade de Educação? Ricoeur (2007) discute em profundidade a fenomenologia da memória e declara sua função matricial, afirma que “não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela” (2007, p. 40). Lá no “Memória Faced”, expressão de referência ao Arquivo, guardam-se papéis produzidos por essa instituição de formação docente, a Faculdade de Educação, mas também relativos ao Colégio de Aplicação da Universidade (CAp/UFRGS), tendo em vista as aproximações de ambas as instituições, durante muitos anos<sup>3</sup>. Em um espaço adaptado, habitam incontáveis documentos representativos de diferentes temporalidades, que passaram por diferentes mãos, muitos deles oriundos dos Departamentos da Faculdade ou dos setores administrativos do Colégio, outros tantos estavam nas casas de professores ou, ainda, esquecidos em seus armários na Faculdade. Para além, conservam-se outras memórias da UFRGS e da educação no Rio Grande do Sul, como um modo de proteger, socializar e valorizar o patrimônio educativo<sup>4</sup>.

---

3 O Colégio de Aplicação foi inaugurado em 1954, sendo Graciema Pacheco a diretora e Isolda Holmer Paes, a vice-diretora. Sobre a história da instituição, ver Lima e Almeida, 2018.

4 Segundo Souza (2013), o conceito de patrimônio educativo inscreve-se na ampliação da concepção do patrimônio cultural. Tal concepção emerge com a Revolução Francesa e afirma-se com o desenvolvimento das nações no século XIX. No Brasil, até os anos 1970, vigorava a valorização do patrimônio em seu sentido edificado. Com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), constituem-se novos entendimentos acerca do sentido de patrimônio, a partir da inclusão de saberes populares e identidades coletivas, considerando as diversidades culturais, étnicas e religiosas. Pode-se dizer que o patrimônio educativo, em suas mais variadas manifestações, se insere neste debate, de busca pela preservação da cultura escolar pretérita, por meio da guarda de seus vestígios. Este é um tema de alta relevância para a História da Educação, tendo em vista que a prática de pesquisa conduziu a reflexões importantes sobre o patrimônio educativo, atrelado ao sentimento de dever de memória.

Essas materialidades, que originalmente tinham outros usos, ao serem arquivadas, assumem novos estatutos, tendo em vista o cumprimento de suas funções imediatas. Em uma espécie de *musealização*, adquirem “valor permanente pela densidade de seu valor informativo testemunhal, tanto para a história institucional da entidade que os criou/produziu, acumulou, como para a sociedade, em cujo contexto viveu e atuou aquela instituição” (BELLOTTO, 2017, p. 137). Enfim, mudam-se os propósitos, os papéis armazenados transformam-se em documentos históricos, permitem, por meio da narrativa historiadora, que se contem histórias da Faculdade, do Colégio e daqueles que estiveram/estão nesses espaços educativos. Então, na sala de número 610 da Faced, construiu-se um espaço que se afirma como lugar de memórias coletivas, em que estão salvaguardados vestígios do passado<sup>5</sup>.

Ricoeur também nos ensina que “os lugares habitados são, por excelência, memoráveis” (2007, p. 59). A Faculdade de Educação e o Colégio de Aplicação são, portanto, lugares consagrados pela memória, esteios de identidades sociais. Ao longo dos anos, ambos constituíram-se, cada qual com suas especificidades, como instituições de formação e de produção de saberes relacionados à educação. Cabe lembrar que o Curso de Pedagogia foi criado em 1942, vinculado à Faculdade de Filosofia, tendo a denominação de Faculdade de Educação, Ciências e Letras da então Universidade de Porto Alegre<sup>6</sup>. Em 1954, foi fundado o Colégio de Aplicação, que esteve em diferentes espaços do *Campus Central* da UFRGS, até mesmo em um galpão e, depois, transferindo-se para uma brizoleta<sup>7</sup>. Em 1966, ocupou alguns andares do novo prédio de nove andares que recentemente havia sido erguido, a “Torre Azul”<sup>8</sup>.

---

5 O Arquivo da Faculdade de Educação integra a Rede de Museus e Acervos Museológicos da UFRGS (REMAM), sendo um dos espaços de salvaguarda documental da Universidade.

6 Em 1947, a Universidade de Porto Alegre se transformou em Universidade do Rio Grande do Sul, em 1950 passou a fazer parte do sistema federal e, em 1970, assumiu a sigla UFRGS, mesmo ano de fundação da Faculdade de Educação.

7 A construção dessas brizoletas, como política pública de educação no Estado, foi implantada durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963), sob o lema “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul” (QUADROS, 2005).

8 “Torre Azul” é a expressão utilizada pelos alunos do Colégio de Aplicação, referindo-se ao novo prédio de nove andares que seria ocupado pela instituição entre 1966–1996.

Entretanto, em 1970, no mesmo edifício, dividindo o espaço com o Colégio, se instalou a Faculdade de Educação, produto da Reforma Universitária de 1968<sup>9</sup>. Logo em seguida, em 1972, estruturou-se o Programa de Pós-Graduação em Educação, inicialmente com o Curso de Mestrado, ampliando-se com o reconhecimento do Curso de Doutorado em Ciências Humanas em Educação<sup>10</sup>, em 1974. Nesta perspectiva, os documentos salvuardados no Arquivo em questão contemplam papéis representativos de todas essas temporalidades, alguns deles remontam a outros espaços físicos, quando nem mesmo a Universidade era federalizada.



**Figura 1** – Prédio da Faced, “Torre Azul”  
**Acervo:** Museu da UFRGS

---

**9** Sobre a Reforma Universitária e o contexto da ditadura civil-militar na Faculdade de Educação, ver Almeida, Lima e Silva (2013).

**10** Encontram-se salvuardadas no Arquivo da Faced as minutas e os esboços para institucionalização do Programa de Pós-Graduação em Educação, além de documentos referentes aos primeiros anos do PPGEDU.

Há muitos anos, “a Torre Azul” mantém-se como um baluarte, destacando-se por sua arquitetura modernista, monumental, arrojada para os anos 1960<sup>11</sup>, em meio ao *Campus* Central da UFRGS. Ao longo de décadas, uma grande quantidade de pessoas tem circulado por lá, para alguns, é lugar de trabalho, para outros, de estudo. Professores, estudantes, técnicos, profissionais terceirizados, percorrem, todos os dias, seus andares, sozinhos ou em pares, cada qual com uma intenção, muitos têm pressa, talvez urgência em seus afazeres cotidianos. Para além das exigências do trabalho e estudo, o espaço que circunda o prédio também convida ao cultivo de sociabilidades, pois é ao lado das poucas árvores que restaram que conversas informais, debates e aulas públicas acontecem. Neste sentido, o *extra muros* do prédio é também um espaço que educa por meio dos afetos partilhados.

Entretanto, arrisco dizer que muitos daqueles que usam o prédio em seu cotidiano talvez pouco conheçam sobre seu passado. Por que será? Em tentativa de responder, podemos dizer que é pouco comum pensarmos sobre o tempo, pouco avaliamos as mudanças que o passar dos anos opera nas nossas vidas e na vida das instituições. Nos habituamos com o passar do tempo e tendemos a naturalizá-lo, afinal nossa ocupação é com o imediatismo, próprio do presente, e todas as suas demandas. François Hartog (2006; 2013; 2017) é um historiador que interroga as experiências temporais da História e vem observando o fenômeno da aceleração do tempo, atrelado ao crescimento rápido do presente e, em paralelo, à expansão das categorias da memória e do patrimônio. Mas este é um tema para ser discutido mais adiante.

E então, com o propósito de chamar a atenção para as marcas do tempo, existe esse lugar que conserva memórias da Faced e do Colégio, entre outras. Bellotto (2017) explica que lugares como este abarcam patrimônios documentais, portanto a eles importa guardar e difundir os documentos acumulados pelas instituições. As ações de preservar memórias em papel e, ao mesmo tempo, permitir o acesso a essas materialidades configuram os maiores compromissos dos Arquivos, afinados aos princípios de cidadania, fundamentais em sociedades democráticas.

Como ações lá desenvolvidas, estão o inventário, higienização e catalogação da documentação, com vistas a constituí-lo como Arquivo

---

11 Sobre o prédio da Faculdade de Educação, ver Grimaldi e Almeida (2018).

Histórico, importante para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica e a consequente produção de versões da história dessas instituições de formação docente e de educação básica, além de fomentar sentidos pedagógicos, com vistas a promover uma *educação para o guardar*.

Penso que ainda vale mais uma reflexão. Nessas ações, empregam-se recursos e energias para manter os documentos em seus suportes originais. Este é um trabalho de artesanaria, que se coloca na contramão dos processos de informatização que avançam também nas práticas arquivísticas. Assim, acredito que os velhos papéis não interessam apenas pelas informações que contém, poder manuseá-los é uma importante experiência sensorial para aquele que se dedica à pesquisa. Assim, se permite que as pesquisas atribuam diferentes sentidos ao passado, a partir da percepção das marcas temporais em cada materialidade arquivada (ALBUQUERQUE JR., 2019).

Nessas palavras, procurei oferecer uma primeira imagem deste Arquivo de Memórias e apontar, suavemente, questões epistemológicas pelas quais estou afetada e que me movem a escrever este livro. Ricoeur (2007) nos diz que, antes de sermos aqueles que produzem narrativas historiográficas acerca do que passou, somos “herdeiros em relação ao passado”, e, na condição de quem recebe um legado, nos cabe velar pelos *tesouros* guardados. Fica o convite para avançar na leitura, percorrer as páginas e se deixar comover pelas histórias produzidas que tematizam arquivos pessoais de professores.

Mas, antes de seguir em frente, é preciso reconhecer que este livro é produto de aprendizagens que venho construindo, em diálogos com outras pesquisadoras. Agradeço ao Grupo de Pesquisas “Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação/CNPq”, nas pessoas das colegas, Ana Cristina Francisco, Alice Rigoni Jacques, Ana Luiza Andrade, Luciane Sgarbi Grazziotin, Maria Celi Vasconcelos, Maria Helena Camara Bastos, Maria Teresa Santos Cunha, Nadia Weber Santos, Terciane Luchese, Vania Grim Thies. Compartilhar com vocês *a paixão* pela pesquisa em torno de arquivos pessoais e ego-documentos encorajou esta escrita.

Agradeço aos colegas, Cesar Valmor Machado Lopes, Magali Mendes de Menezes, Diretor e Vice-Diretora da Faced até 2020, e ao servidor técnico Giovani Lock. Cesar, Magali e Giovani, entusiastas do “Memória Faced”, muito obrigada pelos apoios para a construção do Arquivo da Faculdade.

Minha gratidão especial à Maria Teresa Santos Cunha e à Maria Helena Bastos, com quem, há muitos anos, tenho a alegria de conviver e aprender. Maria Teresa, obrigada, por ter me acolhido em estágio pós-doutoral na UDESC<sup>12</sup>, em 2018. Muito do que está nessas páginas vem das leituras que fiz junto a seu grupo de orientação. Maria Helena, obrigada por ter sido minha orientadora no Curso de Mestrado (PPGEDU/UFRGS), pelas inúmeras parcerias de trabalho, por estar sempre perto em meus itinerários acadêmicos e por partilharmos o entusiasmo com o Arquivo da Faculdade de Educação/UFRGS.

E, por fim, meu reconhecimento, pelo trabalho no Arquivo, ao doutorando Lucas Costa Grimaldi (PPGEDU/UFRGS) e às bolsistas de Iniciação Científica, estudantes do Curso de História, Carolina Llanes, Giovanna Jung, Maria Luiza Eloy e Rana Gabriele Schmitt.

---

**12** Agradeço ao CNPq pela bolsa de estudos que permitiu a realização do pós-doutoramento na UDESC, sob a orientação da professora doutora Maria Teresa Santos Cunha.

# PARTE I

## “RASPAS E RESTOS ME INTERESSAM”\*

Ao se inventariarem os documentos preservados, é possível refletir sobre outros significados dos papéis escritos/guardados que passam do espaço privado para a visibilidade pública. Ao iluminarmos esses papéis “ordinários” podemos pensar na importância de uma memória de papel para o reconhecimento de diferentes práticas, costumes, rituais, ações e sociabilidades como ponto de partida para reinventar outros presentes [...].

(CUNHA, 2018, p. 22)

\* Título inspirado em verso da letra “Maior abandonado” do compositor Cazusa.

# O ARQUIVO COMO QUESTÃO

## Uma morada para memórias em papel

Arquivos são lugares em que se cuidam de traços do passado, pensando, também, naqueles que virão depois de nós. “Destinado a guardar as coisas que restaram dos tempos que se perderam” (ALBUQUERQUE JR., 2019, p. 58), Arquivos são construtos sociais, em sua dimensão memorial, com disposição para a “ambição de verdade” (ANHEIN, 2018, p. 122), a partir do vínculo material com tempo pretérito. Neles, preservam-se “vestígios de práticas humanas” (ANHEIN, 2018, p. 152), por vezes invisibilizadas, mas que, por meio de operações historiográficas, podem transformar-se em lugares da epistemologia da História.

Sendo este um livro que discute o que se faz em um Arquivo, considero importante problematizar este substantivo que, semanticamente, abrange diferentes perspectivas. Segundo Houaiss (2004), entende-se que é um “conjunto de documentos manuscritos, gráficos, fotográficos produzidos, recebidos e acumulados por uma entidade pública ou privada, inicialmente como instrumentos de trabalho e posteriormente conservados como prova ou evidência do passado [...]”. Na sequência da definição, indica-se “um conjunto de documentos de uma instituição ou de uma pessoa”, podendo constituir-se de um “móvel que facilita a guarda sistemática de documentos”, ou “lugar onde se guarda qualquer coisa”, entre outras tantas dimensões da palavra apresentadas pelo dicionário. Com relação ao verbo “arquivar”, Houaiss admite sua dimensão de “recolher e classificar em arquivo”, seguido de “guardar, fixar na memória”. Essas são percepções importantes que atravessam o trabalho arquivístico, todas elas apontando diretrizes indicativas do que se guarda, onde se guarda, com que objetivos se guarda, quem guarda.

Seguindo nessa reflexão, Maria Teresa Santos Cunha (2019) complexifica a discussão, trazendo para o debate as relações que se estabelecem entre acervos e arquivos. Houaiss (2004) define a palavra “acervo”, aproximando-a da significação atribuída aos arquivos, inscreve o substantivo no conceito de patrimônio. Cunha explica



que a palavra acervo, por ser abrangente, carrega uma precisão menor quanto ao seu significado, designa “um conjunto de documentos, peças ou obras reunidas e abrigadas/custodiadas por instituições como museus, bibliotecas, arquivos e centros de documentação ou ainda em coleções particulares” (2019, p. 19). Neste sentido, o acervo de uma instituição, em função da reunião de documentos representativos de suas atividades, pode ser chamado de Arquivo.

Em princípio, Arquivos são lugares apropriados para que se desnaturalize o conceito de tempo. Usualmente identificados ao passado, lá se tramam complexas relações temporais: conservam-se materialidades de outrora, que são pensadas no presente, mas almejam a perenidade, ou seja, pretérito, presente e futuro estão urdidos nos Arquivos, que acumulam camadas de tempo, como estratos de experiência, que coexistem em permanente ajustamento. Nas palavras de Reinhart Koselleck, convivem “diversos planos temporais em que as pessoas se movimentam, os acontecimentos se desenrolam e os pensamentos de duração mais longa são investigados” (2014, p. 19). Em vista disso, observar a documentação salvaguardada pelos depósitos de tempos acumulados, permite se perguntar como em cada presente as diferentes dimensões temporais são postas em relação.

Embora se postule a importância dessas três grandezas temporais que atravessam a constituição dos Arquivos, chama-se atenção para o tempo presente, como um presente expandido, que François Dosse (2012), ancorado nas “Confissões de Santo Agostinho”, define como “triplo presente”, envolve a memória das coisas passadas e a espera do que virá. O presente está *neste meio tempo* e se dilata, para trás e para frente, protagonizando a condução dos *gestos de guardar*. O presente dos Arquivos é tecido a partir da convocação dos passados que se quer conservar para o tempo além de nós mesmos, o tão incerto futuro. Essas noções aproximam-se da epistemologia da História do Tempo Presente, que pressupõe o confronto direto e o diálogo permanente com os vestígios vivos de muitos passados. Portanto, são os temas que ressoam no presente, são as problemáticas colocadas no *agora* que direcionam nossas ações e intenções acerca do que guardar, por que guardar, para que guardar, para quem guardar. Essas questões fazem pensar nos Arquivos como *Arq-Vivos*.

Durval Muniz Albuquerque Jr. (2017) reforça essas concepções, ao afirmar que os Arquivos podem ser percebidos como “presenças

do passado” (2017, p. 58), ou seja, como diz Eric Ketelaar (2018), “os Arquivos não nos levam até ao passado: preservam o presente para o futuro, ao transmitirem testemunhos e experiências autênticas da atividade humana através dos tempos” (p. 198). Neste sentido, Étienne Ahnein (2018) complementa que a natureza desses lugares “é marcada pela persistência de buscar traços pretéritos que, por meio da salvaguarda, se fazem presentes” (p. 154).

Nesses entrelaçamentos temporais, evidenciam-se as categorias históricas “experiência e expectativa”, fundamentadas no que nos ensina Koselleck (2006). A experiência, para o autor, pertence ao passado e se concretiza no presente através da memória materializada em inúmeros vestígios. Entende-se, então, que a memória é sempre do presente, pois o pretérito depositado não é algo vindo de um tempo que se findou, mas sim é um passado que invade o presente. Desse modo, os Arquivos contemplam diferentes espaços de experiência, sedimentados em sobreposições de tempos que correspondem ao passado e ao presente. E o horizonte de expectativa, como se coloca? Ele estabelece conexões entre o presente e o passado, carrega o componente de um *vir a ser*, em que também estão implicadas as formas de sensibilidade com relação ao novo tempo que se aproxima. Mas, importa dizer, o que se guardou do vivido e se estende ao porvir como expectativa precisa ter algum significado no presente, sempre ele a *mostrar os caminhos* que orientam os *gestos de guardar*. E esses gestos são praticados nesse lugar, o Arquivo, particularmente vital para a produção historiográfica, afinal, como historiadores, somos tributários de fontes e, muitas vezes, elas estão depositadas nesses lugares.

Continuando essa discussão sobre História do Tempo Presente, que tempo é este? Hartog, como assinalei anteriormente, fez investimentos nas reflexões em torno da sensação de aceleração temporal e, em paralelo, analisa o rápido crescimento da categoria do presente. A estes fenômenos, denomina presentismo. Este *presente eterno* não tem aderência às tradicionais versões do passado e também não projeta um futuro, é um “presente massivo, invasor, onipresente, que não tem outro horizonte além dele mesmo [...]” (HARTOG, 2006, p. 270). Entretanto, por mais paradoxal que possa parecer ser, se, por um lado, o presentismo não tem apego às grandes narrativas do passado, o mesmo não acontece em relação à memória. Nas palavras de Hartog, “[...] este presente se descobriu inquieto, em busca de raízes, obcecado com a

memória. À confiança no progresso se substituiu a preocupação de guardar e preservar” (2006, p. 271). E, então, por que temos o ímpeto de guardar? Talvez para nos sentirmos mais confortáveis em relação ao que nos legaram como humanidade e, conseqüentemente, menos inseguros neste tempo povoado por efemeridades.

E neste forte apelo à memória, como uma necessidade de ancoragens, estabelecem-se disputas com a História. Beatriz Sarlo (2007) diz que “o passado é sempre conflituoso. A ele se referem, em concorrência, a memória e a história, porque nem sempre a história consegue acreditar na memória” (p. 9). Penso que essa frase introduz bem o que proponho discutir. Segundo Hartog (2017), especialmente a partir dos anos 1980, observam-se com mais intensidade deslizamentos da História para a memória, ou seja, assistimos, sem nos darmos conta, a ascensão da dimensão memorial, em diferentes campos do conhecimento. Conforme o autor (2017), “à Clio, sucedeu sua mãe Mnemósine, memória a mãe das musas. A vaga memorialista pouco a pouco invadiu, recobriu o terreno da história” (p. 26).

Como efeito do presentismo, a memória parece seduzir mais que a História. Se não temos mais a confiança nas grandes narrativas promissoras em relação ao futuro, as quais sustentavam os entendimentos que se tinha da História desde o século XIX, o que nos resta? Bem, se por um lado, presenciamos o ocaso dessas explicações, por outro, emergiram narrativas historiográficas, singulares, datadas, em certa medida despretensiosas. No final dos anos 1970, Carlo Ginzburg (2006) afirmava que os historiadores passavam a se interessar “pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado”. Em seguida, retomou o clássico de Bertold Brecht para lembrar os muitos silêncios que persistem na História, “Quem construiu a Tebas de sete portas?” – perguntava o ‘leitor operário’ de Brecht. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo o seu peso” (2006, p. 11)

Então, houve uma descrença na História “enclausurada na nação”, “a serviço de uma história oficial” (HARTOG, 2017, p. 42), *desencarnada*, que não chegava perto das tramas cotidianas, que se esquecia de muita gente. E naquele contexto, ascendem a memória e o patrimônio, ambos com tendência a ocupar o lugar do discurso histórico, como “signos de reconhecimento do presente”, “vetores de identidade, indícios, sintomas da nossa própria relação com o

tempo” (HARTOG, 2017, p. 83). Ainda segundo o mesmo autor, recorremos hoje à memória como uma “alternativa a uma história que se estima, falhou, silenciou-se” (p. 42). As pessoas que não *se enxergam* nas grandes narrativas podem ter encontrado nos usos da memória uma espécie de defesa que os faz sentirem-se, enfim, partícipes da História. Nessa busca por entender de onde viria essa força da memória, não se pode esquecer que o século XX e seus grandes eventos traumáticos “engendraram ímpetos memoriais e a memória se tornou uma palavra mestra”, adquirindo a palavra diferentes conotações: “direito, dever, arma, testemunho, guarda, trauma, arquivo” (HARTOG, 2017, p. 41).

Entendo essas questões como sumariamente importantes pelas suas implicações nos Arquivos. A emergência da memória, inscrita no presentismo, “momento particular de nossa História” (NORA, 1993, p. 7) ajuda a refletir acerca deste gosto pelo passado, em que se misturam sentimentos de dever e de encantamento diante dos traços de outras épocas. Nora explica que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos... porque essas ações não são naturais” (1993, p. 13). Ao perceber a “obsessão pelo Arquivo que marca o contemporâneo” (p. 14), afirma que é preciso criar “locais de memória porque não há mais os meios de memória” (p. 7), ou seja, evoca-se uma memória esfacelada, residual aos locais, capaz de oferecer algum esteio, alguma sensação de estabilidade neste tempo em que tudo parece fugaz.

### **Dimensões do guardar e do pesquisar em Arquivos**

O trabalho no Arquivo da Faced segue a orientação de Eric Ketelaar (2018), ao defender que “arquivar e arquivamento são muito mais do que classificar documentos, mas abrangem todas as fases, desde a coleta dos documentos, de sua gestão e utilização até disponibilização” (p. 196). Como já dito, o que move é a disposição de salvaguardar um “capital de experiências” (BELLOTTO, 2017), que acumule, produza, organize e promova a utilização dos documentos, com vistas a “garantir a memória das organizações para efeitos científicos da pesquisa histórica ou para efeitos de transmissão cultural” (BELLOTTO, 2017, p. 74).

*Voltando no tempo*, recordo os percursos iniciais deste trabalho, quando foi despertado o interesse pelos *velhos papéis* da Faculdade de Educação. Retornamos ao ano de 2011, sob um ponto de vista, mas

se pensarmos nas camadas de tempo, se considerarmos a acumulação documental da instituição, voltaremos há muitas décadas. Nos anos 1980, a UFRGS lançou o Projeto “Pró-Memória”, coordenado pelo professor Pery Pinto Diniz da Silva<sup>13</sup>, tendo a presença de docentes das diferentes unidades da Universidade. Luzia Garcia de Melo e Maria Helena Camara Bastos representaram a Faculdade de Educação neste Projeto<sup>14</sup>.

Entretanto, tomando 2011 como outro marco<sup>15</sup>, naquele ano se localizaram documentos produzidos pelos diversos setores administrativos da Faculdade e do Colégio, em situação de abandono e nenhum tratamento arquivístico. Em uma espécie de depósito, estavam caixas de papelão com muitos materiais empilhados, dispostas em estantes, umas sobre as outras, sem possibilidade de deslocamento. Esses testemunhos da vida institucional, que registram passados de diferentes formas, estavam armazenados em condições adversas, por conta da localização em instalações inadequadas e insalubres. Ao descuido com essa memória, incorporada em suportes antigos, sobreveio, de imediato, um sentimento de *dever de memória*, no sentido de combater o esquecimento do cotidiano de trabalho/estudo vivido por inúmeras pessoas, servidores e estudantes. Este sentimento da preocupação com o guardar, não é demais dizer, é tributário do fenômeno da aceleração do tempo, sintoma do presentismo que instaura o significado da produção de memórias.

Os Arquivos das instituições educativas são, como os demais, “celeiros da história” (MORAES, 2002), lugares especiais pelos múltiplos usos que oferecem para suas comunidades locais e acadêmicas. Tendo essa premissa, a partir de 2016, idealizou-se um espaço que tivesse alcance formativo e acadêmico, frequentado por estudantes e por pesquisadores que lá podem encontrar redes de informações arquivísticas, imagéticas e orais, que, examinados e articulados aos contextos de cada época, permitem a produção de histórias desta Universidade, de seus sujeitos

---

13 Professor da Faculdade de Ciências Econômicas, coautor do livro “Memórias da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1934-1964).

14 Informações trazidas pela professora Maria Helena Bastos.

15 Em 2010, iniciou-se um trabalho de organização documental, com uma equipe formada por mim, pela professora Carmem Zeli Gil (FACED/UFRGS) e pela arquivista Medianeira Pereira Goulart (UFRGS) e bolsistas de iniciação científica.

e de suas ressonâncias<sup>16</sup> na sociedade brasileira. Portanto, essa *artesanaria do guardar*, que compõe a essência da existência dos Arquivos, almeja outros alcances, para além da preservação de vestígios pretéritos, busca fomentar a pesquisa. Higienizar com o objetivo de investigar representa uma das metas das ações que se praticam no “Memória Faced”.

Roger Chartier, percebendo o poder da memória nesta temporalidade, postula a “volta aos arquivos” (2002), como uma contrapartida diante do desgaste das metanarrativas históricas que levaram ao abandono dos grandes modelos explicativos. Mas esse novo olhar busca aquilo que é marcado por singularidades. Nas palavras do autor, “pelos escolhas que faz e pelas relações que estabelece, o historiador atribui sentido inédito às palavras que arranca do silêncio dos arquivos” (2002, p. 9). A importância da compreensão alargada da noção documental se manifesta na intenção de preservar distintos registros que documentam o passado da Faculdade de Educação e do Colégio de Aplicação. Desse modo, tudo que é guardado pode constituir-se em fontes que, problematizadas, permitem acercar-se dos itinerários de ambas as instituições e de seus sujeitos. São “documentos/monumentos” (LE GOFF, 1996) que possibilitam aproximações sucessivas do universo social e cultural da Universidade, em diferentes temporalidades. Traduzem faces do cotidiano e mostram indícios de saberes e de práticas educativas.

Nesta perspectiva, assume-se o desafio proposto por Eliane Peres de “associar o gesto artesão e a prática científica, considerando que não há hierarquia nessas ações, são ações que fazem parte de uma mesma prática” (2019, p. 17). O “guardar e o pesquisar” são ações entrelaçadas nos Arquivos que se constituem em “um compromisso social, político e ético, tarefa primeira dos historiadores” (p. 18).

Para a pesquisa em História da Educação interessa conservar documentos que, se examinados, possam contar histórias. Todavia, para o ensino de História da Educação também importa o alcance formativo deste lugar, ou seja, importa fomentar entre os estudantes dos Cursos de Pedagogia e das demais licenciaturas, o desejo de melhor

---

**16** Utiliza-se o conceito de ressonância na perspectiva trabalhada por Stephen Greenblatt entendido como “o poder de um objeto exibido de alcançar um mundo maior além de seus limites formais, de evocar em quem os vê as forças culturais complexas e dinâmicas das quais emergiu” (GREENBLATT, 1991, p. 251).

conhecerem o passado da UFRGS, pelos documentos lá salvaguardados. Essa prática contribui para que os estudantes percebam o potencial da História da Educação como campo de investigações, para além de componente disciplinar.

Conforme Arlette Farge (2009), os Arquivos são lugares singulares e complexos que precisam ser *desvendados* em sua materialidade. Nestes espaços, podemos “captar as falas” e reconhecer “rostos e sofrimentos, emoções e poderes criados para controlá-los” (p. 94). Diana Vidal, com base nas observações de Pierre Nora (1993), destaca os Arquivos como lugares de memória, lugares duplos enquanto locais de guarda de seus acervos, mas, ao mesmo tempo, “constantemente abertos a novas leituras acerca do passado e do presente” (2005, p. 19). Lugares que necessitam de tratamento adequado, com organização e descarte, entendidos como procedimentos complementares, situados dentro de um processo técnico, no campo da arquivística, que exige, dessa forma, o diálogo entre historiadores e arquivistas.

O passado é alteridade, somos sabedores da impossibilidade de restituir o tempo que se foi. É Nora que nos diz que “os lugares de memória são antes de tudo restos” (1993, p. 12). Tendo Certeau (2008) como referência, a única certeza que nos acompanha é que “não se poderia reacender o que a vida apagou” (p. 35), então o que mobiliza este trabalho é a vontade de guardar memórias da instituição e de seus sujeitos, “restaurar um esquecimento, e encontrar os homens (e mulheres) através dos traços que eles deixaram” (p. 35), conferir movimentos a algo que estava *parado*, em um estado de quietude. Assim, longe de pensá-lo como algo *morto*, pois é um *Arq-Vivo*, o que se vê por lá é muita ebulição, observada no trabalho cotidiano de professores, estudantes do pós-graduação, bolsistas de iniciação científica que se envolvem com tarefas de higienização e catalogação de documentos, produção de entrevistas, recebimento de arquivos pessoais, além das pesquisas que promovem sentido acadêmico às atividades arquivísticas.

E quais outros pressupostos orientam o trabalho de salvaguarda documental? Escolano (2017) explica que todos os elementos que compõem as instituições “falam”, evidenciam valores e transmitem informações acerca da escola, da educação e de suas relações com a sociedade, em cada contexto histórico. Viñao-Frago (2012) observa que a cultura escolar refere-se ao conjunto de aspectos institucionalizados,

ao cotidiano do fazer escolar, aos modos de pensar, aos objetos escolares, à materialidade física, enfim, a cultura escolar é toda a vida escolar. O estudo da cultura material escolar não pode ser entendido como simples reflexo das relações sociais. Por outro lado, os modos de uso dos objetos, sua escolha, a receptividade, ausências e presenças de utensílios, os processos de aquisição e procedência, entre outros, são elementos que participaram ativamente da criação, operação, manutenção e/ou desativação das experiências escolares.

Portanto, a preocupação está em proteger vestígios em papel, a mirada é para aquilo que, por diferentes motivos, conseguiu sobreviver ao tempo, muitos deles considerados por Escolano (2017) “os lixos da escola”, papéis, que podem ser vistos como insignificantes, mas que podem promover novas inteligibilidades acerca dos passados da educação. Na mesma perspectiva, Albuquerque Jr. também entende que “o trabalho do historiador se aproxima do trabalho do lixeiro a apanhar os restos do que lhe sobrou dos sonhos e grandes projetos e promessas que já pretenderem ser o sentido do processo histórico” (2019, p. 34).

E qual a extensão do Arquivo? Se é entendido como “lugar de memórias”, na expressão de Nora, é porque a memória já não existe mais, por isso precisa de um lugar para salvar fragmentos, partículas do que um dia foi. Então, seria “a secreção voluntária e organizada e memória perdida” (p. 16). É lugar em que “raspas e restos interessam” (Cazuza). Neste sentido, Rousso (1996) complementa com a discussão sobre a ideia do “vestígio”, como “o indício daquilo que foi irremediavelmente perdido [...], o vestígio é a marca de alguma coisa que foi, que passou e deixou apenas o sinal de sua passagem” (p. 90). E este autor questiona se o acesso aos Arquivos, por mais amplo que seja, nos permite encontrar “a chave do passado” (p. 91). Por outro lado, indaga se a dificuldade de acesso a documentos pode nos privar completamente de produção de conhecimento. Se entendermos que todo o conhecimento é indiciário (GINZBURG, 1989), ocorre por movimentos de aproximações sucessivas, se considerarmos, como diz Julia (2001), que o “historiador pode fazer flechas com qualquer madeira” (p. 17), respeitamos o significado dos Arquivos, ao mesmo tempo que entendemos que eles não são capazes de *nos mostrar o passado*, pois guardam apenas fagulhas de tempos pretéritos. Conforme Rousso (1996), esses lugares “são o sintoma de uma falta e a tarefa do historiador consiste tanto em tentar suprimi-la [...] quanto em tentar



exprimi-la de maneira inteligível, a fim de reduzir o máximo possível a estranheza do passado” (p. 91).

Neste Arquivo que aqui discutimos, abrigam-se inúmeros documentos históricos<sup>17</sup>, produzidos pelas instituições ao longo dos anos, em suas mais diferentes instâncias. A documentação salvaguardada, em grande parte, provém das atividades administrativas da Faculdade de Educação, em seus Departamentos (Departamento de Estudos Básicos, Departamento de Ensino e Currículo e Departamento de Estudos Especializados), do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Direção, das Comissões de Pesquisa e dos projetos de pesquisa/extensão realizados na instituição. Desse modo, achados locais trazem indícios nacionais, tem pertença nacional, assim, deixam de estar situados de forma isolada para encontrar seu lugar na produção nacional dos processos históricos.

Outra questão que importa trazer neste momento refere-se às disputas que se estabelecem nos *gestos de guardar*, afinal o que importa conservar? Entende-se que tudo depende das convicções epistemológicas, formas próprias de subjetividades e alteridades (ROUSSO, 1996) daqueles que se propõem a este trabalho. Afinal, os Arquivos não falam por si mesmos, reverberam a “vontade de memória” (NORA, 1993, p. 16) daqueles que os organizam, ou ainda, como diz Rousso, “o arquivo é sempre o produto de uma linguagem própria que emana de indivíduos singulares, ainda que possa exprimir o ponto de vista de um coletivo” (1996, p. 88).

Neste sentido, o “sabor do Arquivo”, valendo-se da metáfora de Arlette Farge (2009), sem descuidar da organização documental oficial<sup>18</sup>, reside no recebimento dos documentos privados, muitos deles

---

17 Entre os documentos históricos, pode-se destacar o acervo da extinta Faculdade de Filosofia da UFRGS (1942-1970). Neste, constam documentos administrativos do Curso de Pedagogia, periódicos, alguns documentos do Grêmio Estudantil, diplomas, certificados e processos disciplinares do período da ditadura civil-militar. Além disso, também estão salvaguardadas as atas de criação da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação, as atas das reuniões departamentais e dos colegiados.

18 Neste sentido, conta-se com o apoio da arquivista da UFRGS, Carmen Lucia Borges Teixeira Valenti que auxilia na organização da documentação proveniente dos setores administrativos, a partir da Tabela de Temporalidade de Documentos do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ.

escrituras ordinárias, representativos da Faculdade, do Colégio, do Programa de Pós-Graduação em Educação e também na produção de memórias orais dos sujeitos que compõem as comunidades acadêmica e escolar. Esses são os *gestos de guardar* em um *Arq-Vivo*, constituído por “documentos silenciosos” da Universidade, que “hoje querem se fazer ouvir” (PINSKY, 2005, p. 7).

É nesta perspectiva das sensibilidades que muitos papéis encontram espaço de acolhida e passam a habitar o “Memória Faced”, que pode ser compreendido como uma espécie de *refúgio*, em meio às pressões do cotidiano de estudo e de trabalho. Como lugar, garante “vínculos entre passado, presente e futuro” (ANHEIN, 2018, p. 131), afinal mantém-se uma presença de testemunhos de tempos pretéritos que aspiram a presença também no futuro. Há o interesse pelos “resíduos da escola que guardam segredos que afetam os silêncios da História da Educação” (ESCOLANO, 2017, p. 38).

Na esteira desse pensamento, Farge diz que nos Arquivos habitam “fragmentos de verdade, ofuscantes de nitidez e de credibilidade” (2009, p. 27). É assim que folhas avulsas, aparentemente com pouco sentido de organização, cadernos pessoais, cadernos de planejamento de aula, documentos orais, agendas, trabalhos de estudantes, fotografias, convites e discursos de formatura, cadernos de chamadas, provas de concursos docentes, bilhetes, correspondências, panfletos, cartazes de eventos, entre outros, são capazes de muito fazer dizer da cultura destas instituições educativas. Todos eles são recebidos, higienizados e guardados para posterior consulta de pesquisadores. Entendemos a produção e manutenção desses registros como uma forma de atestado de nossas existências, que nos situam no mundo, são práticas do “arquivamento do eu” (ARTIÈRES, 1998), de construção de si mesmo e de resistência.

Essas atividades colocam em cena o que poderia estar esquecido. A cada segundo, o espaço de experiência se transforma e o Arquivo nunca estará pronto, sempre será lacunar, mas também sempre haverá possibilidade de acumular mais documentos e, assim, construir novas camadas temporais. Neste tempo acelerado, cheio de *agoras*, incessantemente buscam-se memórias. Segundo Ketelaar, Arquivos “jamais se fecham, jamais estão completos, cada indivíduo ou cada geração pode ter sua própria interpretação dos arquivos, tem o direito de reinventar e de reconstruir sua visão do passado” (2018,

p. 193). Concordando com Cunha (2017), destaca-se o significado de institucionalizar arquivos escolares e de Universidades, em suas interfaces com a preservação da memória e com o patrimônio cultural educativo. Assim, é possível aproximar-se dos “mistérios da escola e as incertezas de seus labirintos individuais e coletivos considerados refinados artesanatos” (p. 295). Por fim, acredita-se na potência dos *gestos de guardar* também como forma de resistir ao esquecimento, principalmente aquele produzido pela aceleração do tempo, tal qual afirma Hartog (2006). Afinal, nas últimas décadas “a confiança no progresso se substituiu a preocupação de guardar e preservar: preservar o que e quem? Este mundo, o nosso, as gerações futuras, nós mesmos” (HARTOG, 2006, p. 270-271).

E foi assim, afastada da Faculdade de Educação durante a pandemia provocada pelo covid-19, que meditei sobre os muitos atravessamentos no tema dos Arquivos. Nesse tempo de escrita, muitas vezes, me vieram cenas vividas na Sala 610 da Faced. Tenho saudades, ponho-me então a rememorar as atividades que lá acontecem cotidianamente. Lembro das buscas incansáveis para convencer os professores a doarem seus arquivos pessoais, da empolgação diante da chegada desses documentos representativos das trajetórias docentes, lembro das caixas acumuladas que, pouco a pouco, são abertas, descobertas e seu conteúdo higienizado e catalogado. Preocupam-me os desafios que nos aguardam, tendo em vista o pouco espaço físico que se tem e a grande quantidade de papéis, que parecem infinitos e indomáveis na tentativa de organização.

Dos momentos afetivos, sinto falta de estar junto aos estudantes, de vê-los pesquisando, mexendo nos papéis e surpreendendo-se com o que leem, sinto falta da hora do café, dos papos bacanas entre pessoas de gerações diferentes. Recordo-me também da comoção diante de cada nova entrevista com professores, funcionários e estudantes egressos da Faculdade, pois, para além dessas ações de salvaguarda, nos arriscamos a produzir documentos orais. Disso tudo, o que concluo é que, embora estejamos sempre a estudar, somos sujeitos deste tempo, ou seja, também somos afetados pelo fenômeno memorial, que nos insta a refinar cada vez mais os *gestos de guardar*.

## PELAS TRAMAS DAS MEMÓRIAS ORAIS: ARQUIVAR PARA *ETERNIZAR*

Nesta seção, apresento e discuto o trabalho de produção e conservação de entrevistas com professores e técnicos da Faculdade de Educação e do Colégio de Aplicação. Tais entrevistas são desenvolvidas por meio da História Oral e também estão abrigadas no Arquivo da Faculdade.

Nos contatos com os sujeitos narradores, procura-se instá-los a *remexerem no seu passado*, contarem suas experiências vividas neste lugar, a Universidade, e também se busca convencê-los a remexerem em seus *velhos papéis* guardados, a fim de efetivarem uma doação ao Arquivo, tema que será discutido no próximo capítulo. A entrevista, evento sensível que é, exige cuidados, pelos envolvimento em torno das memórias que emergem naquele momento, oriundas de diferentes camadas temporais, atizadas pelo “trabalho de lembrar” (BOSI, 1994).

Mas por que o interesse em reunir memórias orais? Não bastariam todos os outros documentos arquivados? Qual o sentido em escutar essas narrativas e preservá-las? Ao mesmo tempo em que se iniciaram as atividades de organização da documentação institucional da Faculdade, percebeu-se a importância de construir um espaço para que os servidores e estudantes egressos, sobretudo professores *de longa data*, pudessem contar, pelas lentes da memória, suas experiências na Universidade.

Tal ação, ainda pouco comum nos Arquivos de instituições educativas, põe em evidência, para além dos outros documentos, as memórias dos sujeitos como agentes ativos nos seus lugares de trabalho e/ou de estudo. Neste sentido, a concepção que fundamenta a produção de memórias orais ancora-se em postulados de Michel Foucault. O filósofo rompe com a noção consolidada de sujeito moderno, afirmando que este não é dotado de uma consciência e de autonomia, mas regulado e produzido pelos discursos de uma época e pelos poderes que visam discipliná-lo. Em “A vida dos homens infames” evidencia a necessidade de buscar aquelas e aqueles sem reconhecimento, as “milhões de existências destinadas a não deixar rastros” (FOUCAULT, 2003, p. 180), que, durante séculos, foram esquecidos por uma História que privilegiava

as ações de uns, eleitos como merecedores de terem suas vidas narradas e conhecidas, destinando outros a um estado de marginalidade e de anonimato. Menos preocupado em dar voz aos sujeitos esquecidos pela História, Foucault se interessa em compreender como se produz este silêncio que leva ao esquecimento.

Este pensamento está afinado à tessitura do arquivo de memórias orais. Afinal, os narradores podem ser considerados indivíduos anônimos, são pessoas comuns, sem notoriedade, desprovidos de fama, infames, na construção que Foucault dá ao termo. Nesta perspectiva, aproximando da História da Educação, António Nóvoa nos diz que “[...] chegou o tempo de olhar com mais atenção para a internalidade do trabalho escolar [...], a organização do cotidiano escolar, as vidas e experiências dos alunos e dos professores [...]” (NÓVOA, 1994, p. 5).

Fez-se, portanto, uma aposta no arquivamento das narrativas orais com vistas a perenizá-las. Este é um modo efetivo de guardar essas memórias que, pelo evento da entrevista, transformam-se em documentos orais. A potência desses documentos, “inestimáveis”, segundo Errante (2000), está na sua capacidade de trazer versões da memória, difíceis, por vezes impossíveis, de serem localizadas em outros documentos.

Entende-se que a pesquisa em arquivos de memórias orais constituídos por outros é um modo legítimo de operar com a metodologia da História Oral. Entretanto, há limitações, pois aquele que, futuramente, vier a examinar a entrevista, não participou do evento, não elaborou o roteiro, não pode emocionar-se em frente ao narrador, observar seus gestos, olhares, o corpo que se movimenta, ou seja, há uma série de interdições que se colocam entre o pesquisador e a entrevista em si. Por outro lado, a narrativa está lá, arquivada, protegida, e, assim, transformada em documento oral, pode ajudar a *contar* histórias (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012).

Para continuar essa conversa, retomo uma discussão do capítulo um, pensando nas temporalidades que se atravessam na entrevista de História Oral e na organização de Arquivos. Em ambos, convivem e se articulam-se três dimensões temporais, tendo a condução do tempo presente. Por mais que o conceito de memória nos remeta ao passado, é preciso dizer que a memória é do presente, tempo definido por François Dosse como “detector de sentido” (2012). Afinal, aquele que é instado a falar na entrevista, evoca, pelas camadas do tempo que

viveu, lembranças pretéritas, mas fala a partir dos lugares que ocupa no momento atual. Na memória oral arquivada, institui-se uma terceira dimensão temporal, pois o que é dito, transformado em documento, está lá com vistas ao futuro, para sobreviver a nós. Como sabemos, essa é uma prerrogativa de todos os documentos que compõem os Arquivos.

Ainda pensando em Arquivos e usos da História Oral, vê-se que se inscrevem nos referenciais da História do Tempo Presente. Dosse (2012) entende a importância do testemunho como “um valor matricial” (p. 15) para a produção historiográfica. Então, a força do testemunho, *eu estava lá, eu vivi aquilo*, é tributária dessa mudança epistemológica, observada desde as décadas finais do século XX, marcada pela ascensão da dimensão memorial.

Este é um tempo de descrença nas grandes narrativas históricas do passado, de incertezas acerca do presente e, sobretudo, em relação ao futuro. Quase sem nos darmos conta, a História, que durante muito tempo conservou a prerrogativa de ser a *mestra da vida*, esvai-se e seu lugar é disputado pela memória (HARTOG, 2017), conforme falamos no capítulo anterior. Enfim, a descrença na História e a fé na memória, típicos da contemporaneidade, permitem entender a emergência da História Oral como metodologia historiográfica, inclusive em seus abusos. Ela se afirmou justamente tirando proveito do fenômeno da ascensão memorial, em detrimento das tradicionais versões da História. Talvez por isso, em décadas passadas, fosse comum pensar na metodologia como *libertadora, democrática*, que permitiria, por si só, *dar a voz aos oprimidos*, sendo capaz de devolver aos esquecidos um lugar que a história oficial lhes havia negado.

Entretanto, ainda na década de 1990, Gwin Prins apresenta uma espécie de resposta às possibilidades da História Oral, ao explicar que a sua potência “é a força de qualquer história metodologicamente competente. Vem da extensão e da inteligência com que muitos tipos de fonte são aproveitados para operar em harmonia” (1992, p. 194). A assertiva de Prins não encerra o debate, Beatriz Sarlo (2007), ao analisar narrativas sobre a ditadura militar na Argentina, refuta a tese da transformação do testemunho em um ícone de verdade, como o recurso mais importante para a reconstrução do passado. Ancorada em Susan Sontag, questiona as disputas entre memória e pensamento, e, por fim, postula que “é mais importante entender do que lembrar, embora para entender seja preciso lembrar” (SARLO, 2007, p. 22). Na mesma

linha, Dosse (2012) indica que não deve se colocar em termos binários fonte oral versus fonte escrita, segundo ele “não se trata de sacralizar a oralidade depois de ter sacralizado as fontes escritas em um movimento de pêndulo excessivo” (p. 16). Essas posições de Prins, Sarlo e Dosse nos levam a pensar que, no passado, talvez tenha sido necessário a História Oral estar identificada às prerrogativas anteriormente anunciadas. Contemporaneamente, percebe-se que a metodologia conquistou seu espaço na historiografia e os documentos orais não são considerados nem melhores ou piores que outros, são passíveis do mesmo rigor crítico em relação ao seu uso na operação historiográfica.

Essas questões de fundamentação são muito importantes, pois complexificam o trabalho com as memórias orais salvaguardadas do Arquivo da Faced. Gostaria, agora, de discorrer acerca de alguns aspectos metodológicos do desenvolvimento das entrevistas. Procuram-se aqueles professores mais antigos da Faculdade, alguns, inclusive, foram entrevistados e já não se encontram mais entre nós. Ao longo deste processo, buscou-se produzir o que Jean Kauffmann chama de “entrevista compreensiva” (2013). Seguindo este conceito, o propósito é que, nesses eventos, o narrador possa relatar seus percursos na Universidade, que invadem também outras esferas de sua vida. Por isso, construiu-se um roteiro de questões aberto, que favoreça o aprofundamento de abordagens e promova interações entre os sujeitos envolvidos. Tal roteiro contempla temas que proporcionam aquele que fala percorrer por diferentes camadas de tempo para melhor lembrar. Segundo Kauffmann (2013), uma boa entrevista deve se aproximar do estilo de uma conversa, mas sem perder de vista o fato que ela é um acontecimento, um momento singular de parada no cotidiano daquele que se dispõe a lembrar. O sociólogo lembra o quanto a entrevista exige tanto daquele que fala, quanto daquele que indaga e escuta, portanto, exige trabalho de ambos os lados, em que cuidado, atenção, empatia, reflexão e empenho são palavras de ordem. O autor sintetiza os propósitos deste tipo de entrevista, ao afirmar que “é preciso simplesmente procurar compreender, com amor e consideração, também com intensa sede de saber” (p. 85).

E foi a partir dessas referências que se iniciaram as *conversas* com professores. Preciso dizer que, às vezes, não é simples ir ao encontro de alguém que está no fim de seu tempo, quando a casa assemelha-se a um ambiente hospitalar. Também é difícil visitar uma pessoa que sofre

por pouco poder falar, mas quer falar. Foi triste *perder uma entrevista*, pois conversamos por telefone às vésperas de um fim de ano, deixamos agendada a data do encontro para meados de janeiro e, quando o ano novo chegou, a entrevista não aconteceu, pois a professora havia deixado este mundo. Essas situações relatadas são desafiadoras, nos colocam frente a frente a dilemas que são próprios da História Oral, metodologia de pesquisa atavicamente dependente de vida humana. A História Oral parece provocar o tempo e relativizar a mortalidade, pois a narrativa capturada pela entrevista escapa da finitude humana, escapa de ser devorada por Chronos, o titã do Tempo, conquista a imortalidade, tal como os deuses gregos no Monte Olimpo. Essas evidências que conduzem à ideia de *imortalidade* se acentuam se as narrativas estiverem salvaguardadas em um Arquivo de Memórias.

E assim, em meio a tantos momentos sensíveis, os encontros com os professores vêm acontecendo há alguns anos. Diferentemente da dificuldade com a doação de arquivos pessoais, parece mais fácil seduzi-los a falarem de si. Em geral, tem-se uma resposta positiva. Observa-se que a maioria construiu uma versão positiva de sua trajetória como docente, talvez por isso essa maior disposição para conversar. Tem-se até o momento trinta e duas entrevistas com professores e com um servidor técnico e uma roda de conversa, em que todos narraram seus percursos na Universidade. Há também outras tantas entrevistas temáticas, em que foram escutados estudantes egressos. Muitos dos narradores foram alunos da UFRGS nos cursos de graduação e/ou pós-graduação ou também alunos/professores do Colégio de Aplicação. Então essas memórias se somam e agregam conteúdo às entrevistas.

Até o ano de 2020, estes foram os entrevistados: Alceu Ferraro, Aldanei Areias, Alfredo Veiga Neto, Arabela Campos Oliven, Balduino Andreola, Beatriz Fischer, Cicero Marcos Teixeira, Carmem Craidy, Dagmar Meyer, Elisabeth Krahe, Fernando Becker, Fernando Seffner, Giovanni Lock, Guacira Lopes Louro, Ilza Jardim, Isabel Loss, Johannes Doll, Jorge Ribeiro, Juracy Marques, Leni Vieira Dornelles, Maria Bernadette Castro Rodrigues, Maria Helena Camara Bastos, Maria Lucia Wortmann, Maria Luisa Xavier, Maria Stephanou, Marisa Costa, Merion Bordas, Renita Allgayer, Roberto Facchin, Rosa Hessel, Roseli Hickmann, Sergio Franco, Tania Fortuna; Houve uma roda de memórias que contou com a presença dos seguintes professores: Jorge La Rosa, Denise Leite, Maria Helena Veit, Regina Mutti, Alfredo Veiga Neto.



A pesquisa em História Oral constitui-se em um espaço de subjetividades que possibilita a construção de diferentes versões de uma história (NEVES, 2000). Como diz Portelli (2016, p. 10), “fontes orais são geradas em uma troca dialógica, a entrevista: literalmente uma troca de olhares”. É dessa forma que o autor define a História Oral como “arte da escuta”, na qual estão implicadas intrincadas relações entre entrevistador e entrevistado. Pela análise de documentos orais, entrelaçam-se questões ligadas à memória, narrativa, passado/presente, subjetividades, em meio a trocas dialógicas. Na entrevista, quem está lugar daquele que lembra “não recorda passivamente os fatos, mas elabora, a partir deles e cria significado através do trabalho de memória e do filtro da linguagem” (p. 18).

A contrastação das memórias individuais, produzidas em entrevistas, demonstra o quanto a experiência pessoal se mistura ao coletivo. Vale reforçar que a memória é uma construção do passado, à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente (FERREIRA, 2002). Ao entrevistar esses sujeitos, encontram-se marcas da dinâmica da vida pessoal atravessadas pela memória coletiva. De acordo com Halbwachs, “nossas lembranças permanecem coletivas, elas nos são lembranças pelos outros” (2004, p. 39).

Sobre a realização das entrevistas, cumpre dizer que a maioria delas acontece nas dependências do prédio da Faculdade, foram poucas aquelas que aconteceram nas residências, pois muitos professores ainda frequentam este espaço e parecem ter gosto em estar fisicamente em contato com a “Torre Azul” ou “Palácio Azul”, expressões utilizadas por discentes e docentes como identificação do prédio da Faculdade e do Colégio. Nossas memórias não são espontâneas, precisam ser estimuladas por evocadores. Estar no prédio facilita o “trabalho de lembrar” (BOSI, 1994). Assim, enquanto falam, olham para os lados, indicam onde se localizavam os setores da Faculdade em outros tempos, lembram daqueles com quem conviveram. Costumam se emocionar com essas lembranças, dos colegas, dos alunos, dos eventos que participaram, enfim, são memórias de suas trajetórias construídas na Universidade. Observa-se que os docentes, via de regra, fazem uso de vocabulário sofisticado, da mesma forma, demonstram capacidade de sintetizar informações, preocupando-se em didatizar a própria fala. Podemos dizer que tais evidências os colocam em um lugar característico de professores do ensino superior.

Em relação às gravações, assumimos uma posição conservadora, pois as mesmas são em áudio. Costumam participar duas ou três pessoas da equipe. Não é demais dizer que muitos desses encontros constituem-se em verdadeiras *aulas* pela riqueza de temas abordados, que transcendem os limites de uma vida. Então, quando narram suas memórias, narram também muitos outros eventos da história da Universidade, do país. Participar desses eventos é bastante formativo, tanto para professores, como para estudantes.

E depois da entrevista? Nosso protocolo de conduta ética se traduz nessas ações: o conteúdo narrativo é transcrito na íntegra e devolvido para o entrevistado que é convidado a ler o que falou e, por fim, deve posicionar-se em relação ao arquivamento de sua narrativa que poderá, futuramente, ser consultada por quem se dedica à pesquisa. Antes da anuência, o entrevistado pode, se assim desejar, suprimir ideias ditas ou acrescentar novas informações. Desse modo, em todas essas etapas, até o arquivamento final, tem-se um paradoxo da metodologia: a narrativa, que é eminentemente oral, passa por uma metamorfose, assumindo a forma escrita. Entretanto, como estratégia para minimizar esse paradoxo, além do conteúdo narrativo estar em folhas de papel, é disponibilizado aos pesquisadores a escuta da gravação.

Ainda uma questão a ser trazida diz respeito à construção da narrativa de si promovida pela entrevista. Sabemos que, ao evocar o tempo pretérito, *inventa-se* uma memória que dê legitimidade e dignidade ao presente em que se vive, como diz Alistair Thomson, a composição do passado precisa trazer ao sujeito “um sentimento de serenidade” (2001, p. 86). Essa é uma questão que também se estabelece na composição dos arquivos pessoais, discutida anteriormente. São nossas subjetividades que moldam nossas reminiscências. E assim como buscamos a afirmação da identidade pessoal no âmbito de uma comunidade específica, também buscamos a legitimação de nossas reminiscências. As pessoas comumente constroem uma história sobre suas vidas. Thompson complementa, “construímos nossa identidade através do processo de contar histórias para nós mesmos – como histórias secretas ou fantasias – ou para as outras pessoas no convívio social” (1997, p. 57). Ou seja, quando narramos uma história vivida, falamos aquilo que elaboramos acerca do que aconteceu. As lembranças são também reformuladas de acordo com as situações do cotidiano e com as emoções vividas, pois “as histórias que relembramos não são espelhos

do nosso passado, mas traduzem traços desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atual, em um processo de composição de memórias” (1997, p. 60).

E o que elas e eles nos contam nas entrevistas? As memórias partilhadas referem-se a estratos de tempo da vida de cada sujeito, entrelaçam passados, presentes e futuros, portanto, o que é narrado se identifica às categorias pensadas por Koselleck (2006), espaço de experiência e horizonte de expectativas. Assim, apresentam fatos memoráveis, outros prosaicos vividos na Universidade, na condição de estudantes ou professores. Lembram das transformações no *Campus Central* da UFRGS, da retirada de muitas árvores, rememoram os burburinhos da convivência com o Colégio de Aplicação. Solenemente, ressentem-se dos *anos de chumbo*, quando era muito perigosa qualquer forma de exposição em sala de aula. Por outro lado, indicam quais eram as possíveis táticas para driblar o regime ditatorial e, por exemplo, fazer circular leituras de Paulo Freire. Animadamente, quem viveu os anos 1980, lembra da ebulição daquele tempo, do desejo por experimentar práticas democráticas na Universidade, dos concursos públicos que trouxeram professoras com outras vivências para a Faculdade, dos significados da Universidade aproximar-se da realidade fora de seus muros. Como outras marcas positivas, ressaltam o vanguardismo da Faculdade, a partir da década de 1990, especialmente, considerando o acolhimento aos movimentos sociais, o engajamento com a escola pública, as discussões sobre a implantação das políticas de cotas raciais e sociais, os projetos de educação popular, entre outros.

Com tristeza, comentam um fato lamentável na história da UFRGS, a primeira eleição para Reitoria em 1988, após o período da ditadura civil-militar, quando o Reitor eleito, Alceu Ferraro, professor da Faced, foi impedido pelo governo federal de assumir a função. Lembram também dos efeitos nefastos da política neoliberal nos anos 1990 e das incertezas do futuro, que provocaram constantes greves, produzindo o sucateamento da Universidade, as muitas aposentadorias, a ausência de concursos públicos e a grande quantidade de docentes substitutos. Em relação à sua formação, muitos indicam a importância do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, as disputas epistemológicas que mais se acirraram, a introdução de novas temáticas de estudo afinadas ao pós-estruturalismo, ao pensamento de Michel Foucault, os novos olhares para as questões de gênero e étnico-raciais.

Enfim, falam dos afetos, das parcerias que se estabeleceram em meio à docência. Evocam o passado, mas também falam muito do momento presente. Segundo Dosse (2012), “o homem não se lembra do passado, ele o reconstrói sempre”... Ele parte do presente e é por intermédio dele, sempre, que ele conhece, que ele interpreta o passado” (p. 8). Portanto, é bastante aceitável que os narradores ocupem um espaço da entrevista tecendo impressões sobre o tempo atual, tempo este difícil para o Brasil, a partir do impedimento da Presidente Dilma Rousseff, em 2016. Neste sentido, as entrevistas produzidas em fins de 2018 e 2019 foram especialmente tensas, tendo em vista a instalação de um governo de extrema direita no país, com suas ações e omissões que produzem impactos cruéis na sociedade brasileira.

Avaliando as entrevistas desenvolvidas, uma constatação evidente: o significado da UFRGS na construção das identidades dessas mulheres e homens que escolheram essa instituição como lugar de ofício docente. Assim, pode-se dizer que, de modos distintos, com maior ou menor afetação, todos identificam a Universidade como uma referência em suas vidas. Quando se voltam para o passado, rememoram o tempo em que havia um grupo menor de docentes na Faculdade e no Colégio, muitos deles jovens. Nessas lembranças, comparece um certo saudosismo. Emergem narrativas, como uma que conta peripécias de professores que, clandestinamente, precisaram arrombar o prédio da Faculdade para procurar um deles que havia desaparecido momentaneamente, mas, na verdade, estava em um bar na Avenida Osvaldo Aranha, reencontrando amigos. Outras memórias de professores que moravam juntos, como se estudantes fossem, memórias que percorrem o Bairro Bom Fim, bem próximo ao *Campus* Central da Universidade. São lembranças marcadas por uma nostalgia da juventude, quando havia muita esperança em um Brasil que *renascia* após a ditadura.

Portanto, podemos dizer que os Arquivos institucionais serão mais *saborosos*, retomando a ideia de Farge (2009), se criarem espaço para armazenarem memórias de seus sujeitos, a fim de que as mesmas não se desvançam, não sejam esquecidas. Trazendo Ricoeur (2007) para a discussão, na salvaguarda dessas memórias, pretende-se instaurar uma “luta contra o esquecimento” (p. 48). O ato de rememorar, a luta para não esquecer, insere-se nas possibilidades múltiplas da constituição de Arquivos, lugares que protegem a memória.

## ENTRE CADERNOS, AGENDAS, RECORTES, CORRESPONDÊNCIAS, BILHETES...: SENSIBILIDADES EM ARQUIVOS PESSOAIS

No Arquivo da Faculdade de Educação, tem-se especial interesse nos documentos pessoais de professores, Angela de Castro Gomes os considera como “os lugares mais interessantes para a pesquisa histórica” (1998, p. 127). Alinhada a este pensamento, Bellotto (2017) nos fala dos arquivos pessoais como um instigante “caminho aberto”, caminho fascinante pela possibilidade de adentrar em intimidades e, assim, “realizar essa espécie de viagem ao interior do pensamento de uma pessoa” (p. 127). Para além das previsibilidades, a pesquisa nesse campo abre espaço ao *inesperado*, às contradições, transgressões, se afasta, portanto, da ideia de encontrar um *eu coerente* como um reflexo de seus arquivos pessoais.

Assim, entendendo que “onde quer que vamos deixamos para trás um rastro de provas em forma de documentos” (COX, 2017, p. 185), há um tempo estimulam-se os docentes da Faculdade de Educação a doarem seus *velhos papéis*, acumulados durante muitos anos. Esse não é um trabalho fácil, sabemos que comumente muitas dessas materialidades são descartadas definitivamente, justamente por seu caráter ordinário.

O desejo de abrigar documentos pessoais de professores no Arquivo da Faced inscreve-se em discussões epistemológicas que entrecruzam a História, a Antropologia e a Arquivística. Nesta perspectiva de estudo, debrucei-me sobre o que se tem produzido acerca dessas questões. Como primeira referência, seguindo uma linha temporal, o número especial da Revista Estudos Históricos, de 1998, que reúne uma série de artigos, vários deles, apresentados no Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais<sup>19</sup>, evento que promoveu uma importante reflexão interdisciplinar, em que se avançou no avanço do debate teórico e metodológico em torno dos Arquivos Pessoais.

---

<sup>19</sup> Seminário promovido pelo Centro de Pesquisa e Documentação/Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), em parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros/Universidade de São Paulo.

Outra obra com a qual se dialoga é “Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa”, de 2013, que agrega outras tantas pesquisas relevantes, de autores como Sue McKemmish, Philippe Artières, Luciana Heymann, entre outros.

Publicado em 2017, ressalto o livro de Richard Cox, “Arquivos Pessoais: um novo campo profissional”, que historiciza a prática de constituir esse tipo de arquivos, examina suas possibilidades de uso em pesquisas e investiga os impactos da documentação pessoal neste tempo de avanço na informatização.

Em 2018, o livro organizado por Luciana Heymann e Letícia Nedel, “Pensar os arquivos”, dedica uma seção exclusiva ao tema dos arquivos pessoais, apresentando artigos de diferentes autores internacionais, como, Eric Ketelaar, Sue Mckemimish, Catherine Hobbs, Barbara Craig. Por fim, cabe destacar o significado de pesquisas desenvolvidas por Maria Teresa Santos Cunha, especialmente aquelas em que discute arquivos pessoais de professores catarinenses. Alguns dos resultados encontram-se reunidos em seu livro, publicado em 2019, intitulado “(Des)Arquivar: arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente”. As meditações a seguir são tributárias das muitas questões trazidas por esses autores, nas interfaces com os pressupostos em torno dos Arquivos, discutidos no capítulo anterior.

Ao fazer uma imersão nos arquivos pessoais e sua relação com a historiografia, parece-me relevante localizar no tempo o momento que essas práticas de produção de si por meio do “arquivamento do eu” (ARTIÈRES, 1998) emergiram no tecido social. Gomes (2004) associa essas práticas e suas dimensões subjetivas à “emergência da figura do cidadão moderno dotado de direitos civis (século XVIII) e políticos (século XIX)” (p. 11). Na esteira da constituição do cidadão moderno, desenvolve-se um conceito de individualidade, marcado, entre tantas outras questões, pelas intenções de agregar materialidades que representem os percursos vividos em diferentes fases da vida. De acordo com Gomes (2004), a documentação armazenada como arquivamento pessoal “[...] traduz a intenção de revelar dimensões íntimas e profundas do indivíduo que assume sua autoria” (p. 14)

Pode-se dizer que essas práticas que se instalam na Modernidade chegam ao século XXI dotadas de legitimidade documental. E no Arquivo da Faced não é diferente, acredita-se na importância desses *velhos papéis* que lá são cuidados e poderão ser visitados durante muito,

muito tempo. Portanto, na sequência, apresento, em grandes linhas, os arquivos pessoais que habitam nesse “lugar de memórias” (NORA, 1993), procurando dialogar com questões trazidas por autores das obras anteriormente elencadas.

Tem-se, até o momento de escrita deste livro, oito conjuntos documentais que constituem arquivos pessoais dos seguintes professores da Faculdade de Educação e do Colégio de Aplicação: Luzia Garcia de Mello, Balduino Andreolla, Isabel Loss, Tania Ramos Fortuna, Alceu Ferraro, Maria Helena Bastos, Beatriz Daudt Fischer e Nilton Bueno Fischer. Cada um deles constitui-se de vigorosos documentos da ordem do sensível e trazem, de diferentes modos, memórias individuais e coletivas, pois, de acordo com Cunha (2018), “ainda que produzido individualmente, o arquivo pessoal é uma representação e está repleto do pensamento social que envolve o sujeito” (CUNHA, 2018, p. 67). Sue McKemish (2013) corrobora essa afirmação, ao dizer que esses arquivos “ultrapassam os limites de uma vida particular” (2013, p. 26), são registros que oferecem “testemunhos de nossas interações com os outros, no contexto de nossas próprias vidas e do lugar que ocupamos nas deles” (p. 24). Em que pesem suas idiossincrasias, representam modos particulares de como cada um armazenou os percursos de trabalho na Universidade e para além dela. São, portanto, memórias em papel que, se problematizadas, podem se constituir em substrato para a produção historiográfica em torno deles.

Como conceituar esses professores, sujeitos doadores de seus arquivos? Seu *modus vivendi* identifica-se com as ações de conservar papéis relacionados às suas atividades. Então, pode-se pensar nos professores à luz do conceito de “intelectuais mediadores”, tendo como referência os estudos de Ângela de Castro Gomes, Patricia Hansen e Libânia Xavier (2016), ancoradas nas discussões propostas por Jean-François Sirinelli e Henry Giroux, que estabelecem diferenciações entre intelectuais, tratados como criadores de cultura e mediadores culturais, referência aos difusores de uma cultura já constituída por outrem.

Xavier (2016) condena a recorrência da naturalização do conceito de intelectual, atrelado a uma concepção “universalista, alheia às especificidades e aos matizes que permeiam as posições, as funções e as contribuições particulares dos indivíduos” (2016, p. 464). Neste sentido, Gomes e Hansen (2016) destacam a polissemia que está presente no conceito de intelectuais, defendem uma abordagem histórica dos

mesmos, pautada em suas individualidades. Afirmam que os intelectuais mediadores exercem essa identidade em distintos espaços, podem se dirigir “a um público de pares, como a um público não especializado [...] podem ser os que se dedicam a um público de corte determinado como o escolar, o feminino, os sócios ou membros de uma organização ou comunidade étnica, profissional” (2016, p. 21).

Professores, portanto, podem ser identificados como sujeitos dotados de intelectualidade. Ao examinar seus arquivos pessoais, podemos perceber, suas “redes”, constituídas por afetos e desafetos, como “estruturas de sociabilidade” e os “efeitos/solidariedade de idade” (SIRINELLI, 2003). Seguindo esses postulados, as análises das sociabilidades, marcadas por relações de interdependência constituem-se em ícones que colaboram na construção dos percursos trilhados. Cada docente carrega *uma vida*, que pode se desdobrar em múltiplas *memórias em papel*. Ao longo da existência, somos atravessados por clivagens geracionais, políticas, acadêmicas, de gênero, étnicas, religiosas, entre outras. Cabe salientar que a escolha por investigar as trajetórias de alguns professores não as entende como representativas do corpo docente da Universidade. Como já assinalado, o critério de escolha se deu pela doação de seus arquivos pessoais, tomados como fios condutores para reconstruir percursos docentes. O que se deseja é, por meio dos documentos guardados que expressam formas particulares de ver o mundo, identificar núcleos narrativos, apreender motivações, valores, representações. Enfim, deseja-se compreender as singularidades desses sujeitos, que se constituem *no seu devir*, no seu fazer-se, com suas ambiguidades e descontinuidades, por meio da análise da documentação disponível.

Feitas essas considerações, cabem, agora, alguns comentários acerca dos conjuntos documentais cedidos ao Arquivo da Faced, e de seus caminhos até chegarem à *nova morada*.

O primeiro deles é de **Luzia Garcia de Mello** (1932–2013), professora da Faculdade de Educação do Colégio de Aplicação. Eram duas caixas de tamanho médio (29 cm x 22 cm) e um pacote amarrado com uma fita amarela. Neste, estavam registros cotidianos de leituras, observações de eventos acadêmicos que participava e dos acontecimentos que vivia. Compõe também o arquivo pessoal uma pasta de plástico verde, com documentos do Colégio de Aplicação e das “Semanas de Planejamento”, da década de 1960, e mais duas caixas com vinte e quatro



cadernos, que começaram a ser escritos logo após sua aposentadoria, em 1989. São escritos com marcas pessoais, não chegam a se constituir como diários íntimos, mas com estes guardam relações. Em meio a anotações do cotidiano, memórias da infância e juventude e incontáveis recortes de jornais e revistas evidenciam-se traços geracionais de uma professora universitária.

A professora do Colégio de Aplicação **Isabel Loss** fez uma doação importante do ponto de vista da cultura escolar daquela instituição. Às vésperas da aposentadoria, procurou-me e indagou se teria interesse em seus cadernos de planejamento das aulas. Assim, recebemos quinze cadernos em formato espiral, desde 1974 em que apresenta os planejamentos de suas aulas como professora polivalente do CAP. Dentro dos cadernos, conservou muitas folhas avulsas, são trabalhos/avaliações de alunos, textos mimeografados e xerocados, reportagens de jornais/revistas, entre outros.

Esses cadernos, tanto pessoais quando de planejamentos de aulas, são fontes raras para o campo da História da Educação, reforça-se aqui que houve um tempo em que não tinham a notoriedade que hoje possuem. Mas, diante do contexto da ampliação da noção documental, esse suporte de escrita passou a ser valorizado. Castillo Gomez (2012) observa o quanto vem se alargando o interesse por esses documentos, como uma dívida da História da Educação para com os materiais da ordem do comum, e, ao mesmo tempo, enfatiza a “inquietude por sua busca”, afinal, sabemos que, como tantos outros, não são produzidos com vistas à perenidade. Tal situação reforça o entusiasmo quando nos deparamos com esses conjuntos documentais. É como o encontro de *tesouros* que podem, enfim, serem explorados pela historiografia. Percebe-se que muitos deles foram fabricados com artesanaria, ao longo de anos, em que estão implicadas dimensões autobiográficas na sua construção. Arquivar é um modo de testemunhar, de deixar registradas nossas memórias, de reconhecer as “huellas escritas” (CASTILLO GOMEZ, 2003) de pessoas comuns. Trazendo Sue McKemmish (2013) para a discussão, pode-se dizer que tanto os cadernos de Luzia, como os de Isabel, constituem-se em “provas de mim”, mas também “provas de nós”, ou seja, representam, em maior ou menor grau, vestígios da cultura institucional especificamente, dos itinerários percorridos como intelectuais e das temporalidades em que se inscrevem.

O conjunto documental de **Balduino Andreola** guarda peculiaridades em relação aos anteriores. Trouxe pessoalmente várias sacolas que continham um emaranhado de itens dispersos, uma infinidade de papéis, aparentemente sem uma organização maior. Em um primeiro olhar, observaram-se documentos referentes ao tempo que foi Diretor da Faculdade, às suas vinculações aos movimentos populares, à docência na graduação e pós-graduação, entre tantos outros. De acordo com Cox (2017), mesmo em meio a papéis desordenados, podem-se localizar informações valiosas da memória do sujeito e da instituição na qual se inscreve, em suas palavras “a maneira como acumulamos e organizamos os documentos tem algo importante a nos dizer. O arquivo pessoal pode ser visto como um aspecto crucial do conhecimento de nós mesmos” (p. 256). Essa questão trazida por Cox é absolutamente cara ao arquivo pessoal de Balduino Andreola.

Outro professor ícone da UFRGS, que doou alguns papéis de sua trajetória, é **Alceu Ferraro** (1935- 2019), primeiro Reitor eleito após a ditadura civil-militar, em 1988, mas que não pode assumir por seu nome não ter sido aceito pelo então Presidente da República, José Sarney. Diante de meus apelos, pouco antes de falecer, reuniu alguns documentos, especialmente diplomas e certificados, colocou-os em uma caixa plástica e me chamou em sua casa. Observa-se que fez uma triagem, e fez questão de dizer que o que não interessasse poderia ser descartado. Entendo que organizou seus papéis como considerou que deveriam ser guardados. Cox (2017) destaca que os muitos certificados, diplomas, atestados que docentes costumam colecionar são componentes essenciais, “marcas do progresso profissional, conhecimento e autoridade” que dizem muito da constituição da identidade profissional, de acordo com o autor, “muitos indivíduos especialmente acadêmicos e profissionais constroem suas identidades em torno desses documentos” (p. 246), carregados de valor simbólico.

**Maria Helena Camara Bastos** doou arquivos relacionados aos projetos de pesquisa que desenvolveu na UFRGS e aos anos em que esteve como docente do Colégio de Aplicação. Também planos de aula e livros da disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino, que durante muitos anos trabalhou, bem como papéis relativos às aulas de História

da Educação. Além disso, documentos do CPERS<sup>20</sup>, do Pericampus<sup>21</sup>, teses e dissertações de orientandos e materiais do Programa de Extensão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM).

Em 2018, foi a vez da professora **Tania Ramos Fortuna** ser convencida a doar seus materiais de docência, também às vésperas da aposentadoria. Sensível ao apelo, Tania doou uma série de pastas com a programação detalhada de suas aulas como docente do Curso de Pedagogia. Assim, descrições metodológicas, propostas de atividades desenvolvidas nas turmas que atuava, registros das avaliações, leituras em xerox e anotações diversas sobre as aulas compõem este arquivo pessoal. Além disso, entregou muitos convites de formatura do Curso de Pedagogia que havia guardado, desde o final dos anos 1990.

**Beatriz Daudt Fischer** doou seus guardados em duas etapas. Primeiramente, em 2019, entregou suas agendas, objetos de estudo em um dos capítulos deste livro. Mas em 2020, em meio à pandemia, mantivemos uma comunicação constante e, a cada *novo achado*, ela me perguntava se havia interesse em guardar no Arquivo da Faced. Deste modo, compõem seu arquivo pessoal: textos referentes ao processo de reforma do Curso de Pedagogia, de 1994; documentos do CPERS, sendo uma sacola com materiais da professora Nilce Lea, que integrava o grupo de aposentadas militantes, “Sempre ativas”; um conjunto de papéis do professor Vitor Becker, vice-presidente do CPERS, quando a Presidência foi ocupada Zilah Totta, entre 1981 e 1984; cadernos, no estilo “diários de campo”, contendo inúmeros registros e informações da produção da Tese de Doutorado de Beatriz; boletins do CPOE<sup>22</sup> de 1948 a 1957; 26 exemplares da Revista “Escola”, do número 2 de 1972 até o número 26, de 1974; documentos da Secretaria de Educação e

---

**20** Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul, atualmente denominado CPERS-Sindicato.

**21** Programa de Integração Universidade e Escolas de 1º Grau de Periferia Urbana da Grande Porto Alegre (PERICAMPUS, 1981-1990), desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por meio da Pró-Reitoria de Extensão.

**22** O Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais – CPOE/RS foi um órgão vinculado à Secretaria da Educação e Cultura do Estado – SEC/RS, criado em 1943. O CPOE/RS participou ativamente da proposição e execução de políticas públicas educacionais, normatização e intervenção sobre a organização do ensino, orientação das atividades didático-pedagógicas das escolas públicas e formação de professores. Ver Quadros, 2006.

Cultura/RS referentes à implantação da Lei 5692/71; fitas gravadas com palestras de professores da Faced; pasta com recortes de jornal envolvendo: ensino público, docentes, entrevistas com pensadores dos anos 1990; envelope com narrativas autobiográficas de estudantes; reportagens sobre a professora Zilah Totta; livro memorialístico dos 25 anos do PPGEDU/UFRGS; exemplares das revistas “O Cruzeiro” e “Cigarra”; livro em homenagem ao professor Balduino Andreola, intitulado “Memórias, Diálogos e sonhos de um educador”.



**Figura 2** – Arquivo pessoal do professora Beatriz Daudt Fischer  
**Acervo:** Arquivo Faced/UFRGS



**Figura 3** – Arquivo pessoal do professora Beatriz Daudt Fischer  
**Acervo:** Arquivo Faced/UFRGS

As conversas com Beatriz abriram caminhos para que chegássemos aos arquivos que pertenceram a **Nilton Bueno Fischer**. Ela e os filhos, Janaina e Gustavo Fischer, organizam em pastas e caixas uma quantidade importante de papéis alusivos a diferentes momentos da vida do professor.



**Figura 4** – Arquivo pessoal do professor Nilton Bueno Fischer  
**Acervo:** Arquivo Faced/UFRGS

O conjunto documental reúne cadernos, com anotações diversas; planos de aula de disciplinas que ministrou em cursos de graduação e pós-graduação; papéis referentes ao tempo que foi aluno do Curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação; documentos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa (ANPED), dos anos 1989 a 1993; documentos do ano 1993, representativos dos onze meses que esteve como Secretário da Educação do Município de Porto Alegre, durante a gestão de Tarso Genro (PT); uma cópia de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Economia (Unisinos); papéis do Curso de Doutorado, na Universidade de Stanford; documentos do PPGEDU, dos anos que esteve como coordenador, além de fitas cassete com áudios de eventos acadêmicos em que participou.

Cada arquivo pessoal documenta itinerários trilhados por esses professores. São papéis que comportam valores narrativos e autobiográficos, registram singularidades de seus titulares, como diz Catherine Hobbs “os arquivos de um indivíduo são o lugar onde personalidade e fatos da vida interagem de forma documental” (1998, p. 262).

Ainda, segundo esta autora, nas páginas dos documentos privados há uma “tensão entre a atividade pública e o fluxo inconsciente da personalidade interior”, ou seja, o arquivo pessoal é lugar de múltiplas construções, individuais e coletivas.

Segundo Cox (2017), uma “coleção pessoal pode parecer exótica/frívola, mas sempre revela algum sentido interno mais profundo que se dá à razão de estarmos vivos” (p. 27). Neste sentido, não se pode esquecer os valores emocional e simbólico que se investem esses documentos pessoais que envolvem os afetos na sua construção (Cox, 2017). E com relação aos professores, há que se pensar no porquê dessa conservação, tendo em vista que não existe mais a necessidade do uso. De acordo com Cox, “nossos arquivos pessoais são também lembretes de como vivemos nesse mundo e somos afetados por inúmeras forças e instituições que regem nossas atividades” (2017, p. 230)

Portanto, cadernos com traços de intimidade, agendas, cadernos de planejamentos de aulas, diários de campo do processo de construção de Tese de Doutorado, bilhetes, convites de formaturas do Curso de Pedagogia, recortes de jornais/revistas, correspondências, textos xerocados e mimeografados, provas aplicadas aos estudantes, panfletos de eventos promovidos pela Faculdade, entre outros, convertem-se em documentos potentes para a historiografia da educação, configuram a constituição de algo que “foi subtraído para ser conservado, um pequeno mundo erigido para si mesmo” (ARTIÈRES, 2013, p. 45).

Neste sentido, esses “testemunhos do sensível” (PESAVENTO, 2007), “de um outro tempo e de um outro no tempo”, encharcados de “emoções, sentimentos, ideias, temores, desejos” (p. 14), carregam marcas das individualidades de seus produtores, trazem indícios de suas subjetividades, mas também evidenciam traços de uma sensibilidade coletiva. De acordo com Sue Mckmish (2018), “diferentes gêneros documentais comunicam diferentes aspectos de uma vida, exprimindo-se em diferentes vozes” (p. 245). Por meio da pesquisa, podemos perceber nos arquivos pessoais “seu mundo exterior, assim como suas manifestações externas nas atividades públicas” (HOBBS, 2018, p. 261).

Assim, que sensibilidades podem ser percebidas em um caderno pessoal produzido em 1989? E em agendas que exibem compromissos cotidianos? E nos impressos que cuidadosamente foram escolhidos por seu titular para serem perenizadas? E nos muitos bilhetes recebidos, guardados pelo seu titular? Cabe destacar o alerta de Cox (2017) para

que possamos desenvolver um olhar amoroso em relação a esse aspecto dos arquivos pessoais. Para melhor capturar as evidências do sensível, é preciso estar atento aos detalhes marginais, que só a imersão do historiador como operação de *caça* é capaz de enxergar. Tal operação nos desafia a exercitar a busca por aquilo que não se revela de imediato. Segundo Ginzburg, “por trás desse paradigma indiciário, entrevê-se o gesto talvez mais antigo da história intelectual do gênero humano: o de caçador agachado na lama, que escruta as pistas da presa” (1989, p. 154).

Nessa perspectiva da busca pelos indícios, importa pensar nas intenções de acumular papéis do passado, seriam estas manifestações naturais? Que experiências podem ser consideradas memoráveis a ponto de ocuparem lugar nas *nossas gavetas*? Por que mantemos alguns papéis, se não se há mais a necessidade do seu uso no cotidiano de trabalho, por exemplo? Guarda-se para não esquecer? Conserva-se para o futuro, que futuro? A quem interessariam essas lembranças? Seria a preservação um modo de buscarmos, em vida, uma espécie de *musealização* de nossa memória? Segundo Sue Mckmmish, “fabricamos e guardamos nossos registros que compõem um arquivo pessoal para assegurarmos nosso lugar no presente e no futuro” (2013, p. 24).

Esse investimento na produção de uma imagem de si por meio das práticas de arquivamento obedece, portanto, a uma motivação memorial, em que estão implicadas diferentes temporalidades e diferentes dimensões dos titulares. Podemos dizer, amparados em Cox (2017), que a constituição do arquivo pessoal é uma prática humana com vistas a resistir ao esquecimento. Claro que nem todas as pessoas agem dessa forma, isso seria pressupor uma homogeneidade nesses gestos. Alguns de nós somos movidos, impelidos pela ânsia do guardar, como uma preservação da memória. Para outros, isso pouco importa.

Thomson, ao investigar memórias de veteranos da Primeira Guerra Mundial, oriundos da classe trabalhadora australiana, conclui que “compomos nossas memórias para dar sentido à nossa vida passada e presente” (1997, p. 56), ou seja, criamos uma narrativa sobre nós mesmos que nos conforte, e, neste processo de construção, escolhemos o que contar de nós mesmos, como uma espécie de *ajuste de contas* com o passado. Podemos concluir que esse processo de composição das memórias não é uma prerrogativa apenas da entrevista de História Oral, como falado anteriormente, mas se manifesta também nos processos

intencionais que nos levam a guardar materialidades que representem alguns momentos de nossa existência. Do ponto de vista profissional, é possível pensar que alguns dos docentes que cederam ao Arquivo da Faced seus documentos pessoais construíram uma imagem positiva de sua atividade laboral, portanto, em suas subjetividades, sentem-se reconhecidos como profissionais, e tal sentimento fomentou em cada um o desejo pelo guardar e pelo doar. Ou também, podemos pensar que, na falta de coragem de destruir papéis de seu trabalho, encontraram um lugar que tem interesse por conservar o que talvez fosse para o lixo.

Por outro lado, é preciso ponderar que o descarte faz parte da constituição de nossas memórias, não há como lembrar/conservar tudo. De acordo com Artières, “o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência” (1998, p. 11), e continua dizendo que “não guardamos todas as maçãs de nossa cesta pessoal. Fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência, omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque [...]” (p. 11). Portanto, em nossa vida, colocamos de lado muitos papéis, por vários motivos, entre eles, falta de espaço, mudanças, ou porque acabou a necessidade do uso. Às vezes, eles podem também trazer lembranças dolorosas, as quais é preciso se *libertar*.

Pensando ainda nas questões que envolvem a concessão de documentos pessoais para um Arquivo mantido por uma instituição pública, cabe dizer que os atos de doação, em geral, não são espontâneos, isso seria pouco provável. Percebemos que era preciso construir estratégias de persuasão e concluímos que nas entrevistas, por meio da História Oral, ocorre uma possibilidade efetiva de sensibilizar para a futura doação. Nesses eventos, fortalecem-se vínculos com os professores e, por vezes, na sequência, sentem-se instados a cederem seus arquivos. Também observamos que outro bom momento de convencimento é aquele em que o professor se aproxima do Concurso para Professor Titular, titulação máxima da carreira docente nas Universidades Federais ou o momento que antecipa a aposentadoria. Nas duas situações, é comum o docente avaliar sua trajetória, remexer em seus guardados, repensá-los e, assim, considerar a possibilidades da doação.

Entretanto, convém refletir acerca das subjetividades implicadas nos atos de desapego. Para muitos, pode ser difícil abrir mão de papéis de foro íntimo, mesmo que referentes às atividades profissionais. Delicadeza e amabilidade são atributos importantes que devem se colocar nessa



relação que se estabelece entre aquele que faz a doação e aquele que, em nome da instituição, a recebe. Nesta atitude de acolhimento, procuramos manter uma reverência diante de quem os entrega, afinal, de acordo com Cunha, são verdadeiras “reliquias”, “trazem consigo histórias, acontecimentos, lembranças, memórias, pois que estão imbuídas de significados e de qualidades de representação que vão além de sua situação original” (2007, p. 84).

Bellotto (2017) refere-se aos arquivos pessoais, concebendo-os como fontes inestimáveis, eivadas de sinceridade, ainda que nem sempre de verdade. Ou seja, são memórias que representam uma produção de narrativa com evidências autobiográficas que, ao serem historicizadas, devem ser problematizadas para não se de tomar a memória como se fosse a história.

Neste sentido, em que pesem suas peculiaridades, todos os arquivos pessoais são dotados de complexidade, exigem atenção nas investigações que se debruçam sobre eles, atenção, sobretudo, para não sermos “enfeitiçados” (GOMES, 1998). É preciso estar alerta diante dos “encantos que rondam essa seara” (GOMES, 1998, p. 127), ou seja, é muito importante avaliar os riscos da sedução, riscos esses possíveis de estarem presentes em qualquer relação do historiador com *suas* fontes. Todavia, penso que esses *perigos* podem se acentuar quando operamos com arquivos pessoais, que comportam muitos ego-documentos, e também quando trabalhamos com documentos orais. Em ambos, é importante manter vigília na crítica às fontes, considerando os fascínios capazes de provocar *cegueira* no historiador.

A ameaça está em cair “nas malhas do feitiço”, como diz Angela Castro Gomes (1998), em seu clássico texto. Segundo a autora, a sedução do arquivo privado reside nessa crença ingênua que a documentação de alguém poderia revelar sua personalidade, que, por meio dessa documentação, seria possível conhecer a essência de sua identidade, de seus sentimentos. Gomes conclui que “os documentos pessoais em nada diferem de todos os demais documentos históricos. Dito de outra forma, o feitiço pode estar em toda a parte, havendo apenas alguns lugares mais perigosos que outros” (p. 126). Sabemos da importância do princípio de suspeição aos documentos. Segundo Antoine Prost (2008), a função primordial do historiador “consiste em educar o olhar em relação às suas fontes” e continua “trata-se de uma ação aprendida,

não espontânea, mas uma forma de disposição de espírito essência para o desempenho do ofício” (p. 61).

Chegando ao fim dessa seção, trago ainda uma reflexão de Cox (2017), que concebe os arquivos pessoais como “nosso lugar no mundo”. Reforça-se aqui os significados de um Arquivo de uma instituição educativa incluir documentos privados de seus professores. No Arquivo da Faced, há lugar para suas “reliquias” (CUNHA, 2018). Esquecê-los “oblitera a memória e o patrimônio” (COX, 2017, p. 255), conduzindo a perda de ancoragens e a “uma espécie de mal de Alzheimer coletivo”. Cox (2017) ainda insiste na necessidade da construção de uma sensibilidade pública sobre “o que pode estar sendo perdido para os cidadãos, para as famílias, para os historiadores” (p. 83)

O Arquivo da Faced/UFRGS é um setor da Faculdade, abriga em suas estantes rastros, restos, sinais do passado de seus professores que guardaram *velhos papéis* e, aos poucos, sentem-se encorajados a cedê-los para lá estarem, ao mesmo tempo, protegidos e visibilizados, cuidados e visitados, especialmente por estudantes e por outros professores, servindo como substrato para a construção de muitas tramas da História.

## Referências

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *O Tecelão dos Tempos: novos ensaios de Teoria da História*. São Paulo: Intermeios, 2019.
- ALMEIDA, Doris Bittencourt; LIMA, Valeska Alessandra de; SILVA, Thaise Mazzei da. A constituição da Faculdade de Educação/UFRGS em tempos de ditadura militar (1970-1985). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 317-346, jul./dez. 2013.
- ANHEIM, Etienne. Arquivos singulares – o estatuto dos arquivos na epistemologia histórica. Uma discussão sobre A memória, a história, o esquecimento de Paul Ricoeur. In: NEDEL, Letícia e HEYMANN, Luciana (Orgs.). *Pensar os Arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 121-154, 2018.
- ARTIÈRES, Phillippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.
- ARTIÈRES, Phillippe. Arquivar-se: a propósito de certas práticas de autoarquivamento. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana (org.) *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

- BACHELARD, Gaston. A Filosofia do Não/ O Novo Espírito Científico. In: PESSANHA, José Motta (org.). *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008
- CHARTIER, Roger. À beira da falésia: *a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.
- COX, Richard. *Arquivos Pessoais: um novo campo profissional – leituras, reflexões e reconsiderações*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. No tom e no tema: escritas ordinárias na perspectiva da cultura escolar (segunda metade do século XX). In: BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas*. São Paulo: Cortez, 2007.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. O arquivo pessoal do professor catarinense Elpídio Barbosa (1909 - 1966): do traçado manual ao registro digital. *Revista História da Educação*, v. 21, n. 51, p. 187-206, jan/abril 2017.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. Entre Netuno e Clio: primeiras aproximações às cartas do Almirante Henrique Boiteux (Santa Catarina/Século XX). *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, v. 3, n. 9, p. 900-911, set./dez. 2018.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. *(Des)Arquivar: arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente*. São Paulo: Florianópolis: Rafael Copetti Editor, 2019.
- DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. *Revista Tempo e Argumento*, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan. /jun. 2012.
- ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, A Memória é de Quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. *Revista História da Educação*, v. 4, n. 8., p. 141-174, 2000.
- ESCOLANO BENITO, Augustin. *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia*. Campinas: Editora Alinea, 2017.
- FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Revista Topoi*, v. 3, n. 5, p. 314-332, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOMES, Ângela de Casto. Nas malhas do feitiço: o historiador e o encanto dos arquivos privados. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.
- GOMES, Ângela de Casto. Escrita de si, Escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Casto (org.). *Escrita de si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GOMES, Angela de Castro e HANSEN, Patrícia Santos (org.), *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- GOMEZ, Antonio Castillo. Das mãos ao arquivo. A propósito das escritas das pessoas comuns. *Revista Percursos*, v. 4, n. 1, p. 223-250, 2003.
- GOMEZ, Antonio Castillo. Educação e cultura escrita: a propósito dos cadernos e escritos escolares. *Educação*, v. 35, n. 1, p. 66-72, 2012.
- GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi e ALMEIDA, Dóris Bittencourt. *Romagem do Tempo e Recantos da Memória: reflexões metodológicas sobre História Oral*. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo: ressonância e encantamento. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 4, n. 8, p-244-261, 1991.
- GRIMALDI, Lucas Costa; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. “A TORRE AZUL”: memórias de espaços escolares pelas narrativas de estudantes e professores (1954-1996). *Revista Educação em Questão*, v. 56, n. 48, p. 140-170, abr./jun. 2018.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia História*, v. 22, n. 36, p. 261-273, 2006.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- HEYMANN, Luciana e NEDEL, Letícia (Org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- HOBBS, Catherine. O caráter dos arquivos pessoais: reflexões sobre avaliação para aquisição. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (Org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

- HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 1, n. 1, p. 9-43, jan. /jun. 2001.
- KAUFMANN, Jean-Claude. *A entrevista compreensiva: um guia para a entrevista de campo*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes; Maceió (AL): Edufal, 2013.
- KETELAAR, Eric. (Des)construir o arquivo. In: NEDEL, Letícia e HEYMANN, Luciana (Org.). *Pensar os Arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 193-206, 2018.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre História*. Rio de Janeiro, Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LIMA, Valeska Alessandra de e ALMEIDA, Dóris Bittencourt. O Colégio de Aplicação/UFRGS e a difusão das classes experimentais secundárias: entre o arquivo e a memória oral (1959-1981). *Revista História da Educação*, v. 22, n. 56. p. 207-227, set./dez. 2018.
- MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... novas considerações. In. TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana (org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... In. NEDEL, Letícia e HEYMANN, Luciana (org.). *Pensar os Arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- MORAES, Carmen Sylvania Vidigal; ALVES, Julia Falivene (org.) *Escolas profissionais públicas do Estado de São Paulo: uma história em imagens*. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.
- NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. *Revista História Oral*, n. 3, p. 109 – 127, 2000.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.
- NÓVOA, Antonio. *História da Educação*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1994. Tese de livre docência.
- PERES, Eliane Teresinha. A constituição de um Arquivo e a escrita da História da Educação: do gesto artesão à prática científica. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 19, p. 1-23, 2019.

- PERROT, Michelle. *História dos Quartos*. São Paulo: Paz e Terra, 2011
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. (Org.). *Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Apresentação. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- PORTELLI, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- QUADROS, Claudemir de. *Marcas do tempo: imagens e memórias das brizoletas*. Santa Maria: Editora Universidade Franciscana, 2005.
- QUADROS, Claudemir de. *Reforma, ciência e profissionalização da educação: o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. PPGEDU/UFRGS, 2006.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.
- ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indicativo de uma falta. *Revista Estudos Históricos*, v. 9, n. 17, p. 85-91, 1996.
- SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SILVA, Pery Pinto Diniz da e SOARES, Mozart Pereira. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1934 – 1964)*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do patrimônio escolar: notas para um debate. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 199-221, jan. /jun 2013.
- THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. *Revista Projeto História*, v. 15, p. 51-84, 1997.
- THOMSON, Alistair. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. *Revista História Oral*, n. 4, p. 85-101, 2001.

- VIDAL, Diana. *Culturas Escolares. Estudo sobre práticas d leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas: Editora Autores Associados, 2005.
- VINÑO-FRAGO, Antonio. La historia material e inmaterial de la escuela: memoria, patrimonio y educación. *Educación*. Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 7-17, 2012.
- XAVIER, Libania Nacif. Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações. In: GOMES, Angela de Castro e HANSEN, Patrícia Santos (org.), *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

## PARTE II

### DE MEMÓRIAS, FIZERAM-SE HISTÓRIAS ...

Abdicando de fazer da História uma grande usina de sonhos, mas regando a pequena, modesta, localizada, mas insubstituível flor que não recusa migalhas, mas que com elas tenta pacientemente dar forma às temporalidades, agrupando-as num trabalho poético sobre a matéria da empiria e da utopia.

(ALBUQUERQUE JR, 2019, p. 36)



*ESCREVER, RECORTAR, COLAR:*  
 “ACERVO DE VIVÊNCIAS” NOS CADERNOS  
 DA PROFESSORA LUZIA (1989-2010)<sup>23</sup>

## **Luzia, seus cadernos e os percursos de si**

A ideia de que os fragmentos do passado sobreviveram em virtude de seu valor e de sua significação é uma ilusão, uma vez que os próprios processos de conservação são extremamente aleatórios (LORIGA, 2011, p. 101).

Ao se deparar com os cadernos da professora Luzia, tem-se a mesma percepção de que nos fala Sabina Loriga (2011). Assim, aqui se aposta na virtude, valor e significação desses artefatos da cultura escrita para a construção dos percursos de uma professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Luzia Garcia de Mello (1932–2013) doou seus arquivos de memórias, nos quais desenvolveu práticas de conservar papéis e de fazer escrituras de si. “Acervos de vivências” é uma expressão utilizada por ela, o que faz pensar em suas intenções autobiográficas como “práticas do arquivamento do eu, no sentido da automodelagem ou da projeção de uma imagem pessoal que sobreviva ao tempo” (HEYMANN, 2013, p. 31).

Ao que tudo indica, a professora iniciou essas práticas logo que se aposentou, em 1989, estendendo-as até 2010, pouco antes de seu falecimento. Em outubro de 2012, Maria Helena Bastos recebeu de Luzia duas caixas de tamanho médio (29 cm x 22 cm) e um pacote amarrado com uma fita amarela. Neste, estavam registros cotidianos de leituras, observações de eventos acadêmicos que participava e dos acontecimentos que vivia. Doou também uma pasta de plástico verde, com documentos do Colégio de Aplicação e das “Semanas de Planejamento”, da década de 1960 e duas caixas em que estavam agendas e cadernos, sendo os últimos objetos de análise neste artigo. Essa doação decorreu da necessidade de mudança para um residencial geriátrico e por

<sup>23</sup> Texto escrito em parceria com a professora Maria Helena Camara Bastos.

uma insistência daquela que os recebeu, para que Luzia não colocasse nada fora que fossem registros de sua vida pessoal e profissional<sup>24</sup>. Com o falecimento da professora, esses papéis cultivados por ela passaram a habitar outro lugar, estão salvaguardados no Arquivo da Faculdade de Educação/UFRGS, instituição em que trabalhou por muitos anos. Lá, configuram-se como documentos, estão higienizados, organizados e disponíveis para consulta local.

Pesquisas com esses artefatos da cultura material são instigantes, e, por que não dizer, difíceis também. Primeiramente, existe a incerteza do acesso. Via de regra, nos casos de doação estão implicados vínculos de afeto que se estabelecem entre quem os produziu e a pessoa a quem se confia entregar os guardados de si. Neste caso, quem os recebeu primeiramente mantinha com a autora dos cadernos fecundas relações. Luzia foi professora de História de Maria Helena, no Colégio de Aplicação/UFRGS<sup>25</sup>, quando cursava o Clássico (1966-1968). A partir de 1973, foram colegas no Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação/UFRGS até sua aposentadoria em 1987.

Entretanto, apesar dos vínculos de amizade que permearam a doação, houve uma triagem daquilo que Luzia desejava disponibilizar, isto é, selecionou uma parte de sua vida arquivada em papéis que, avaliada por ela, poderia ser publicizável<sup>26</sup>. Como coloca Pedro Gonzaga (2014, p. 3), “todos temos dentro de nós um biógrafo forçosamente autorizada (sua censura, o esquecimento, pertence a uma jurisdição que ainda não alcançamos), capaz de atualizar versões, reescrever capítulos (...)”. Neste sentido, Philippe Artières (1998) explica que os gestos de arquivamento são permeados de intenções autobiográficas, por isso essas são práticas de “construção de si mesmo e de resistência. Arquivar

---

<sup>24</sup> Uma primeira análise do conteúdo dos cadernos foi feita por Maria Helena Camara Bastos, *Memórias em Caixas: os escritos de Luzia Garcia de Mello (1932-2013)*. Anais VIII Congresso Brasileiro de História da Educação, História da Educação: Matrizes interpretativas e Internacionalização, Maringá, 2015, s/p. <<https://plataforma9.com/congresso/viii-congresso-brasileiro-de-historia-da-educacao/>>.

<sup>25</sup> A Faculdade de Educação e do Colégio de Aplicação/UFRGS são duas instituições com memórias em comum, pois, durante muitos anos dividiram o mesmo prédio e os mesmos docentes. Para maiores informações, consultar Almeida e Lima, 2015.

<sup>26</sup> Devido a sua mudança para um residencial geriátrico, Luzia, após organizar as caixas, telefonou a Maria Helena Bastos para buscá-las.

a própria vida é querer testemunhar, é querer destacar a exemplaridade de sua vida” (p. 11).

Mignot (2000) avalia as dimensões dos arquivos pessoais como “extensões do próprio titular, indicando o caminho, o percurso e os desvios de uma trajetória”. Reforça o quanto as ações de interdição e triagem fazem parte das escrituras de si, pois “arquivar é guardar e também esconder” (p. 124). A partir desses entendimentos, postulamos que as intenções de *guardar-se* de Luzia se constituem em representações eivadas de subjetividade, mas que permitem, por meio da sensibilidade de quem opera com esses documentos, construir aproximações sucessivas dessa mulher, professora universitária, que atravessou o século XX, chegando ao século XXI, em seus movimentos entre Pelotas e Porto Alegre.

Feitas essas considerações, cumpre dizer que este artigo objetiva analisar os cadernos de Luzia e o que guardou dentro deles, reconhecendo indícios autobiográficos nas páginas desses suportes de escrita<sup>27</sup>. Assim, indaga-se: o que os seus papéis nos contam? Como trabalhar com essas memórias arquivadas, que leituras são plausíveis de se realizar? Acompanha o propósito de valorizar a singularidade de seus *gestos de escrever e de guardar*, aproximando-os das práticas de memória docente.

Ler arquivos pessoais é desconstruir no tempo da leitura o tempo histórico de sua produção, para espelhar outro *eu* (MIRANDA, 1992). Essa é a tarefa deste estudo, procurar *dar sentido e vida para a vida de outrem*, a partir de questões norteadas pelo seu espaço/tempo, sabendo-se da provisoriade de sua reflexão (CURY, 1995). Entende-se que tais artefatos são testemunhos de uma trajetória, inscrita em uma determinada temporalidade. São documentos pessoais, constituídos com marcas de sua autora, que, por isso, permitem conhecer diferentes aspectos de seus itinerários.

Como espaço de investigação histórica, esses registros, que guardam semelhanças com a produção de diários íntimos, conservam fragmentos de suas memórias pessoais, em meio a outros temas relacionados aos seus interesses, sobretudo educação e cultura. Movida pelo que lhe afetava, Luzia pôs-se a ler, escrever, recortar, colar, organizar e guardar. Portanto, nesses cadernos constam, além de seus registros de

---

<sup>27</sup> Neste capítulo, são analisados os cadernos de Luzia e não todo o conjunto documental doado.

ordem privada, inúmeros recortes de jornais/revistas e uma variedade de pequenos papéis com outros tantos apontamentos, os quais serão discutidos ao longo deste texto.

Arquivar a memória, para Schütz (1994), é como entrar em “sótãos e porões”, geralmente, a parte mais interessante dos velhos casarões, ainda que esses casarões estejam apenas em nossa imaginação. Reúnem a maior variedade de artefatos culturais, nada refugam, tudo podem receber. Organizam-se de forma desordenada, aparentemente, sem neuroses nem traumas, com uma riqueza em que os modismos são postos de lado, as diferenças são aceitas e respeitadas. Tais artefatos podem ser periodicamente recuperados e causar admiração pela atualidade que sua antiguidade não apagou, ou pelo ensinamento que sua aparente futilidade pode apresentar. Tudo depende de quem remexe essas coisas empoeiradas: se alguém com olhos para ver, sentir e aprender ou alguém voltado para a imediatez do seu tempo. Não que os novos tempos não contenham a possibilidade de sabedoria. Mas essa se constrói sobre um lastro de passado de cuja solidez depende a construção do contemporâneo (SCHÜTZ, 1994) .

Luzia, ao que tudo indica, teve intenção de construir seu *baú de memórias*, sua própria biografia, cultivou o registro de dados, alimentou um arquivo durante vinte e um anos, quando iniciou tinha 59 anos e em seu último caderno estava com 81 anos.

Antes de adentrar nos cadernos, importa trazer algumas informações sobre sua autora. Tais referências auxiliam nas tentativas de sua aproximação. Nasceu em Pelotas, Rio Grande do Sul<sup>28</sup>, em 29 de setembro de 1932, em uma família tradicional da cidade, filha de Aldo Cotta de Mello, bancário, e de Manoela Chaves Garcia. O casal também teve outra filha, Maria Alice, 18 anos mais jovem que Luzia. Faleceu em 26 de janeiro de 2013, aos 83 anos. Em 1979, casou-se com Carlos Alberto Tedesco, falecido em 2012. Fez os Cursos Primário, Ginásial e Normal no Colégio São José de Pelotas, da Congregação das

---

**28** Pelotas localiza-se no extremo sul do Rio Grande do Sul, próximo ao Uruguai. Trata-se de uma cidade que se destacou no século XIX pela produção do charque, utilizado como alimento dos escravos da cafeeicultura em todo o Brasil. Naquele século, o charque foi quase exclusivamente produzido pelo Brasil, tendo como referência as charqueadas em Pelotas. Portanto, era uma cidade rica e próspera, considerando a formação de uma elite atrelada a esse setor da economia.

Irmãs de São José de Chambery<sup>29</sup>, educandário feminino, fundado em 1910, com internato e externato<sup>30</sup>.

Mudou-se para Porto Alegre em 1950 e, em 1951, iniciou o bacharelado e a licenciatura em História e Geografia, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS. Como a família permaneceu em Pelotas, Luzia morou no pensionato feminino das freiras da Congregação Maria Imaculada<sup>31</sup>, na Rua Mostardeiro, ao lado Arcebispo de Porto Alegre.

Na década de 1950, enquanto estudante universitária, envolveu-se com as Artes Cênicas, atuando no Teatro Universitário. Conviveu com os atores Walmor Chagas, Cacilda Becker, Paulo José e outros. Dessa experiência, manteve, ao longo da vida, grande interesse pelo teatro, atividades correlatas e vínculos com membros da classe artística. Foi assiduamente frequente nos eventos do “Porto Alegre em Cena”<sup>32</sup>.

Enquanto cursava a faculdade, lecionou na rede estadual de ensino, no Colégio Pio XII<sup>33</sup>. Em 1958, ingressou no Colégio de Aplicação/UFRGS, a convite de Maria Luiza Osório Cappellari, como professora de História. Nos anos 1959 e 1960, fez o curso de Orientação Educacional/UFRGS. Paralelamente, atuou na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS, no Departamento de Didática, como

---

**29** Ordem fundada em 1648, em Puy na França, pelo padre Jesuíta Jean Pierre Madaillie. Dispersas pelo movimento revolucionário francês de 1789, se reorganizam no século XIX fundando a casa de Santo Estevão, em 1807, Aix-le-Bains e Chambery em 1812. Vieram para o Brasil em 1858, estabelecendo-se em São Paulo. Chegam ao Rio Grande do Sul, na cidade de Garibaldi, em 1898. Em Pelotas estabelecem-se em 1910. Ver Arriada, 2008

**30** Visava formar jovens moças de uma elite, onde a “boa educação” transcendia o conhecimento das “disciplinas-saber”, aprendiam também, bons costumes, obediência, postura, canto, desenho e prendas domésticas. Ver Arriada, 2008.

**31** O pensionato Instituto Maria Imaculada para Serviço Doméstico e Proteção das Jovens foi fundado em 31 de julho de 1938. Atualmente, chama-se Pensionato Maria Imaculada Residência Feminina. <http://www.pensionatomariaimaculada.org.br/>.

**32** Porto Alegre em Cena é um Festival de Teatro promovido pela Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre anualmente, desde 1994, que inclui debates para artistas e profissionais de teatro, tornando-se um dos mais importantes eventos do Brasil em seu gênero. Compreende cerca de 50 espetáculos a preços populares, em praças públicas, teatros e espaços alternativos, atraindo uma média de 100 mil espectadores a cada edição.

**33** Atualmente, denomina-se Colégio Estadual Paula Soares.

assistente da professora Graciema Pacheco<sup>34</sup>, na área de Didática e Prática de Ensino. Integrou o Centro Regional de Pesquisas Educacionais /RS (1956-1974)<sup>35</sup>, instituto de pesquisas vinculado ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/CBPE (1955), criado por Anísio Teixeira durante sua gestão no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/ INEP<sup>36</sup>.

A partir de 1970, com a fundação da Faculdade de Educação/ UFRGS, passou a integrar o Departamento de Estudos Especializados/ DEE, ministrando várias disciplinas. Fez parte do grupo que gestou o Laboratório de Ensino Superior/LES (1968-1988), coordenado pela professora Louremi Ercolani Saldanha, onde atuou ativamente como docente e pesquisadora. Em 1972, integrou um grupo de professoras da Faculdade de Educação que realizou estágio de estudos na França<sup>37</sup>, no Centre National d'Etudes Pédagogiques', em Sévres". Comenta (Mello, 1982) que já havia passado o movimento intenso das classes experimentais criadas por Madame Hatinguais e continuadas aqui no Brasil. Destaca, no Rio Grande do Sul, a professora Graciema Pacheco do Colégio de Aplicação da UFRGS, e, em São Paulo, o professor Luis Contier, como pioneiros na implantação dessa experiência em seus respectivos estados.

Em Paris e no interior da França tive contatos com diversos modelos educacionais, participei de seminários, realizei observações no 'Institut National pour la Formation des Adultes' (AINFA), no 'Centre Peuple et Culture' e em agências de teleeducação. Na Inglaterra, tive a oportunidade de fazer visita de estudos à Universidade Aberta – 'Open University' – que começara a funcionar como modelo novo de universidade no ano anterior (1971).

---

**34** Graciema Pacheco foi a fundadora do Colégio de Aplicação/UFRGS, juntamente com Isolda Holmer Paes, em 1954. Permaneceu vinte e oito anos como Diretora da instituição. Ver Almeida e Lima, 2015.

**35** Sobre, ver Maria Helena Camara Bastos, *Da escrita ao arquivamento: a fabricação do eu*. In: Anais do VI Encontro Nacional de Acervos Literários Brasileiros. Acervos e a materialidade da Literatura. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

**36** Sobre, ver ARAÚJO, M.M.; BRZEZINSKI, I. (orgs). *Anísio Teixeira na Direção do INEP*. Brasília: Inep, 2006.

**37** Sobre, ver Bastos, 2019.

Na década de 1980, fez o Curso de Mestrado na área de Fenomenologia da Educação, sob orientação do professor Joel Martins, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUCSP, com a dissertação “Uma visão crítica da tecnologia da educação: reflexão sob a experiência vivida” (1982). Em 1981, tornou-se professora titular da Universidade. Nesta década, participou ativamente do Projeto Pró-Memória da UFRGS, conforme relatado no capítulo 1.

De sua produção acadêmica, foi possível identificar quatorze títulos, do período de 1969 a 1985, em livros, artigos e relatórios de pesquisa. A maior parte versa sobre prática de ensino, planejamento e organização do ensino, metodologia do ensino superior, laboratório de ensino, tecnologia educacional. Manteve suas parcerias acadêmicas por longo tempo: Graciema Pacheco, Louremi Ercolani Saldanha, Zênia Raupp do Prado, Merion Campos Bordas, Flávia Maria Sant’Anna e outros tantos colegas da Faculdade de Educação/UFRGS.

Entende-se que esses arquivos pessoais, construídos por Luzia, objetos de análise neste texto, carregam ressonâncias de seus itinerários, portanto, expressam dimensões autobiográficas. Em seus guardados, estão, lado a lado, passado e presente, como nos diz Koselleck (2014), o presente é habitado por múltiplos passados. Ou seja, ela atribui significados às memórias de infância e juventude, mas se mantém atenta ao presente, cultivando notório interesse por assuntos que se afinam à sua profissão. Postula-se que tais interesses são tributários de sua formação cultural e intelectual, tramada ao longo de muitos anos. Seus papéis arquivados, atravessados por clivagens culturais, geracionais, de gênero, entre outras, “expressam uma forma particular de ver o mundo, constituindo-se em uma das muitas maneiras de narrar sua história de vida” (MIGNOT, 2000, p. 126).

## **Encontrar Luzia em seus arquivos: memórias em caixas**

Ao receber as caixas de Luzia, esteve presente um sentimento de profundo respeito diante dessas materialidades, que expressam aspectos da privacidade daquela que arquivou muitos papéis. A produção dos cadernos, entre 1989 e 2010, contendo escritos, recortes e colagens parece ter sido uma importante atividade de Luzia ao deixar as aulas na Faculdade de Educação. O arquivo em questão abarca muitos anos de



**Figura 5:** Arquivo pessoal da professora Luzia Garcia de Mello  
**Acervo:** Arquivo Faced/UFRGS

registros, em vinte quatro cadernos, de diferentes tamanhos, espessuras e tipos<sup>38</sup>. Luzia os datou nas capas. Embora não haja uma fixidez no estilo de escrita dos cadernos, percebem-se intenções de regularidade. São cadernos anuais, mas em alguns anos foi preciso mais de um suporte de escrita para os apontamentos, recortes e colagens.

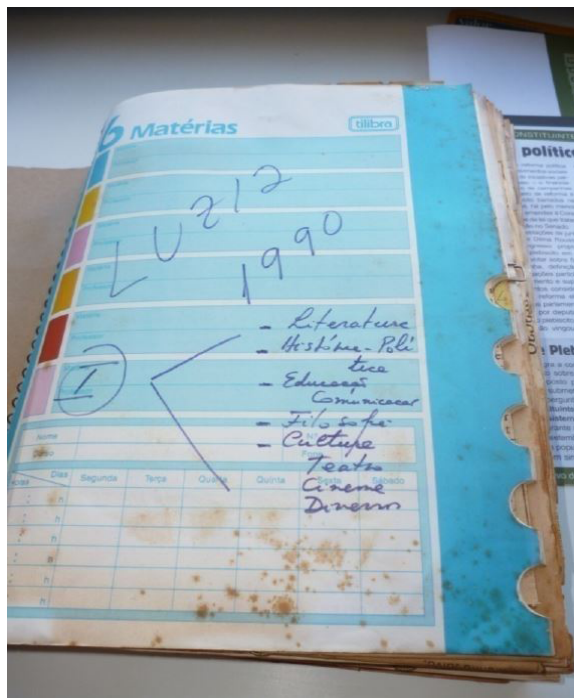
Em alguns, criou protocolos, com indicação de sessões que reúnem determinados assuntos, como “Cinema”, “Literatura”, “Lembranças”, “Educação”, mas, em geral, não se mantém fiel, transgredindo as intenções sobrepondo temáticas, sem maiores preocupações com seu ordenamento. Tinha por hábito fazer muitas listas: nomes de historiadores, títulos de livros, de filmes, de peças de teatro, de diretores de cinema, de dramaturgos. Essa prática de produzir listas em escrituras privadas é antiga, apontada por Foisil (1993) em “diários e livres de raison”, dos séculos XVII e XVIII<sup>39</sup>. Em pesquisas que tomam como objetos de estudo diários íntimos de mulheres dos séculos XIX e início do século XX (VASCONCELOS, 2018; ALMEIDA e GRAZZIOTIN,

<sup>38</sup> Para fins de pesquisa, procedeu-se a organização cronológica dos cadernos.

<sup>39</sup> Sobre, ver Eco, 1995.



2015) observa-se essa permanência do hábito de elencar fatos, nomes, datas, artefatos domésticos, etc. Nos cadernos de Luzia, junto às listas, costumava escrever bilhetes, como lembretes para si mesma, “ver filme Vozes distantes” (2004), “reler Eugene O Neill” (2007) e “assistir a peça ‘Jornadas de um longo dia para dentro da noite’ (1990).



**Figura 6:** Arquivo pessoal da professora Luzia Garcia de Mello  
**Acervo:** Arquivo Faced/UFRGS

Um desejo permanente ao longo da pesquisa foi o de *encontrar* Luzia, *decifrá-la*. Uma primeira constatação: ela parece esconder-se em meio aos papéis guardados. Foi preciso sensibilidade, persistência e um pouco de sagacidade nessa busca. E, assim, entendemos que uma das chaves para *capturá-la* é a percepção de diferentes dimensões dos seus percursos, que comparecem nos seus cadernos: por um lado, a dimensão da intimidade, manifesta nas memórias de infância, juventude e idade adulta, maturidade; por outro, a dimensão que abarca traços de sua intelectualidade, desdobrada na miríade de interesses que compõem sua personalidade. Esse caminho metodológico de análise, pautado

pelo que ela escolheu arquivar como categorias de lembranças, permitiu que, enfim, chegássemos perto da pessoa Luzia.

## Intimismos: as “Re-lembranças”

A seção que Luzia intitula “Re-lembranças” é aquela mais carregada de subjetividades, permeada por evocações de memórias da infância e juventude em Pelotas e da vinda para Porto Alegre. A metáfora dos sonhos atrelados ao passado é intensa nas páginas dessa seção, usa as expressões “o sótão e o porão” (1990), “remexer no baú da memória” (1996), “os fantasmas da vida para cima e para baixo” (1998).

E justamente no primeiro caderno, de 1989, encontram-se indícios dos seus propósitos com essas práticas de arquivamento. Após destacar em letras grandes seu nome logo na primeira página, registra “o obstáculo como oportunidade para vencer” e acrescenta, “ousar, criar, rebelar-se, lutar, prazer, criação, liberdade”. Em seguida, essas reflexões:

MUDANÇA 1988

Reconciliação comigo mesma

Linha do tempo (?) (linear) das influências intelectuais e da profissão

Dilema: desfazer de guardar coisas importantes

Desfilarmos de minha vida sentada de madrugada só, no quarto dos livros

AS BUSCAS DE RAÍZES

Os retornos e as compreensões

O caos de mudança e demolição da casa ao lado

OS SONHOS

1976 A perícia médica no INAMPS – o corredor da miséria (caderno, 1989)

Na mensagem que, simbolicamente, inaugura a sequência dos demais cadernos, Luzia, intencionalmente ou não, parece querer dar o tom de suas escritas futuras. Pode-se supor que a palavra “MUDANÇA”, para a qual usa letras maiúsculas, indique o ingresso em uma fase, que representa o momento de retirar-se das atividades laborais e começar algo diferente do que vivera até então. Para ela, iniciava-se um tempo de, quem sabe, reconciliar-se consigo mesma, como diz, e, nesse novo ajustamento, conviviam os “dilemas” entre guardar e se desfazer de muitas memórias. Seriam os cadernos os artefatos *escolhidos* para *sepultar* o que não queria esquecer?

Ainda as palavras iniciais do caderno indicam suas “influências intelectuais”, do “retorno de suas raízes”, dos “sonhos”. A última frase sugere a doença e falecimento do pai: “1976 – a perícia médica no INAMPS, o corredor da miséria”. Todas são expressões telegráficas, enigmáticas, mas que sintetizam narrativas que foram desdobradas ao longo dos cadernos, ainda que, muitas vezes, de forma hermética.

Entretanto, ao observar com atenção, vê-se que não foi apenas em 1989 que Luzia expôs seus sentimentos. Em vários outros cadernos, identifica-se a sessão “Re-lembranças” e, mesmo fora dessa sessão, suas emoções aparecem em diferentes páginas, às vezes, escondidas em meio a outros registros. Na abertura de seus apontamentos, em 1995 e 1997, por exemplo, anuncia suas expectativas para o novo ano, mas mantém certo ceticismo diante do futuro próximo, explícito por questionamentos. Em 1995, diz, “a busca da saída para rotina (rotina doméstica) universo pequeno, cotidiano. Será isso possível? Um recomeço, o ‘menos provisório’, o ‘profundo’”. E dois anos depois, introduz o caderno com essas palavras “coleccionar instantes ‘aos amargos, não!’ Será possível?”. O tema da “rotina” parece que afetava a autora, pois em 2007, se refere à “massacrante penumbra da rotina” e sublinha essas duas últimas palavras.

E, no meio de seus registros do ano 2000, apresenta uma frase da escritora Lya Luft<sup>40</sup>, autora recorrente nos cadernos, “devemos pensar no que realmente queremos além de agradar os outros. Somos muito melhores do que pensamos e do que esta sociedade burra nos faz pensar”. O que interessa é o que ela escreve na sequência, entre parênteses, “dizia isto sempre para os meus alunos” e indica a ideia com uma flechinha. Considera-se este um momento significativo na busca por *encontrar Luzia*, pois a frase escolhida parece ter se transformado em um ensinamento partilhado com os estudantes, com os quais conviveu por muito tempo. Os enunciados da frase fazem pensar na condição das mulheres, em sua autoestima, questões essas que afetam sensivelmente a geração de Luzia. As palavras de Lya Luft podem dizer muito dela, de sua trajetória, a ponto de ter escrito no caderno, acompanhada da observação.

---

<sup>40</sup> Escritora rio-grandense de crônicas e romances, pertencente a mesma geração de Luzia.

Voltando àquela página do caderno de 1989, em que Luzia reflete sobre a “MUDANÇA”, chama a atenção que, em seu verso, existe uma folhinha de papel com as mesmas frases do caderno. Isso faz pensar que talvez tivesse o hábito de primeiro escrever uma espécie de rascunho, que depois seria passado a limpo. Tal inferência parece pertinente, pois há outros tantos papezinhos como este nos demais cadernos, são partes de folhas A4, que às vezes colava, em outros casos, guardava. Cumpre dizer que as práticas de escrever e depois reescrever remetem aos modos de escolarização de outras décadas, como indicam pesquisas sobre essas questões.<sup>41</sup>

Suas evocações de memórias íntimas são mais contundentes nos cadernos de 1990, 1996, 1998, 1999 e 2007. Mais uma vez, aparecem palavras envoltas em mistério, cifradas, por vezes difíceis de se fazer qualquer inferência plausível. Em diferentes anotações, refere-se ao seu “baú de memórias”, (1990, 1995, 1996), lugar em que seria possível um “reencontro de fases, gestos, trânsito por labirintos interiores” (1995). São memórias povoadas de sonhos, quimeras, marcadamente intimistas e, por isso, desafiadoras para quem se dispõe a examiná-las. Portanto, aqui se destacam fragmentos dos escritos que parecem possíveis de serem analisados à luz da trajetória de Luzia.

Sobre Pelotas, vale-se de uma frase de Lya Luft, em que esta se refere à Santa Cruz do Sul, trocando por sua cidade natal, “eu saí de Pelotas, mas Pelotas não saiu de mim” (2007). Em 1996, evoca essas lembranças:

a casa, o quintal, a mesa da sala de jantar, Colégio Gonzaga, gato pelado e galinha gorda<sup>42</sup>, as praças, a caixa d’água, o Teatro 7 de Abril, a Rua 15, Capitólio, o Mercado Público, as festas de São João, da Primavera, o Reveillon no Clube comercial, Bailes, as confeitarias, o Normal, as missas de domingo, a Casa Americana, o Bazar Edison (caderno, 1996).

Ao fazer uma imersão pelas memórias mais longínquas, rememora o que chama “geografia afetiva”:

---

<sup>41</sup>Sobre práticas de escolarização nos anos 1950 em cadernos escolares, consultar, Almeida e Souza, 2015.

<sup>42</sup>Sobre o Colégio Gonzaga em Pelotas, ver Amaral, 2003.

(...) a rua da casa onde nasci, (...) a casa em que nasci na Felix da Cunha, a sala de visitas, sala dos retratos dos mortos versus salinha com retratos dos vivos num biombo, o pátio, o porão, a adega, o escritório do tatá, o quintal, as árvores frutíferas, laranjeiras, bergamoteiras, abacate (caderno, 1995).

Em 1990, na sessão “Re-lembanças”, fala de mulheres de sua família, “Vovó Rafaela, casou três vezes, episódio da caixa de brincos”; “Tia Gemina, miçangas, reminiscências, casou-se com um de quem não gostava, para não casar com o tio. Amou outro”. E prossegue, “meu primeiro grande terror: Madre Colombina”. Na sequência, uma série de expressões aparentemente desconexas “colégio de freiras, anjinhos de Nossa Senhora, procissões em Pelotas, Sexta Feira Santa, baile, Corpus Christi, faróis, as viagens pela praia, os farnéis, a Barra do Chuí, utopias, vir a ser, sonho”.

Ainda, apresenta uma infância povoada por livros “Monteiro Lobato, Sítio do Pica Pau Amarelo, Os doze trabalhos de Hercules, Malba Tahan, Revista Tico Tico<sup>43</sup>, O Tesouro da Juventude”. Ao mesmo tempo, aproxima essas leituras do que chama de sua “militância política” que, para ela, esteve atrelada à produção de um “jornalzinho no Colégio São José” e, posteriormente, à participação no Diretório Acadêmico da PUCRS.

No caderno de 2007, dissecar momentos pretéritos, desenvolvendo ideias lançadas nos anos anteriores, descreve sobre as ruas de Pelotas “imaginárias e fantasmagóricas”, retoma as evocações do carnaval na cidade, “lança perfume, fantasias, as paradas”. E complementa “eu guardo Pelotas e Santa Vitória<sup>44</sup> como um tesouro na memória, tesouro no sentido de caixinha de segredos”. Afirma que esses escritos eram um modo de “levantar as raízes, mostrar algo esquecido, cidade de grandes mulheres”. Lembra das companhias de Teatro em Pelotas como “espaço interior e recriação de si”, com as presenças de “Procópio Ferreira, Iracema de Alencar, Jaime Costa, Eva Todor”. Ainda, escreve o nome da cidade ao inverso “Satolep”, uma brincadeira de infância, talvez, e rememora “os flerts, a missa de domingo, as matinês do Capitólio, a

---

<sup>43</sup> Sobre a *Revista Tico Tico*, ver Rosa, 2002.

<sup>44</sup> Santa Vitória do Palmar é um município próximo a Pelotas/RS, localizado no extremo sul do Brasil, na fronteira com o Uruguai. Luzia costumava passar suas férias escolares nesta cidade, junto a seus familiares.

terceira plateia, o namorado na cadeira atrás do cinema, às vezes um pequeno afago, um olhar para trás”.

Também produz outras narrativas, ancoradas nas suas memórias, mantém-se nelas em tom de incógnitas, em meio a nostalgias. Neste sentido, apresenta uma reflexão de Assis Brasil<sup>45</sup> sobre o tempo da infância, “uma sensação nos acomete quando visitamos os cenários da infância – eles são sempre muito menores que os sentidos de nossa memória. Os tetos são baixos, as janelas exíguas, os corredores breves os pátios minúsculos” e, logo a seguir, aproxima a reflexão de suas memórias “saia pregueada, blusa branca, gravatinha, meia branca três quartos, capa, uniforme de gala, casquete no Colégio São José”. E, ainda, escreve “INFÂNCIA – óleo de fígado de bacalhau, cataplasmas de linhaça, ventosas, cálcio”.

Seguindo as etapas de sua vida, rememora os tempos de juventude, destaca as “festas de 15 anos” e as “brincadeiras”, a “cuba-libre”. Lembra também de Santa Vitória do Palmar, cidade bem próxima de Pelotas, onde passava suas férias, que evoca essas memórias:

canoa, a telefonista, as balas de guaco de D. Olegária, D. Panchita e as irmãs Lídia e sua mãe, aulas de música, solfejo, os provedores, Noé e Marçal, milho assado no espeto, churrasco de cabeça de cordeiro, boteco de beira de estrada - lingüiça, bolachas, banha, fazendas, panelas, urinóis, pirulitos, coisas de armarinho (caderno, 2007).

Todas essas anotações oferecem possibilidades de nos aproximarmos mais ainda de Luzia e de melhor conhecê-la. Voltando ao caderno de 1996, observa-se que, na sessão “Re-lembranças”, ela se coloca entre dois mundos, ou seja, entre “repressão versus os vôos de libertação” e identifica a cidade de Pelotas a seu “mundo de repressão”. Para a palavra “libertação”, produz um acróstico que contempla essas lembranças “cavalgar no pampa, o mar, o encontro com o AVIADOR”. Em seguida, indica “a abertura de janelas, a vinda para Porto Alegre, a universidade, o pensionato, arte, ciência, cultura, o teatro, um mundo novo, desafio”.

No caderno de 1998, intitula uma nova sessão “As faces de L.”, em que reforça as expressões “MAGIA, SONHO, MISTÉRIO,

---

<sup>45</sup> Luis Antonio de Assis Brasil é um escritor rio-grandense, nascido em 1945, autor de muitos romances históricos que representam as memórias de diferentes culturas do Estado do Rio Grande do Sul.

caleidoscópio, fragmentos de memória”, afirmando que “palavras são o meu jeito mais secreto de falar”. Em 1999, escreve “MEMÓRIA”, em letras grandes, “retalhos de memória, memória compartilhada, emoção compartilhada, sonhos perdidos, memórias perdidas, entrelaçadas e reinventadas pelo desejo”. Usa Roland Barthes para falar do “fio da memória, a diversidade e o múltiplo”. No meio deste caderno, localizamos um pedacinho de papel colado dizendo em itens:

a qualidade da relação, a opção e a escolha, descobrir em si o que vale ou não dentro de si, decidir o que descobrir, não ter medo de errar, cometer erros, não ter medo de sonhar (erros e sonhar sublinhados), fazer o que gosta, aquilo que dá prazer (caderno, 1998).

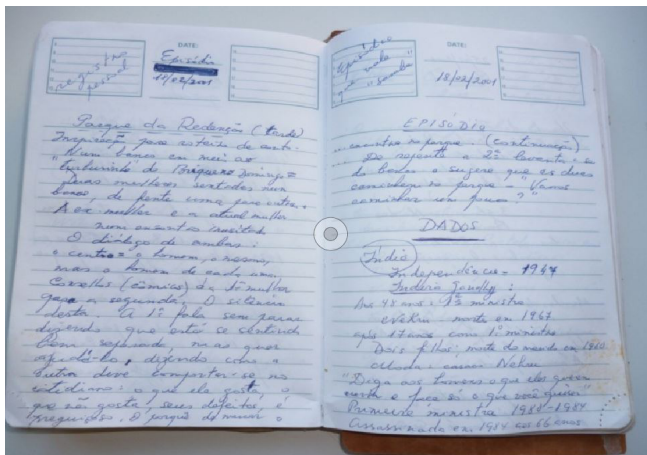
Ao redor dessa folhinha branca colada, estão as frases: “o sonho é o começo do homem”; “o poeta é que dá voz ao sonho” (Carlos Nejar) e “escrevendo a mão as palavras tem mais vida” (Patricia Bins).

Em 2007, produz uma espécie de avaliação de seus percursos e registra “o que eu fiz e o que gostaria de ter feito e não fiz”, “o passado tão perto e tão distante”, “em pensamento retornei à infância”, “restaurar o sentido das experiências”, “reaprender como é possível ser feliz por tão pouco?”, “o vasculhar dentro de si”, “re-inventar, cheiro de infância”, “existir talvez seja um pouco este re-encontro com raízes atávicas”. Rememora os anos 1950, evoca mais uma vez “a juventude, o sonho, o vir para Porto Alegre, sair dos bailes, mil e mil e uma noites”.

Em menor intensidade, destaca “Re-lembranças de Porto Alegre”, cidade que passou a residir, dizendo que sua mente está “povoada de recordações”. Assim, escreve:

a Rua Florêncio Igartua, os Caixeiros Viajantes, o Parcão (construção), o cinema Coral, os restaurantes, o beijo roubado no terraço, nos bailes da Reitoria, os bailes na 1001 noites, os profissionais da rua: vendedores de puxa-puxa, verdureiros, leiteiros, padeiros, afiadores, pipoqueiros,...cinemas nas calçadas, a caixa d’água, o bar da Demétrio, os picnics (caderno, 2007).

O que podemos pensar sobre Luzia a partir dessas memórias, por vezes obscuras? Tratam-se de escritos de uma mulher da geração que viveu sua juventude nos anos 1950, que vem de uma família abastada economicamente, que enfrentou tempos de transição em relação à sua condição feminina, quando muitas tensões se estabeleceram acerca do



**Figura 7:** Página do caderno da professora Luzia Garcia de Mello (2001)  
**Acervo:** Arquivo Faced/UFRGS



**Figura 8:** Página do caderno da professora Luzia Garcia de Mello (2003)  
**Acervo:** Arquivo Faced/UFRGS

seu lugar na sociedade. Luzia, uma professora universitária, que vem de família tradicional de uma cidade que ostentou riqueza no RS em outros tempos, alguém que viveu sua vida entre duas cidades, expõe suas intimidades nesses cadernos, em meio a muitos outros registros cotidianos.



Ao *descobrir* algumas das “faces de L.”, como pesquisadoras debruçadas sobre esses documentos, nos sentimos atravessadas por sentimentos de comoção por poder ler palavras que, muito provavelmente, não foram escritas para outrem. Nos deparamos com memórias fortes, às vezes, sintetizadas em palavras únicas, que, por um lado, parecem indicar lembranças felizes, por outro sugerem uma narrativa de amargura. Essas evocações da infância, da juventude, acompanhadas das reflexões acerca do seu tempo presente, enquanto pessoa adulta e madura, permitem que se componha essa personagem, entendendo-a como uma mulher que não foge de um *ethos* geracional, entretanto, é alguém que construiu uma curva própria de vida, afastando-se das estereotípias do feminino, dedicando-se a seu trabalho como professora universitária.

### **Outras “FACES de L.”: cotidiano, educação, cultura, política**

Pela análise dos cadernos, percebem-se traços da personalidade de Luzia, para além dos aspectos intimistas. É uma pessoa com múltiplos interesses que aparecem nos seus guardados: história e memória, política, cinema, literatura, teatro, educação, universidade, psicanálise, economia, geografia, ciência, pós-estruturalismo, poesia, música (pouco), vida cultural na cidade, arte, personagens da História, Sociologia, Antropologia, Filosofia. Ainda, desdobrando, observa-se o quanto era afeita aos temas que começavam a se legitimar academicamente, especialmente na Faculdade de Educação/UFRGS, nos anos 1990, como as aproximações do pensamento de Michel Foucault, em suas interfaces com a educação, a emergência de “movimentos sociais, como feminismo, lutas negras, movimentos de libertação nacional” (caderno, 1998). Neste sentido, os cadernos trazem registros das discussões do pós-estruturalismo que se inauguravam na Universidade. No primeiro, de 1989, ao escrever sobre o conceito de poder para Michel Foucault, faz menção a Jacques Derrida e Franz Kafka. E, nessas anotações, destaca o livro publicado por seu colega da Faculdade de Educação, Tomaz Tadeu da Silva, afinado àquelas discussões, intitulado “Alienígenas na sala de aula”<sup>46</sup>.

Pelas análises dos escritos, percebem-se evidências da Luzia intelectual, manifestada por suas intencionalidades, nos *gestos de escrever*

---

<sup>46</sup> Livro que se tornou emblemático nas discussões acerca da educação nas interfaces dos estudos culturais, organizado por Tomaz Tadeu da Silva (1995).

*e de guardar*. Apesar de afastada das atividades docentes, mantinha-se conectada com as mudanças que se instalavam na epistemologia do conhecimento, e, ao mesmo tempo, atenta ao que acontecia no mundo, em um sentido *lato sensu*. Nesta perspectiva, Gomes e Hansen (2016) consideram os professores como intelectuais mediadores, porque atuam na formação de outros profissionais, “objetivando disseminar práticas e saberes que seriam responsáveis por circunscrever campos disciplinares e conferir uma identidade a seus membros”.

Entende-se que tal conceito se aplica à trajetória construída pela professora Luzia na UFRGS. Ao se aposentar, ingressou em um novo momento, mas continuou a cultivar os mesmos interesses que nutria enquanto atuava na docência. Sendo assim, evidencia apreço por um mosaico de escritores, locais, nacionais e internacionais, inscritos em campos diversos, conforme denotam seus cadernos: os historiadores Décio Freitas e Voltaire Schiling, reflexões, poesias e crônicas de Luis Pilla Vares, Flavio Tavares, Luis Fernando Veríssimo, Moacyr Scliar, Lia Luft, Clarice Lispector, Frei Betto, Ferreira Gullar, Mario Quintana, José Saramago, Paulo Freire, Michel Foucault, Roland Barthes, entre tantos outros.

Como já foi dito, os cadernos estão repletos de recortes de jornais e revistas, provenientes de suas leituras cotidianas, das quais recolhia a maior parte dos assuntos que a mobilizavam. Entre os periódicos locais, Correio do Povo, Jornal Zero Hora, e, em menor quantidade, notícias da imprensa de grande circulação nacional, como Jornal do Brasil, Folha de São Paulo, Revista Manchete, Revista Veja.

Entre as sessões de consulta da imprensa, observa-se um número expressivo das que abordam temas de educação e cultura. Também se vê sua preferência pelos assuntos da política e pelas notícias locais, nacionais e internacionais que lhe impactavam. Luzia tinha por hábito sublinhar partes dos textos lidos e, para além dessas marcações, fazia inscrições nos textos, registrando suas opiniões ou escrevendo uma explicação a mais na própria página do jornal ou revista. Cabe ressaltar que há um caderno temático, produzido entre 2006 e 2009, exclusivamente sobre cinema e teatro, mas com a predominância da sétima arte. Luzia era uma *habituée* das salas de cinema da cidade e costumava registrar suas impressões sobre os filmes que assistia.

Em relação ao tema da educação, Luzia costumava produzir sínteses das atividades que ainda participava: aulas inaugurais da

UFRGS, cursos, palestras. Este é mais um indicador de que permanecia vigilante diante dos acontecimentos acadêmicos. Um bom exemplo é a anotação das datas das defesas de Teses de Doutorado de duas colegas, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Nara Bernardes. Essa prática de produzir sínteses também comparece na “Sessão Cinema”, pois são muitos os resumos dos filmes que assistia.

E sua face como professora de História também se revela nos apontamentos. É forte seu interesse em relação à História e suas transformações, que também são datadas no Brasil a partir dos anos 1990. No caderno de 1990, faz referência às categorias da “história da leitura, história das ideias, história das mentalidades, história do cotidiano”. Neste ano, escreve mais sobre o que chama de “Nova História” e suas inscrições na França, cita Jacques Le Goff, Phillipe Ariès, Pierre Nora e fala da Escola dos Annales. Reflete acerca desses novos paradigmas historiográficos, ancorado na “revalorização da narrativa com temáticas ligadas aos costumes reúne a qualidade acadêmica e o prazer do texto”. Demonstra também estar conectada às discussões acerca do conceito de verdade na História em suas interfaces com a ficcionalidade. Traz a frase de Nietzsche “Não há superfícies realmente belas sem profundezas medonhas”, diz que “História e ficção são intercambiáveis” (caderno de 1991). Complementa com as reflexões, “o escritor como arqueólogo dos costumes e investigador do cotidiano, aprender a escrever: a força do detalhe, a importância da descrição, a necessidade de compor com verossimilhança as personagens”. E conclui com uma ideia de Balzac sobre ficção e realidade “inventar a história tal qual ela era” (caderno, 1991). E, sobre a história da América, encontrou-se um papel colado com as anotações “a descoberta da América Latina e do Brasil a partir da Europa com Enrique Dussel, história da cultura latino-americana, categoria da alteridade” (caderno, 1995), evidenciando que não era apenas a historiografia francesa que lhe afetava. Ainda, localizaram-se apontamentos sobre “o ensino de História e a criação do fato”, apresenta Michelle Perrot e seu tema de estudo “história das mulheres”. Atenta às produções locais, cita a professora Sandra Pesavento e suas discussões sobre estudos feministas e faz referência ao médico Ivan Izquierdo em relação ao tema da “memória” (caderno, 1994).

Há, ainda, no meio de muitos dos cadernos, uma série de fichas com registros de “depoimentos sobre televisão, cinema e teatro”, áreas de seu interesse, desde jovem. São entrevistas realizadas no programa

“Canal Livre”, da Rede Bandeirantes: Henriette Morineau, Raul Cortez, Bibi Ferreira, Jardel Filho, D. Helder Câmara e tantos outros. Programas de rádio, da mesma forma são registrados, como a entrevista de José Lutzberger à Rádio Guaíba, sobre Reforma Agrária, em 25 de setembro de 1984, às 9h. Faz registros também de outros programas de tevê que assistia: Programa Conexão Roberto D’Avila da Rede Manchete, Roda Viva, Entrevista com Marília Gabriela, programas do GNT em geral. Do mesmo modo, identificam-se registros de palestras que assistia no Instituto Cultural Goethe, em treze fichas, preenchidas frente e verso (caderno, 1995).

Nestas fichas, também é possível observar algumas leituras que realizou: Zaia Brandão (O Estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência); Hannah Arendt (A Condição humana); Jürgen Habermas (Conhecimento e interesse); Luiz Câmara Cascudo (Folclore); Inácio de Loyola Brandão, Pedro Goergen. Outras, de 1984, trazem excertos de pensamento: “Sapo não salta por boniteza, mas sim por precisão” (Guimarães Rosa); “As tragédias dos outros são sempre uma banalidade desesperante” (Oscar Wilde); “Ninguém sabe o que acontecerá quando as pessoas começarem a acreditar nelas mesmas” (Fernando Gabeira), Hannah Arendt “As origens do totalitarismo” (caderno, 1991).

A leitura de seus manuscritos possibilita estabelecer relações com grandes marcos da História do Brasil naquela temporalidade. Em 1990, por exemplo, ela faz uma análise do discurso do primeiro Presidente do Brasil eleito pelo voto democrático, Fernando Collor<sup>47</sup> de Mello, após mais de vinte anos de ditadura civil-militar no país. Luzia questiona tal eleição, com esses dizeres: “Lógica, eficiência, competição, desenvolvimento. Salvador? Predestinado? Demagogo? Campeão de karatê, modelo em desfiles de moda masculina?”. Acrescenta “impecável ao vestir, no penteado, gestos estudados, parece que há um plástico protegendo-o: as coisas não o atingem humano? Robô? super-homem?” Podemos inferir que, como uma pessoa intelectualizada que era, se permitia o benefício da dúvida e, por meio de indagações, suspeitava dos discursos que procuravam instituir um personagem político legítimo como o Presidente da República.

---

47 Presidente eleito democraticamente em 1990. Sofreu processo de *impeachment* em 1992.

E o que mais Luzia guardava dentro dos cadernos, além da infinidade de recortes de jornais e revistas? Dentro do caderno de 2007, um bilhete de uma amiga no verso de um texto intitulado “Chronos, o tempo da vida”. O bilhete diz “Luzia, querida amiga, pelas tantas vezes em que teu caminho iluminou o meu chronos, não pude ler a mensagem que te envio sem me lembrar especialmente de ti”. Há outros papéis, como um proveniente da Faculdade de Educação, lugar de seu ofício docente, provavelmente uma mensagem com texto de Paulo Freire em homenagem ao dia do professor, datada de 15 de outubro de 1997. O fato de ter guardado essa mensagem, mesmo depois de alguns anos afastada da Universidade, indica os afetos que a mantinham no mundo acadêmico.

O manuseio dos cadernos também permite identificar uma espécie de rede de sociabilidades. Em 1989, há um escrito em que está registrado “remessa de exemplares”, ela elenca endereços, nomes de Programas de Pós-Graduação, de professores e faz uma lista de convites. Entre os convidados estão Graciema Pacheco, Renita Allgayer, Rovilio Costa, Petronilha Gonçalves e Silva, todos professores da Faculdade de Educação, e também a Biblioteca Central da UFRGS. Essas anotações teriam referência a algum livro que escreveu e para o qual preparava um lançamento?

Além disso, Luzia guardou um encarte com dizeres de Frederico Garcia Lorca e também encartes da 42ª Feira do Livro em Porto Alegre<sup>48</sup>, de 2007, evento pelo qual demonstra muita simpatia, haja vista a quantidade de referências à Feira, que é anual em Porto Alegre. Nele, escreve a palavra “Esperança”, seguida de:

A praça e os jacarandás. Ler ajuda a viver, a ensinar, a perguntar, estimula a imaginação. Ler é descobrir a força das palavras. Os livros ajudam a interpretar o cotidiano, a iluminar os nossos labirintos e fazem a vida mais densa e mais digna (caderno, 2007).

Pelo exposto até aqui, percebe-se que nada nos cadernos faz pensar nas escritas tipicamente feminilizadas, marcadas por uma determinada estereotipia do gênero. Nos seus escritos e guardados, não

---

<sup>48</sup>A Feira do Livro de Porto Alegre é um evento cultural anual na cidade, acontece sempre no mês de novembro. Localiza-se ao ar livre, na Praça da Alfândega, no Centro Histórico da cidade.

há receitas culinárias, nem mesmo possíveis cuidados a casa. São papéis conservados por uma mulher intelectualizada, professora universitária, em conexão com o mundo que habitava. Entretanto, ao vasculhar essas materialidades, localizam-se alguns indicativos de situações prosaicas de seu cotidiano, às quais ninguém parece escapar. Em 1996, faz uma lista dessas situações e são nelas que aparece o nome de seu marido, “limpar coisas atrás do fogão, cadeiras salas, blusas Luzia 2, camisa Tedesco, lavanderia: 2 toalhas amarelas, quarto da mamãe – limpar almofadas, ver roupas de cama quartinho, folhagem, água”.

No caderno de 1990, na última página, há outra lista com nomes de champagnes e vinhos, mas a letra é diferente. Seria a presença de Tedesco a invadir este espaço gráfico de Luzia? Ainda neste suporte de escrita, seguem-se várias anotações dispersas, como “telefone do Instituto de Cardiologia, expressões típicas, teatro em Pelotas, autores de livros: Zuenir Ventura, Patricia Bins”. Ainda o ditado “água mole em pedra dura...” e o verso de Gilberto Gil “o melhor lugar do mundo é aqui e agora”.

Em contato com parentes de Luzia, foi possível localizar fotografias suas e da família. E uma agenda<sup>49</sup>, com dedicatória de sua irmã Maria Alice, datada de 27 de outubro de 2000, a qual foi preenchida até novembro de 2001. Diferentemente dos cadernos, esse traz somente escritos de Luzia, que também o divide, nas últimas páginas, em sessões: frases e ditos populares, diversos, dados, cinema, teatro e uma listagem dos eventos que participou no período<sup>50</sup>, evidenciando uma vida cultural intensa. Os escritos são relativos às suas leituras (Isabel Allende, Jacques Prévert, Saramago, Sérgio Capparelli, Honoré Balzac, Oscar Wilde, Carlos Fuentes, Samuel Beckett, Jorge Luiz Borges), apontamentos dos eventos culturais que participa, dos filmes e programas de TV que assistiu. Há somente dois registros pessoais. O primeiro intitulou “Re-lembanças 1980-1981”, referindo-se ao período que morou em Brasília, em que elenca viagens de férias (Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina), que caracterizou como “andanças e o

---

<sup>49</sup> Agenda, tamanho 17,5 cm x 11 cm, que não traz datas impressas; com capa de couro decorada.

<sup>50</sup> Por exemplo, em setembro de 2001, participou do Porto Alegre em Cena, Seminário de Literatura, Seminário Filosofia Política e Metafísica, Filosofia e Música, Fórum Mundial de Educadores, Exposição de Fotografias.

conhecer um pouco o universo interiorano do Brasil”. O outro, em 26 de junho de 2001, às 22 horas, extravasa a emoção da chegada da irmã, que morava havia muitos anos nos Estados Unidos com os filhos, únicos parentes diretos:

Aleluia, Aleluia! Uma grande notícia enfim: Maria Alice vem ao Brasil na próxima semana! (...) Sua vinda é como um presente que a gente deseja, namora aquilo, espera ganhar um dia. Presente com dois significados: tempo presente – estar aqui e agora; presente – algo bom e desejado que a gente recebe. Alegria! Alegria! Alegria! (agenda 2000-2001).

Segundo Artières (1998), “passamos assim o tempo a arquivar nossas vidas: arrumamos, desarrumamos, reclassificamos. Por meio dessas práticas minúsculas, construímos uma imagem para nós mesmos e às vezes para os outros” (1998, p. 10). Por meio dessas análises, pretendemos “tirar do esquecimento este volume de impressos que sobreviveram ao desgaste do tempo” (CUNHA, 2015, p. 5). Os cadernos de Luzia são arquivos dotados de complexidade que merecem investigações apuradas. Entendidos como representações do real, misturam intimidade e publicidade, deixam ver um pouco de sua autora e permitem aproximações de sua trajetória, pois “a escolha, a classificação dos acontecimentos, determinam o sentido que desejamos das às nossas vidas”. São, portanto, práticas do arquivamento do eu, dotadas de intenção autobiográfica como uma espécie de “construção de si mesmo e de resistência” (ARTIÈRES, 1998, p. 23).

## Finalizando

Esses artefatos da cultura escrita, por meio da pesquisa, adquirem uma vivacidade, transformam-se em documentos potentes para o campo da História da Educação. Isso é, formam *pontes* entre *nosso mundo e outros*, infinitamente ricos. Nas práticas de arquivamento de si, perenizam-se memórias que põem em evidência a história de uma mulher, tomada em perspectiva singular, mas sem excluir as dimensões da memória coletiva. O arquivamento é um baluarte contra a mortalidade e o esquecimento. Guardar e arquivar se ligam aos atos de representar a memória, uma das formas de se *transmitir* o passado. Os escritos de Luzia são arquivos de sua memória, que despertam leituras diversas

por outros olhares, para múltiplas relações entre memória e escrita, redes de sociabilidade, singularidades e subjetividades.

No caderno de 2007, Luzia escreve a frase de Oscar Wilde “eu nunca viajo sem o meu diário”. E prossegue a reflexão sobre o “diário de bordo”, com essas palavras “a vida pode ser comparada a uma viagem por mares nunca dantes navegados. Nunca sabemos onde vamos chegar, nem sabemos das tormentas que nos esperam. Vamos navegando vamos vivendo e vamos escrevendo”.

Meses antes de seu falecimento, em junho de 2012, sofrendo com problemas cardíacos e dificuldades de locomoção, decorrentes da paralisia infantil, e não podendo estar com as amigas, manda uma mensagem:

Às queridas amigas

Não podendo estar presente pessoalmente, e embora o sofrimento e a dor física, quero enviar uma simples mensagem ao “querido grupo”.

Assim, a minha palavra hoje para nós é SONHO...

Como diz Oscar Niemeyer, exemplo de criatividade, de inovação, de vida, enfim de sonho mesmo:

“A gente tem é que sonhar para que as coisas aconteçam, senão elas não acontecem”.

Contudo, digo eu, isto não é fácil. É difícil, mas possível?

Acho que sim, não sei.

Numa peça teatral, que também é um poema, de Fernando Pessoa, “O Marinheiro“, que eu representei um dia (há muitos idos!!!!), uma personagem que assim fala, cujas palavras do poema ficaram até hoje na minha mente. Pergunta ele: “por que se morre? Talvez por não se sonhar o bastante. E não sonhar faz mal à saúde. Não valeria a pena, então, fecharmo-nos nos sonhos, esquecer a vida, para que a morte também nos esquecesse?”

Ah! Minha gratidão a vocês pelo incomparável apoio, pelo carinho, compreensão, dedicação, doação, especialmente em momentos tão difíceis.

Um afetuoso abraço,

Luzia. (2012)

Essas palavras são quase uma síntese de quem foi esta mulher, deixam ver seus interesses, afetos, memórias e comovem pelo desejo de vida, alimentado pela importância de continuar a sonhar. Luzia pressente seu fim neste texto, mas ainda aposta no sonho como uma potência que move a continuidade da vida.



As práticas de escrita, recorte e colagem construíram e alimentaram o arquivo pessoal de Luzia, durante muitos anos. Enquanto cada caderno era analisado, ficávamos a imaginar aquela que os produziu. Onde ficariam os cadernos em sua casa? No seu quarto? Na sala de estar? Guardados em gavetas? Em seu escritório, sobre uma escrivaninha, junto a tesouras e tubos de cola, em meio a jornais, revistas e livros? Os cadernos acompanhariam sua autora por diversas dependências da casa? Resta pensar nesta mulher, em uma noite fria de inverno, noites essas comuns em Porto Alegre, no refúgio de sua casa, enquanto olha pela janela o entardecer, senta-se junto a uma mesa e põe-se a retomar as notícias do dia, recorta o que mais lhe afetou, faz cópias, depois, procura anotações de uma palestra que assistiu na Faculdade de Educação, guarda no caderno para passar a limpo amanhã. Em seguida, procura pelos novos filmes que entrariam na programação dos cinemas da cidade, escolhe alguns para ir no fim de semana, copia as sinopses. Em meio a essas práticas, rememora tempos longínquos, lhe vêm à mente memórias confusas, parecem inconstantes, talvez. Não perde tempo, registra o que lembra no caderno que a acompanha no momento, pois, como ela mesmo diz, “minhas raízes estão plantadas nas minhas recordações hoje” (caderno, 2007). As notícias do instante presente podem esperar um pouco.

## Referências

- ALMEIDA, Dóris Bittencourt e LIMA, Valeska Alessandra de. O Colégio de Aplicação da UFRGS e suas precursoras: memórias apagadas (1954-1996). *Revista Conjectura*, v. 20, n. 1, p. 141-163, 2015.
- ALMEIDA, Dóris Bittencourt e GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi. Escrituras marginais: fragmentos de memórias da professora Malvina Tavares (1891 – 1930). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 15, n. 1, p. 109-142, 2015.
- ALMEIDA, Dóris Bittencourt e SOUZA, Ariane. Escritos imaculados: cadernos de História, registros de memórias do Colégio Farroupilha (1950-1962). In. BASTOS, Maria Helena Bastos; JACQUES, Alice Rigoni; ALMEIDA, Dóris Bittencourt (org.). *Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha/RS: memórias e histórias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.
- AMARAL, Giana Lange. *Gatos Pelados x Galinhas Gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960)*. Tese de Doutorado, PPGEDU/UFRGS, 2003.

- ARRIADA, Eduardo. O olhar de Deus: a educação de meninas no Colégio São José de Pelotas. In: TAMBARA, Elomar e CORSETTI, Berenice (org.). *Instituições formadoras de professores no Rio Grande do Sul*, Pelotas, Editora da Universidade, 2008.
- ARTIÈRES, Phillippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricas*, n. 21, p. 9-34, 1998.
- BASTOS, Maria Helena Camara. Reflets Du Brésil no Centre International d'Études Pédagogiques/CIEP (Sévres/França, 1945-1971), In: BOTO, Carlota; AQUINO, Julio (org.). *Democracia, Escola e Infância*. São Paulo: USP/Faculdade de Educação, 2019. Disponível em: [ivrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/327/288/1215-1](http://ivrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/327/288/1215-1) Acesso em: 04 mar. 2021.
- CURY, Maria Zilda Ferreira. Acervos: gênese de uma nova crítica, In: MIRANDA, Wander Melo (org.). *Trama do Arquivo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.
- FOISIL, Madeleine. A escritura do foro privado. In: ARIES, Phillippe e DUBY, Georges (org.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 3, 1991.
- GOMES, Angela de Castro e HANSEN, Patrícia Santos (org.). *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- HEYMANN, Luciana. Arquivos Pessoais em perspectiva etnográfica. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana (org.) *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2014.
- LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- MELLO, Luzia Garcia de. *Uma visão crítica da tecnologia da educação: reflexão sob a experiência vivida*. Dissertação de Mestrado/PPGEDU/UFRGS, 1982.
- MIGNOT, Ana Chrystina. Editando o legado pioneiro: o arquivo de uma pioneira. In: MIGNOT, Ana Chrystina; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos (org.). *Refúgios do Eu: educação, história, escrita autobiográfica*. Editora Mulheres, 2000.
- MIGNOT, Ana Chrystina. *Papéis Guardados*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2003.
- MIRANDA, Wander Melo. *Corpos Escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1992.

- SCHÜTZ, Liane Saenger. *Sótãos e Porões: sacudindo a poeira do Colégio de Aplicação*. Dissertação de Mestrado/PUCRS. Porto Alegre, 1994.
- ROSA, Zita de Paula. *O Tico-Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica*. Bragança Paulista: EDUSE, 2002.
- VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Preceptoras estrangeiras para educar meninas nas casas brasileiras do século XIX. *Revista Cadernos de História da Educação*, v. 17, n. 2, p. 285-308, 2018.

PAPÉIS DE UMA PROFESSORA POLIVALENTE:  
MIRADAS PARA AS AULAS DE HISTÓRIA  
(COLÉGIO DE APLICAÇÃO/UFRGS, 1978- 1986)

## Introdução

Neste texto, investigam-se cadernos de planejamento de uma professora do Colégio de Aplicação (CAp/UFRGS), que os conservou por muitos anos. Foram selecionados seis cadernos, em que Isabel Loss, professora polivalente, descreve suas aulas para a sexta série do primeiro grau de ensino, entre os anos 1978 e 1986<sup>51</sup>. Objetiva-se problematizar esses escritos, testemunhos da cultura escolar<sup>52</sup>, na perspectiva da singularidade das escritas ordinárias. Metodologicamente, o foco do estudo consiste no exame dos artefatos, sobretudo no que se refere às práticas das aulas de História, como componente curricular, em suas recorrências, interfaces com outros campos disciplinares e transformações ao longo dos anos. Tais práticas se inscrevem em um modelo de escola considerado de vanguarda pedagógica, a partir de sua idealização por Graciema Pacheco e Isolda Paes<sup>53</sup>.

51 Foram examinados os cadernos dos seguintes anos: 1978, 1979, 1982, 1984, 1985, 1986.

52 Vinão Frago explica que a escola possui uma cultura escolar, mas precisamente culturas escolares, ou seja, um conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizam a escola, em diferentes níveis, considerando as questões sociológicas, antropológicas, históricas, e as práticas cotidianas que constituem essa instituição. Por esse conjunto de aspectos institucionalizados, o autor entende “as práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos, a história cotidiana do fazer escolar, objetos materiais, funções, usos, espaço, materialidade física, simbologia, (...). Alguém dirá: tudo. E é certo, a cultura escolar é toda a vida escolar: feitos e ideias, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de pensar, dizer e fazer” (1995, p. 68-69).

53 O Colégio teve a presença de Graciema Pacheco como diretora, entre 1954 a 1981 (Lima, 2016).



**Figura 9** – Arquivo pessoal da professora Isabel Loss  
**Acervo:** Arquivo Faced/UFRGS

Sobre o colégio, cabe dizer que foi fundado em 1954, pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras/UFRGS. Entre seus objetivos, buscava promover a prática docente de estagiários dos Cursos de Licenciatura da Universidade, bem como, legitimar-se como campo de investigação pedagógica (SCHÜTZ, 1994). Em 1971, logo após a Reforma Universitária<sup>54</sup>, houve um desmembramento dos cursos de graduação, fato que promoveu a constituição da Faculdade de Educação como unidade acadêmica. Até 1996, a Faculdade de Educação e o Colégio de Aplicação dividiram o mesmo prédio no *Campus Central* da UFRGS, que havia sido construído para outros fins<sup>55</sup>. Em termos pedagógicos, o CAP emerge como instituição com forte difusão dos discursos de renovação educacional, que tiveram um papel importante na constituição de um determinado *ethos* de escola diferenciada em Porto Alegre<sup>56</sup>.

Com relação à formação de Isabel Loss, sabe-se que cursou a Escola Normal no Colégio Seigné,<sup>57</sup> em Porto Alegre. Em seguida, graduou-

---

54 Reforma Universitária de 1968, Lei 5.540 (28/11/1968).

55 A proposta original do prédio era sediar o Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE), órgão vinculado ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) no RS. Ver, Bastos, Quadros, Esquinsani, 2006.

56 Para maiores informações consultar Lima e Almeida, 2018.

57 O Colégio Seigné foi fundado em 1900 em Porto Alegre por Emmeline Courteilh esposa do cônsul da França, instituição voltada à formação docente para mulheres. Para maiores informações, consultar Werle, 2008.



**Figura 10** – Prédio da Faced, “Torre Azul”  
Acervo: Museu da UFRGS

se em Ciências Sociais na PUCRS<sup>58</sup>. Em 1978, começou a lecionar no Colégio de Aplicação, como professora polivalente<sup>59</sup> da quinta e sexta série do primeiro grau de ensino, instituição em que permaneceu até 2012, quando se aposentou. Para melhor entender o conceito da polivalência na docência, é preciso lembrar que os fundamentos do CAP buscaram aproximações das *Classes Nouvelles*<sup>60</sup> francesas, que defendiam

---

**58** Informações concedidas por Isabel Loss, em entrevista para o Arquivo da Faced, em 2018.

**59** A designação, sexto ano polivalente (que nos anos 1970 designou-se sexta série polivalente), os motivos para sua instalação e o público a que se destinava relacionam-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, ao determinar que o Ensino Primário tivesse, no mínimo, quatro séries elementares que poderiam ser estendidas por mais duas, complementares. Estas últimas séries, quinta e sexta, deveriam ser frequentadas por aqueles que não iniciassem o Ensino Ginásial, após o término do quarto ano primário, e objetivava a ampliação dos conhecimentos do aluno “iniciando-o em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade” (BRASIL, 1961, p. 6). Para os alunos que cursavam as séries complementares, conforme a legislação, era permitido o ingresso na 2ª série Ginásial, mediante aprovação em novo Exame de Admissão. Para maiores informações, consultar Lima, 2016.

**60** O CAP é uma escola que manteve o propósito de buscar novos métodos de aprendizagem, entre eles, as Classes Experimentais Secundárias, que objetivavam a constituição de um campo de ensaio para aplicação de métodos pedagógicos,

a manutenção de poucos docentes atuando no trabalho pedagógico junto aos estudantes. Entendia-se que a polivalência<sup>61</sup> promoveria uma transição mais harmônica para os graus mais elevados do ensino. Conforme Lima (2016), essas concepções nortearam a polivalência no Colégio de Aplicação, a partir dos anos 1960.

Segundo Bastos (1999), a polivalência entendia que era necessário a continuidade de uma professora referência para os anos escolares imediatamente subsequentes ao Primário (séries iniciais a partir da Lei 5692/71), a fim de que os estudantes melhor se adaptassem à dinâmica de uma escola experimental. Bastos explica que, nessa proposta pedagógica, as professoras eram acompanhadas por especialistas, conforme as diferentes áreas de ensino. Portanto, no turno da manhã, ministravam as aulas e, à tarde, reuniam-se com seus pares e com as docentes especialistas para planejamentos e sessões de estudo.

Todavia, pela análise dos cadernos, foi possível perceber que a polivalência adquiriu diferentes nuances, ao longo dos anos no Colégio de Aplicação. Entre 1978 a 1983, a professora trabalhava com os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Estudos Sociais. A partir de 1984, houve mudanças, e ela começou a atuar como polivalente responsável apenas pelas áreas de Português e Estudos Sociais<sup>62</sup>. No caderno de 1985, nas últimas páginas, Isabel escreve reflexões acerca desse modo de ensino:

O porquê da polivalência? A polivalência integral em quinta série e a semi-polivalência em sexta série tem o objetivo de atender as características peculiares de alunos desta faixa etária. A principal característica a ser considerada é a emocional... um pouco de referências, alguém que lhe assegure estabilidade e segurança dentro do mundo escolar que para muitos é a continuidade das séries iniciais e, para outros, que ingressaram no Colégio de Aplicação

---

bem como de novos tipos de currículos. Por meio dessas Classes, idealizava-se uma escola que conciliasse o desenvolvimento intelectual e as habilidades práticas, por meio de currículo diversificado nos moldes observados especialmente na França. Portanto, infere-se que as Classes Experimentais brasileiras sejam apropriações das *Classes Nouvelles* francesas, considerando a circulação de educadores entre Brasil e França, naquele contexto (Lima e Almeida, 2018).

**61** Sobre a polivalência no CAP/UFRGS, ver BASTOS, 1999.

**62** Essa informação foi localizada em uma lista de materiais colada no caderno de 1986, em que estão escritos os nomes das professoras responsáveis pela “polivalência de Português- Estudos Sociais” e “Matemática-Ciências”.

nesta fase de escolaridade é uma experiência inédita repleta de expectativas, expectativas essas alimentadas pelas famílias (caderno de 1984).

Na seqüência, o texto explica que o conteúdo trabalhado em cada série seria desenvolvido “de forma não compartimentada, facilitando ao aluno constantes ocasiões para estabelecer relações, chegar a conclusões e emitir opiniões próprias, formadas à luz do que estudaram e elaboram” (1985). E, em relação à polivalência de Língua Portuguesa e Estudos Sociais, informa-se que a intenção seria integrar os conteúdos “naturalmente na forma em que vão surgindo e não artificialmente, propiciando um conhecimento mais amplo e facilitando ao aluno constantes ocasiões para estabelecer relações, chegar a conclusões e emitir opiniões próprias formados à luz do que estudaram e elaboram” (1985).

Em outro caderno (1982), encontrou-se uma folha solta com informações sobre a “avaliação dentro da polivalência (Estudos Sociais e Português)”. Nesta folha, defende-se o propósito de uma avaliação integral, pois “só há condições de compreender e transferir bem o conteúdo de História e de Geografia se o aluno realmente souber ouvir, ler e escrever, decodificando a mensagem implícita e explícita, tanto de uma como de outra disciplina”. Ainda, o texto esclarece que a avaliação deve considerar “o interesse do aluno, sua participação em grande e pequeno grupo, bem como seu envolvimento no trabalho individual pontualidade na entrega das tarefas (...)”

A análise dos cadernos permite inferir que a intenção do Colégio seria no sentido de promover uma educação imbuída dos ideais escolanovistas, ancorada nos princípios das classes experimentais. Ao que tudo indica, havia naquele contexto escolar a preocupação em conhecer o aluno, em respeitar suas características etárias, por meio dos estudos de Psicologia, e, assim, mapear seu desenvolvimento. Essas concepções seriam a base para construir uma instituição educativa que tinha por objetivo maior oferecer um ensino qualificado para seus estudantes.

Os cadernos, objeto de investigação deste artigo, hoje habitam o Arquivo da Faculdade de Educação/UFRGS, afinal “a memória se enraíza no concreto, no espaço” (NORA, 1993). Interessante saber que esses suportes de escrita foram produzidos nas dependências do mesmo prédio em que hoje estão. Como dito anteriormente, o Colégio de Aplicação, durante muito tempo, ocupou alguns andares, do edifício



que hoje é utilizado exclusivamente pela Faculdade de Educação. Depois, os cadernos estiveram por muitos anos guardados na casa da professora e, em 2013, retornaram para seu lugar de origem, o edifício chamado pelos antigos estudantes de “Torre Azul”<sup>63</sup>. Hoje, encontram-se, junto com outros tantos documentos, na sala 610, em que funciona o Arquivo, como setor da Faculdade.

Lá nesse lugar, esses cadernos constituem um conjunto documental importante. A professora, ao longo dos anos de trabalho, fabricou-os com cuidado, mostrando um pouco de si, pois se observam dimensões autobiográficas na sua construção. Arquivar é um modo de testemunhar, de deixar registradas nossas memórias, nossas relações com os outros, enfim, *nosso lugar no mundo*. Portanto, embora carreguem uma marca institucional, também compõem um arquivo pessoal, ou seja, representam indícios da cultura escolar daquela instituição, especificamente daquela temporalidade, mas também representam os modos como, autobiograficamente, Isabel *foi se fazendo* professora no Colégio de Aplicação.

### **Em cada caderno: um pouco da professora, em meio a protocolos e à cultura escolar**

Os cadernos de planejamento em questão podem ser concebidos como frestas entreabertas, deixam ver um pouco de sua autora, das práticas de ensino, das metodologias trabalhadas, das concepções pedagógicas da escola, enfim, evidenciam aspectos das políticas públicas de educação de uma determinada época. Apresentam protocolos de escrita comuns a cadernos de professoras, portanto, em alguma medida, permitem que sejam definidos como “escrituras disciplinadas” (MEDA, 2014). Não seguem uma estrutura idêntica, embora a análise permita dizer que seguem modos semelhantes de descrição das aulas. Nenhum dos suportes de escrita analisados foi utilizado até o fim, em todos eles, encontram-se muitas folhas vazias.

Em relação à materialidade, destaca-se que são de grandes dimensões, em espiral, cada um contando com, em média, duzentas

---

<sup>63</sup> A expressão “Torre Azul” era utilizada pelos estudantes do CAp ao referirem-se ao prédio da escola, em seus nove andares, destacando-se na arquitetura arrojada em meio ao *Campus* Central da UFRGS. Este tema foi abordado por Grimaldi e Almeida, 2018.

folhas, em que a docente expõe suas aulas. Nenhum foi encapado. Um aspecto a ser ressaltado é o fato da professora não ter o hábito de colar folhas nos cadernos e sim guardá-las dentro deles: textos mimeografados, trabalhos de alunos, rascunhos seus, folhas com listas dos nomes de alunos com avaliações dos mesmos, lâminas para projeção, envelopes, testes de alunos, reportagens de jornais.

As anotações nas últimas páginas dos cadernos são preciosas porque comumente escapam do regramento que caracteriza a escrita nas páginas anteriores. Assim, nesse espaço final, em 1985, indica pelo título “Caderno de caligrafia” os nomes dos alunos que, no seu entender, precisavam fazer uso dessa prática de escrita. Tal evidência faz pensar que o uso da caligrafia ainda era recorrente naquela temporalidade, mesmo para estudantes que já houvessem concluído os anos iniciais de alfabetização. Em 1986, divide as últimas folhas em quatro espaços/quadrados e coloca os nomes dos alunos, com observações acerca de alguns, de muitos nada diz e sobre outros registra: “é atento e participante, trabalha muito bem, suas contribuições positivas sempre acrescentam algo. Ótimo relacionamento com os colegas” ou “não traz os materiais quando se pede, esquece os livros da biblioteca. Desorganizado, não faz os trabalhos solicitados. Esquece tudo”. Ainda no mesmo ano, nesse espaço final, descreve os “projetos individuais dos alunos”, prática curricular da escola. Aqui reproduzo alguns dos títulos dos projetos: “Cinema gaúcho”, “Crescimento do feijão”, “Influência do vídeo game na vida das crianças”, “Cobras”, “Como cuidar do coração pelo alimento”, “A história do dinheiro no Brasil”, “Super heróis”, “Aves”.

Observa-se a presença de marcas pessoais nos modos da professora sistematizar as aulas. Ao folhear os cadernos, parece que os organizava *a seu modo*, sem muita preocupação com esmero. Entretanto, produz uma *lógica* própria, em que descreve a rotina diária, talvez como forma de melhor desenvolver seu trabalho. Essas observações levam a acreditar que esses materiais fossem manuseados exclusivamente por ela, não passavam pelo crivo de seus superiores, e essa constatação acentua uma dimensão autobiográfica, às vezes menos evidente em outros cadernos. Neste sentido, em meio ao garimpo, observaram-se aspectos de ordem pessoal, em meio à narração de suas práticas. Em 25 junho de 1986, Isabel registrou “Faltei, doença do pai” e, nos dias subsequentes, escreveu “Faltei Luto”. Também os dias de greve, como eventos que mobilizaram docentes da escola pública nos anos 1980,

foram destacados em letras maiúsculas, em 1986. Escreveu, em 15 de maio, “GREVE”, sendo que a paralisação estendeu-se até 03 de agosto, quando registrou “Retorno oficial do Colégio de Aplicação, atividades no grande grupo com explicações sobre o movimento e o porquê do retorno. Manifestações dos alunos e sugestões para reformular o calendário escolar”. O retorno oficial das aulas ocorreu de fato, segundo suas anotações, dia 26 de agosto, quando reencontrou os estudantes. Para este dia, planejou o seguinte para recebê-los: “Conversar: sobre a greve (livre) sobre o que fizeram durante este período e o que leram. Como gostariam que o ano letivo transcorresse daqui para a frente?” Em seguida, indicou o trabalho a ser feito “após os alunos externarem oralmente os seus sentimentos, convidá-los a escrever em forma de redação o que sentiram com a greve, o que pensaram, o que fizeram, o que planejaram” (1986). Seria incrível poder localizar esses textos!

A autora também fez uso das contracapas para anotações diversas, como listas de livros que emprestava e para quem. Nesses apontamentos dos empréstimos, constam os títulos “Anarquistas graças a Deus”, “Relatório do GEEMPA”, “Admirável mundo novo” (1983)<sup>64</sup>. Por meio da observação minuciosa desses e de outros escritos de Isabel, podem-se conhecer alguns autores que faziam parte de seu repertório intelectual e que compareciam em suas aulas. Assim, no verso da capa do caderno de 1984 aparecem títulos de livros de História, “História da América”, de Elza Nadai, “História Econômica do Brasil”, de Caio Prado Junior, “Educação e Sociedade” (s/a) e “um artigo” de Marilena Chauí. Chama a atenção a aula do dia 11 de junho de 1985, quando planejou “ler para os alunos alguns trechos do livro Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana de Paul Singer”, importante intelectual. Aqueles foram anos marcados pelo fim dos governos militares no país e o fato da professora acercar-se de pensadores como Marilena Chauí e preocupar-se em trazer Paul Singer para as suas aulas diz muito acerca

---

<sup>64</sup> “Anarquistas graças a Deus” é um romance escrito por Zelia Gattai, publicado em 1979. Por meio de uma narrativa autobiográfica, a autora conta as memórias de sua família em São Paulo, no início do século XX. “Admirável mundo novo”, de autoria de Aldous Huxley, narra uma distopia em que a trama se desenrola em Londres, no ano de 2540. O GEEMPA, Grupo de Estudos sobre o Ensino da Matemática, em Porto Alegre, mantém intensas relações com a Faculdade de Educação/UFRGS, tendo entre suas fundadoras a professora Ester Grossi. Foi precursor nas discussões acerca de metodologias para o ensino da Matemática.

de suas posições políticas e sociais naquele momento em que o país apostava em um novo tempo de luta pela redemocratização.

## **Aulas de História, em tempos dos “Estudos Sociais”**

Após refletir acerca da relevância dos arquivos pessoais para as pesquisas inscritas no campo da historiografia da educação, de situar a instituição educativa em que os cadernos foram produzidos, e de se aproximar dos cadernos e de sua autora, aqui a intenção é analisar o que esses suportes de escrita, guardados por tantos anos, evidenciam sobre as aulas de História, inseridas nos “Estudos Sociais”. Tal expressão representava as disciplinas de História e Geografia, da sexta série polivalente no Colégio de Aplicação entre os anos 1978 e 1986. A análise incidiu na perspectiva de um rastreamento de cada artefato individualmente, avaliaram-se suas especificidades e desenvolveu-se uma mirada no sentido de identificar práticas referentes às aulas de História, em suas regularidades e dissonâncias, ao longo dos anos.

Antes desse exame, cabe refletir acerca da historicidade do ensino de História no Brasil, sobretudo considerando os anos 1970 e 1980. Importa trazer para a discussão as implicações da Lei 5692/71, instituída pela Reforma da Educação Básica, para as disciplinas de História e Geografia. Pela legislação em questão, produto dos governos militares no país, criou-se o ensino por áreas de conhecimento, descaracterizou-se o ensino de História e Geografia no primeiro grau de ensino, portanto, negou-se o estatuto de disciplinas autônomas e ambas passaram a ser integradas sob a nomenclatura de “Estudos Sociais”, (NADAI, 1993; FONSECA, 2003).

Como premissas básicas, cabe lembrar que durante os governos militares, os conteúdos de História, na disciplina Estudos Sociais, via de regra, apresentavam abordagens substancialmente políticas, generalizantes, com pouco espaço para as particularidades, em que se reproduziam práticas de períodos anteriores, pautadas na memorização de datas, no destaque a fatos escolhidos como relevantes, exaltando determinados personagens, condenando tantos outros ao esquecimento (MARTINS, 2014). A História, mais uma vez, durante os anos 1970 e 1980, estava a serviço do Estado para justificar um projeto de governo (FONSECA, 2003).

Feitas essas considerações acerca dos estatutos legais do componente curricular “Estudos Sociais”, chega-se ao momento de analisar como tais práticas comparecem nos cadernos. Reforça-se o fato da primeira diferença entre a polivalência exercida pela professora ao longo dos anos, pois, de 1978 a 1982, os cadernos apresentam essa proposta pedagógica em sentido mais amplo, englobando conteúdos de diferentes componentes curriculares. A partir de 1984, constam nos cadernos apenas conteúdos de Língua Portuguesa e Estudos Sociais. É possível que, diante dessa mudança, tenha sido mais tranquilo para a professora desenvolver seu planejamento, de modo a contemplar maiores interlocuções entre esses saberes, tendo em vista sua formação em Ciências Sociais. Também é preciso levar em conta as relações de aproximação entre a Língua Portuguesa e os Estudos Sociais, no sentido da promoção da integração entre esses componentes curriculares.

Em todos os cadernos, a professora apresenta os horários das disciplinas durante a semana. Às quartas feiras à tarde, em 1979, destaca que havia para ela “assessoramento em Estudos Sociais”, prática recorrente no Colégio de Aplicação.

Entre 1978 e 1983, observa-se que foram previstas quatro horas aula para Estudos Sociais, sendo um período às segundas-feiras e os outros três juntos, às sextas-feiras. Nos cadernos desses anos, vê-se que se misturam eventos do calendário cívico e cristão com aulas de Estudos Sociais, por exemplo, usava-se o tempo desse componente curricular para ensaios e comemorações alusivos à Páscoa, Dia das Mães, Semana Farroupilha. Além disso, valia-se do tempo da aula de Estudos Sociais, geralmente às segundas-feiras, para discutir com a turma questões comportamentais/disciplinares, também para comemorar aniversários, desenvolver aulas sobre sexualidade, em separado para meninas e meninos. Como exemplo dessa prática, destaco o escrito em 9 de março de 1982, “fazer com os alunos um levantamento de alguns itens (normas) para que haja em sala de aula uma boa e produtiva convivência”, completa na margem, “tomou todo o período”. Em outra ocasião, ainda nesse horário de segunda-feira, em abril de 1983 diz, “conversa com os alunos sobre vários problemas que vêm aparecendo em aula como: muita conversa, pouco interesse, tipos de aula, formas de arrumar a sala para melhor produção”.

Cumpre dizer que nos anos seguintes, até 1986, não mais se evidenciam essas práticas. O que se pode inferir? É possível que, nos

anos 1970 até os primeiros anos da década seguinte, no CAP, ainda sobrevivessem concepções em que aulas de História confundiam-se com temas do calendário cívico e cristão e a professora aproveitasse esses períodos, talvez acreditando que seriam aqueles que mais se aproximavam de tais eventos celebrativos. É preciso dizer que essas práticas eram recorrentes no ensino de História, não sendo uma prerrogativa do Colégio de Aplicação. Mas, chama-se a atenção para o fato de, mesmo em uma instituição que se autodefinia a partir de uma determinada vanguarda pedagógica, ainda permanecerem, em fins dos anos 1970, esses entendimentos em relação ao ensino de História e Geografia.

Entretanto, essas marcas pedagógicas positivas da instituição podem ser constatadas nos cadernos da sexta série polivalente. Ressaltam-se, assim, as visitas de estudo previstas em cada ano letivo. Em todos os cadernos, há registros de duas grandes saídas de campo, para Rio Pardo, Caxias do Sul e Garibaldi, Tramandaí, Missões Jesuíticas, São Leopoldo. O propósito seria oportunizar experiências de aprendizagem de História e Geografia para além da sala de aula. Assim, os estudantes poderiam conhecer aspectos da colonização portuguesa na cidade de Rio Pardo, observar os traços da imigração alemã e italiana em São Leopoldo, Caxias do Sul e Garibaldi, estudar as características do litoral rio-grandense na viagem a Tramandaí e vivenciar as memórias deixadas por jesuítas e guaranis em um dos Sete Povos das Missões.

Percebe-se uma preocupação da professora em planejar cuidadosamente essas saídas e retomar o que foi visto no retorno às aulas. Em 1982, o foco de estudos era “a Serra”, em maio trabalhou “as origens da imigração alemã e italiana” por meio de pesquisas em grupo e, na sequência, fizeram viagem a Caxias do Sul, Farroupilha e Garibaldi. Antes da saída, escreve no caderno que:

os alunos durante dois períodos tiveram livre acesso à biblioteca para consultarem sobre o trabalho de imigrações. A professora ficou em sala de aula auxiliando a quem precisasse, ajudando a procurar em livros, discutindo o assunto e complementando informações (caderno de 1982).

Tal registro indica uma disposição em promover momentos de alguma autonomia dos estudantes por trabalharem sozinhos, longe da docente. Outro exemplo é, em 1985, quando iniciaram o estudo das Missões Jesuíticas, fazendo um levantamento sobre informações para

depois assistir a um “audiovisual”. Quando retornaram da viagem, discutiram “os aspectos atuais das Missões”. A professora propôs a seguinte questão: “Se você fosse um índio das Missões Jesuíticas, como reagiria às investidas dos paulistas? Tente caracterizar o cenário da época”.

Além disso, verifica-se que havia saídas mais curtas ao Planetário da UFRGS para estudos de Geografia e ao Salão de Atos da Universidade a fim de assistirem peças de teatro. Passeios na Feira do Livro da Cidade, atividades variadas no Parque da Redenção, visitas a exposições em diferentes museus, como a exposição de Leonardo da Vinci em 1986, idas ao cinema, parecem ter produzido um incremento cultural ao currículo escolar. É possível que a localização geográfica da escola, próxima ao Parque da Redenção e junto ao Centro Histórico da cidade facilitasse esses deslocamentos, considerando também que, naquela temporalidade, era outra a relação das pessoas com a região central da cidade, lugar em que havia efervescência cultural e comercial.

A partir de 1984, observa-se uma ênfase na intenção de valorizar aspectos subjetivos da aprendizagem, pois é solicitado que o estudante demonstre suas percepções acerca do que aprendeu e também se posicione diante dos fatos. Nesta perspectiva, ao trabalhar a Inconfidência Mineira, em 1984, a professora apresentou essas questões: “Será que Tiradentes foi um líder? Será que Tiradentes realmente corresponde à ideia de herói que atualmente é cultivada? Por que só Tiradentes foi enforcado e esquartejado?” Em 1985, a interdisciplinaridade passa a ser mais evidente nas intenções de aproximar o estudo de temas de História das aulas de Português. Em uma dessas propostas, trouxe para a aula um texto sobre “O Aleijadinho” e, ao mesmo tempo, poemas de Carlos Drummond de Andrade. Como continuação, trabalhos com expressão oral foram desenvolvidos: “procura caracterizar o espaço onde se desenrola a vida do Aleijadinho e a época em que ele viveu e criou sua obra”. E chega o momento da proposição de discussões que envolviam conhecimento da História, análises sobre as desigualdades étnico-raciais e sociais do país, seguida de apreciações pessoais dos estudantes. Nas palavras de Isabel:

Procura responder: o pai do Aleijadinho era um carpinteiro português em Vila Rica. O que sabes sobre a vida das pessoas (trabalho, profissões, relacionamento, cultura, etc.) que se fixavam na região de mineração no século XVII? A mãe de Aleijadinho era uma escrava alforriada. O que significa ser escrava alforriada? Sendo mulato, quais eram as chances do aleijadinho e de outros nas mesmas condições de se integrar na sociedade que se formava? (caderno, 1984).

Reflexões acerca de temáticas étnico-raciais comparecem nos cadernos de diferentes modos. Em 1984, os estudantes envolveram-se na “Gincana indígena”. Chama a atenção a data escolhida para este evento: outubro e não abril, como talvez fosse o esperado naquela temporalidade. Desenvolver a gincana em outubro teria sido uma estratégia pensada pelas professoras para romper com a tendência de valorizar os indígenas apenas no dia 19 de abril?

Comumente, essas atividades desafiadoras mobilizam os estudantes a engajarem-se na temática proposta. É bem provável que a intencionalidade pedagógica fosse exatamente essa, de conduzi-los a pensarem nos indígenas do país de um modo diferente, questionando estereótipos ainda vigentes nos anos 1980 em relação aos povos originários. Como atividade avaliativa<sup>65</sup>, apresentou-se um texto sem autoria, intitulado “O indígena é preguiçoso?”, em que defende a posição contrária, algumas ideias do texto são, “criou-se essa imagem do indígena. E quem criou foram os brancos colonizadores...”.

É preciso ter em vista que muitos dos discursos contemporâneos acerca das questões étnico-raciais não estavam postos naquele contexto. Talvez por isso o uso da palavra “tribo”<sup>66</sup> e a solicitação que os participantes caracterizassem um índio. O que estaria sendo esperado dessa caracterização? Algum estudante desenharia um indígena portando calça jeans, tênis e camiseta? Importa dizer que, nos anos 1980, a escola, em tese, ainda reforçava uma única representação desses povos, homogênea, como se só houvesse uma única cultura existente (BERGAMASCHI, 2012). Configurava-se uma visão atrelada ao passado, genérica, ao invés de promover um conhecimento das inúmeras etnias indígenas presentes em nosso país. Ao examinar esse trabalho desenvolvido, arrisca-se a dizer que o CAP avançava nessa discussão, demonstrava estar afinado com as grandes questões da educação do

---

**65** A atividade avaliativa também traz questões gramaticais, especificamente sobre sujeito e predicado, usando frases sobre índios, em intenção interdisciplinar.

**66** Segundo Gersen Luciano (2006), o Movimento Indígena, a partir dos anos 1970, discute as novas formas de organização política, social e econômica dos indígenas. Entende a nomenclatura índios que designa os habitantes originários das terras do Continente Americano, mantendo a nomenclatura, sem esquecer que ela é produto de erro histórico pelos espanhóis no final do século XV. O índio, portanto, é aquele nativo de um lugar e cada um pertence a um povo, a uma etnia, identificado por autodenominação própria.



Brasil, antecipando, talvez, práticas que ainda hoje não são consenso na escola brasileira.

Neste sentido formativo, cumpre destacar leituras e autores que compunham a cena escolar nas aulas da sexta série, em relação interdisciplinar com os temas estudados pela História. Assim, observam-se nos cadernos, de modo recorrente, poemas de Carlos Drummond de Andrade, Mario Quintana e Augusto Meyer, crônicas de Paulo Mendes Campos, histórias de Monteiro Lobato. Em relação a Mario Quintana, a professora, em 1983, após apresentar o poema “Mapa da cidade”, escreveu, “Quem viu o Fantástico<sup>67</sup> de domingo onde declamaram Mario Quintana? O que sabem sobre o autor? O que gostariam de saber? O que acham que já leram da obra do autor?” E, depois, indicou a atividade a ser feita, “Escrever uma nova poesia, trazer uma música para inspiração, tu poderias transmitir o teu sentimento a respeito de nossa cidade como fez Quintana (ou bairro, ou rua, ou zona)?” Uma narrativa literária que apareceu em mais de um caderno é a obra “Os meninos da Rua da Praia”, de Sergio Caparelli. Trata-se de um texto importante do ponto de vista formativo, de construção de cidadania por discutir a questão da exclusão social de crianças em Porto Alegre, tendo em vista que os protagonistas são meninos de rua que vivem no Centro Histórico da cidade.

Com relação aos textos trabalhados em aula, reforça-se a referência ao livro de Paul Singer lido para os alunos, conforme já mencionado. Os textos datilografados e mimeografados guardados em meio aos cadernos permitem que se identifiquem algumas fontes de consulta para o planejamento de suas aulas. Para estudar a imigração alemã e italiana no RS, em 1982, valeu-se da Revista do Ensino<sup>68</sup>, que reproduziu textos de Helga Piccolo do livro “Imigração europeia no RS” e de Valmiria

---

<sup>67</sup> Programa de televisão da Rede Globo, exibido aos domingos à noite, de ampla circulação naquela temporalidade.

<sup>68</sup> A Revista do Ensino tornou-se um referencial para o magistério, especialmente para as professoras primárias do RS. Nela, publicavam-se artigos sobre a educação no país, apresentavam-se modelos de planejamento de aulas de Ciências, História, etc, apresentavam-se sugestões de livros e músicas para serem trabalhadas com os alunos, entre outros. E, em muitos casos, aparecem nos textos e imagens uma espécie de “modelo” da professora, que indicam padrões de comportamento, regramento moral, etc. Para maiores informações, ver Bastos, 2005.

Sanches<sup>69</sup> “O italiano no Brasil”. No fim da página, destacou para cada um “texto adaptado a partir de ..., Revista do Ensino, Porto Alegre ano XXI n. 154-155, 1974”. Entretanto, logo em seguida, em 1986, outra fonte de consulta passa a se inserir nas práticas de leitura, a Revista Nova Escola<sup>70</sup>, com o texto datilografado e mimeografado “O açúcar”. É possível que, à medida que os anos 1980 avançassem, a Revista do Ensino deixasse seu lugar de fonte de pesquisa privilegiada, considerando as novas literaturas pedagógicas que se inseriam no mercado editorial e se introduziam nas escolas, como é o caso da Revista Nova Escola.

Também cabe destacar, em 1985, a presença de textos de Sandra Jatahy Pesavento “História do RS: a expansão rumo ao sul: o Prata”, referência para a historiografia rio-grandense. Sobre o tema da escravidão no Brasil, os estudantes tiveram contato com reflexões de Fernando Henrique Cardoso, com o texto “O papel do escravo negro no Rio Grande do Sul” e “Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional”, adaptados pela professora. Ainda sobre este tema, localizou-se a indicação da leitura do capítulo “Doce Brasil”, do livro História da Sociedade Brasileira”, de Francisco Alencar. Acerca desses textos, a professora costumava solicitar que os alunos produzissem esquemas ou resumos sobre os mesmos, provavelmente na intenção de promover sistematização dos conhecimentos adquiridos. Não se identificaram nos cadernos modelos de questionários, atividades comuns nas aulas de História naqueles anos, via de regra pautadas na mera memorização de *grandes acontecimentos* e suas datas. Vale colocar o que ela diz em 1985 “trabalhar com os alunos como se faz um esquema relendo o texto usado e destacando a ideia principal e as ideias secundárias”, evidenciando a preocupação em instrumentalizar os estudos para o entendimento da atividade a ser feita.

Nos anos 1980, verifica-se uma mudança no sentido de aproximar mais os conteúdos da História das vivências dos estudantes. Neste sentido, Isabel inicia os cadernos em todos os anos, a partir de 1982, propondo a atividade de construção de “árvore genealógica”, aproveitando para relacionar com fatos da Linha do Tempo do Rio Grande do Sul e de

---

<sup>69</sup> Historiadoras, Helga Piccolo é professora da UFRGS, ambas escreviam textos historiográficos para a Revista do Ensino.

<sup>70</sup> A Revista Nova Escola foi fundada em 1986 pela Editora Abril. Com edições mensais, era distribuída gratuitamente para escolas públicas do país.

Porto Alegre, a partir da história do sobrenome dos alunos. Assim escreve a professora:

pedir aos alunos que organizem a linha de tempo de cada um ano por ano ou a cada dois anos a partir do nascimento e indicando em ordem cronológica os fatos mais importantes que marcaram a vida de cada um e tracem a história familiar, a procedência (1982).

Em 1985, fez a seguinte observação sobre essa atividade, “chamar a atenção para os que não fizeram o trabalho completo”. Colocou um lembrete para si mesma naquele mesmo ano “explicação do que é cronologia e divisão do tempo em séculos”. Neste ano e no seguinte, nota-se que procurou organizar melhor a linha de estudos do sexto ano. Continuou iniciando pela construção de uma linha de tempo de cada estudante articulada aos *grandes acontecimentos* da história do Brasil. Na sequência, o estudo do “Descobrimento” da América, diferenças entre a colonização espanhola e portuguesa, a chegada dos jesuítas, incluindo o Rio Grande do Sul. Apresenta-se o papel do Estado como “abastecedor de alimento e transporte”, por meio do estudo de mapas do caminho do gado até Sorocaba.

Outro aspecto em 1985 que chama a atenção é a abordagem sobre a história dos negros, para além da temática comum da escravidão. No dia 14 de maio, Isabel trabalhou uma reportagem de jornal intitulada “Movimento Negro nega a data de 13/05”. Interessante que, em meio às folhas guardadas no caderno, estava a reportagem, na qual baseou sua aula. Assim registrou:

Leitura em voz alta pela professora, acompanhada de comentários do texto do jornal Zero Hora do dia 14/05 relacionando com o que foi estudado. Aula dialogada. Cada aluno redigiu uma apreciação sobre o que ouviu e discutiu e deverá trazer para amanhã (caderno, 1985).

Pela proposição dessa atividade, pode-se observar o quanto estava atenta às informações que circulavam na grande imprensa, pois aproveitou uma notícia que foi publicada em 13 de maio para sua aula do dia seguinte, não perdendo assim a oportunidade de discutir um tema sensível na história da sociedade brasileira.

Por fim, é preciso ressaltar a presença de um trabalho com os alunos acerca dos movimentos que conduziram à elaboração da Carta

Magna do país em 1988. Desenvolveu em etapas o “Trabalho sobre a Constituição”, em setembro de 1986. Em um primeiro momento individual, propôs que cada estudante elaborasse cinco perguntas sobre o assunto tratado em aula. Depois, solicitou que entrevistassem duas pessoas “professor, advogado, político, procurar em jornais e revistas artigos sobre o assunto, sublinhando o que achou importante e colando em folhas de desenho”. Após, reuniram-se em grupos com a tarefa de construir “um jornal sobre a Constituição e a Constituinte, reunindo o que foi coletado através das entrevistas e recortes de jornais”. Atividades como esta costumavam levar vários dias e isso pode ser constatado pela observação dos cadernos.

A mirada para a História nessas aulas de Estudos Sociais permite inferir que a professora valorizava esse componente curricular, procurando integrá-lo em perspectivas interdisciplinares. Atenta ao desenvolvimento dos conteúdos prescritos, não desviava o olhar do presente, procurando estabelecer relações com as questões que se colocavam no país naquele contexto. A realização de viagens de estudo, presença da literatura, atividades em grupo, desenvolvimento de pesquisas compunham o cenário das aulas dessa professora polivalente, no que se refere ao ensino de História.

## **Conclusões**

Neste capítulo, procurou-se analisar as dimensões que as aulas de História assumiam nas práticas de uma professora polivalente, pelo exame de seus cadernos de planejamento. Esses suportes de escrita considerados “lixos da escola” (ESCOLANO, 2017) são artefatos da ordem do comum que, quando investigados, promovem “visões inovadoras sobre o passado da educação” (ESCOLANO, 2017, P. 34).

Por que mantemos conosco nossos cadernos? Cunha explica que “guarda-se para se guardar” (2008, p. 112). Por meio dessa chave, podemos supor que a professora Isabel preservou esses arquivos, fabricados artesanalmente, pelos afetos que mantinha com seu trabalho, com sua escola.

Os anos 1970 e 1980 foram marcados pela fragilidade das disciplinas de História e Geografia nos currículos escolares que, pela legislação vigente, se condensaram em “Estudos Sociais” no primeiro grau de ensino. O exame dos cadernos permite inferir que a professora

procurava reconhecer as especificidades de cada disciplina, dedicando espaços iguais para discussões dos temas pertinentes à cada componente curricular. As práticas observadas pelos registros nos cadernos apontam para intenções pedagógicas no sentido de aproximar os temas da História das vivências dos estudantes, pois eram estimulados a exercitarem a imaginação, a se colocarem no lugar do outro, praticando deslocamentos no tempo e no espaço. Além disso, vê-se o cuidado da professora em promover leituras de textos de diferentes intelectuais, bem como de fomentar a pesquisa como prática de sala de aula.

Encerra-se este texto com mais uma reflexão acerca da necessidade de, enquanto professores, estarmos atentos ao ensino de História que promovemos aos estudantes. Meditar sobre esse tema importa, tanto no presente como no passado. Remexer nos cadernos de Isabel Loss e localizar indícios de como preparava suas aulas permitiu descobrir que muitas práticas que hoje nos parecem inovadoras, já faziam parte da cena escolar há quarenta anos. Esses fragmentos de suas aulas, perenizadas nos cadernos, podem nos inspirar a exercitar micro-práticas de resistência, em tempos obscuros na história do Brasil.

## Referências

- ANHEIM, Etienne. Arquivos singulares – o estatuto dos arquivos na epistemologia histórica. Uma discussão sobre A memória, a história, o esquecimento de Paul Ricoeur. In: NEDEL, Leticia e HEYMANN, Luciana (org.). *Pensar os Arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- BASTOS, Maria Helena Camara. Idiossincrasias de uma professora. In: RAYS, Oswaldo Alonso. (Org.). *Trabalho pedagógico: realidades e perspectivas*. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- BASTOS, Maria Helena Camara. *A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul: o novo e o nacional em Revista (1937-1942)*. Pelotas: Seiva, 2005.
- BASTOS, Maria Helena Camara; QUADROS, Claudemir de e ESQUINSANI, Rosimar Siqueira. Luzes e Sombras de um Projeto. O Programa de Reconstrução Educacional de Anísio Teixeira no RS (1952-1964). In: ARAÚJO, Marta Maria e BRZEZINSKI, Iria (org.). *Anísio Teixeira na Direção do INEP: Programa para Reconstrução da nação brasileira (1952 – 1964)*. Brasília/DF: INEP, 2006.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Povos indígenas: Conhecer para respeitar. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida (Org.). *Povos Indígenas & Educação*. Porto Alegre: Mediação, 2012.

- CUNHA, Maria Teresa Santos. No tom e no tema: escritas ordinárias na perspectiva da cultura escolar (segunda metade do século XX). In. BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas*. São Paulo: Cortez, 2007.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. O arquivo pessoal do professor catarinense Elpídio Barbosa (1909 - 1966): do traçado manual ao registro digital. *Revista História da Educação*, v. 21, n. 51, p. 187-206, jan/abril 2017.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. Essa coisa do guardar... homens de letras e acervos pessoais. *Revista História da Educação*, v. 12, n. 25, p. 109-130, set./dez.2018.
- ESCOLANO BENITO, Agustín. *A Escola como Cultura: experiência, memória e arqueologia*. Campinas: Editora Alinea, 2017.
- FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História ensinada*. Campinas: Editora Papyrus, 2003.
- GOMEZ, Antonio Castillo. Educação e cultura escrita: a propósito dos cadernos e escritos escolares. *Educação*, v. 35, n. 1, p. 66-72, 2012.
- GRIMALDI, Lucas Costa e ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A TORRE AZUL”: memórias de espaços escolares pelas narrativas de estudantes e professores (1954-1996). *Revista Educação em Questão*, v. 56, n. 48, p. 140-170, jul/set. 2018.
- LIMA, Valeska Alessandra de. *Colégio de Aplicação da UFRGS: práticas educativas adormecidas entre o Arquivo e a Memória Oral (1954-1981)*. Dissertação de Mestrado - PPGEDU/UFRGS, 2016.
- LIMA, Valeska Alessandra de e ALMEIDA, Dóris Bittencourt. O Colégio de Aplicação/UFRGS e a difusão das classes experimentais secundárias: entre o arquivo e a memória oral (1959-1981). *Revista História da Educação*. Porto Alegre, v. 22, n. 56, p. 207-227, set/dez.2018.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.
- LOSS, Isabel. Cadernos de planejamentos de aulas dos anos 1978, 1979, 1982, 1984, 1985, 1986.
- LOSS, Isabel. Entrevista para o Arquivo da Faced/UFRGS, 2018.
- MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... In. NEDEL, Letícia e HEYMANN, Luciana (org.). *Pensar os Arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- MEDA, Juri. Escrituras escolares: contribución a la definición de una categoría historiográfica a partir de la producción científica italiana em la última década. In.

- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; SAMPAIO, Carmen Sanches; PASSEGGI, Maria Conceição (org.) *Infância, aprendizagem e exercício de escrita*. Curitiba: Editora CRV, 2014.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). *Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.
- NADAI, Elza. O ensino da História no Brasil: trajetórias e perspectivas. *Revista Brasileira de História*, v. 13, n. 25-26, p. 143-162, 1993.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.
- SCHUTZ, Liane Saenger. *Sotões e porões: sacudindo a poeira do Colégio de Aplicação*. Dissertação de Mestrado - PUCRS, 1994.
- VIANA, Iêda. O ensino de história na ditadura civil militar com a institucionalização dos Estudos Sociais. Plural. *Revista PPG Sociologia/ USP*, v. 21, n. 1, p. 9-30, 2014.
- VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural. Posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, v. 42, n. 32, p. 63-82, set/ nov 1995.
- WERLE, Flavia. Colégio Seigné e o Curso Complementar. In: TAMBARA, Elomar; CORSETTI, Berenice (org.). *Instituições formadoras de professores no Rio Grande do Sul*. vol. 2. Pelotas: Ed. UFPEL, 2008.

“DEIXO INTEIRA LIBERDADE ...”: O ARQUIVO  
PESSOAL DO PROFESSOR BALDUINO ANDREOLLA

Pretendo descobrir  
No último momento  
Um tempo que refaz o que desfez  
Que recolhe todo o sentimento  
E bota no corpo uma outra vez.  
Todo o sentimento, Chico Buarque

### Acercamentos do arquivo e de seu titular

Neste estudo, investiga-se o arquivo pessoal do professor emérito da UFRGS, Balduino Antônio Andreola, reconhecendo, em seus *gestos de guardar e de doar*, indícios sensíveis de um intelectual, movido pelo desejo de *manter vivas* lembranças de suas ações na UFRGS. Armazenados em sacolas e pastas, estavam fragmentos de um tempo de experiência docente na UFRGS, organizados com delicadeza, como uma produção de si.

Um dos desafios, ao operar com esse papéis, é buscar compreender que espécie de arranjo o professor procurou imprimir nesse arquivamento, considerando as diferentes modalidades textuais, entendidas como dimensões de sua vida docente, que representam os diferentes lugares em que esteve na Universidade. Assim, na documentação conservada, encontram-se desde bilhetes que recebia de colegas, correspondências, alguns poucos livros, convite de formaturas, programas de disciplinas, poemas de sua autoria, reportagens de periódicos, ofícios da Faculdade, textos impressos, muitos recortes da imprensa, panfletos de eventos acadêmicos, entre tantos outros.

Inspirada na letra de música de Chico Buarque, que prefacia este texto, entendo este conjunto documental como uma espécie de repositório de “um tempo que refaz o que desfez”, ou seja, como uma tentativa de seu titular de recompor as experiências pretéritas, vividas na Universidade, por meio dessas práticas de arquivamento.



De acordo com Cox (2017), mesmo em meio a papéis aparentemente desordenados, podem-se localizar informações valiosas da memória do sujeito e da instituição na qual se inscreve, em suas palavras “a maneira como acumulamos e organizamos os documentos tem algo importante a nos dizer. O arquivo pessoal pode ser visto como um aspecto crucial do conhecimento de nós mesmos” (p. 256). Essa questão trazida por Cox é absolutamente cara aos papéis que aqui se examinam.

Antes de chegarmos ao arquivo propriamente dito, importa apresentar seu titular. Para tanto, tomam-se duas referências: um texto autobiográfico, produzido em 2015, e sua entrevista, de 2012, salvaguardada no Arquivo da Faculdade de Educação<sup>71</sup>. Balduino nasceu em 1936, é o primeiro de onze filhos, vem de uma família de pequenos agricultores, de uma localidade chamada Fazenda Souza, hoje pertencente ao município de Caxias do Sul. Sobre o pai, diz que “amava a fruticultura e viticultura. No nosso parreiral, além de uvas comuns, como a Isabel, cultivava umas trinta variedades de uvas finas [...]” (2015, p. 55). Continua a rememorar, destaca o quanto o pai amava a terra e não queria deixá-la, mas “com o avanço da urbanização em Caxias, a chácara teve que ceder às construções imobiliárias. E meu pai trabalhou dezoito anos como ronda noturno da Metalúrgica Abramo Eberle” (2015, p. 56). A partir deste relato, amplia a reflexão, compara a vida de sua família às difíceis condições enfrentadas pelos pequenos agricultores, as quais levam muitas pessoas, no passado e no presente, ao abandono do campo.

Em relação à sua escolarização, explica que, nos primeiros anos de estudo, foi aluno do Grupo Escolar Fazenda Souza. Na entrevista, emergiram as lembranças do trajeto percorrido para chegar até a escola, caminhava junto com os colegas, todos de pés descalços, “carregando o tamanco na mão prá não embarrar tudo, limpávamos os pés na entrada” (2012). No texto que escreveu, aparecem elementos importantes da cultura escolar vivenciada no Grupo Escolar:

Fui alfabetizado com uma cartilha da qual só lembro duas lições, até porque me suscitaram muita estranheza. Uma se intitulava “O Baú”, e a outra “A Juba”. A professora lia em voz alta, destacando muito as sílabas: Ooobaaa-uuu... E nós alunos repetíamos, em coro [...] Eu não sabia o que era baú. Olhava

---

71 A entrevista foi concedida no ano de 2012.

para aquela figura, e pensava: cadeira não é, cama também não. Não podia entender que alguém deitasse dobrado. Hoje sei que era baú de canto. Na outra lição, a professora lia: Aaaajuuuu-baaa é do leee-ão. E nós soletrávamos [...] Eu não entendia o que era aquela cabeleira enorme, não sabia o que era o leão. Hoje entendo, com Paulo Freire, que aquilo era “invasão cultural”. Nada a ver com minha cultura camponesa (ANDREOLA, 2015, p. 56).

Ao meditar acerca de suas memórias familiares e do Grupo Escolar, percebe-se o quanto essas experiências produziram ressonâncias nas escolhas futuras de Balduino, sobretudo nos temas de estudo que o mobilizam, desde muito tempo atrás. Em suas palavras “o meu compromisso com a educação popular, com as classes populares, com os movimentos sociais, o Movimento dos Sem Terra, vem também das minhas origens” (entrevista, 2012). Em seu arquivo pessoal, embora os documentos sejam datados do período de docência na UFRGS, esses sinais das camadas do tempo pretéritas ao ingresso na Universidade são perceptíveis pela quantidade expressiva de papéis que representam seu engajamento com as temáticas apontadas.

Na entrevista que concedeu, Balduino explicou seus percursos formativos. Foi sacerdote religioso durante quinze anos, vinculado à Congregação São José de Murialdo. Graduiu-se em Filosofia e Teologia. Quando deixou a vida religiosa, decidiu pela continuidade da formação acadêmica. Assim, ingressou no Curso de Mestrado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRGS, em 1975, no período em que havia convênios com universidades estadunidenses para formar mestres e doutores em Educação. Explica que teve como orientador o professor Ray Chesterfield, “eu o escolhi, não porque era americano, porque eu não vivo de amores pelos Estados Unidos, mas porque era um antropólogo, profundamente respeitoso da nossa cultura” (2012).

Balduino esteve como docente em outras instituições de ensino superior e, em 1978, fez concurso para a Faculdade de Educação/UFRGS, para a área de Filosofia da Educação e, neste lugar, ainda permanece ativo, mesmo tantos anos após sua aposentadoria. No início dos anos 1980, afastou-se da Universidade para cursar o Doutorado na Universidade Católica de Louvain, na Bélgica. Defendeu sua Tese de Doutorado em 1985, trata-se de uma pesquisa que relaciona o pensamento de Paulo Freire e de Emmanuel Mounier.

Sobre sua trajetória na Faculdade de Educação, cabe dizer que esteve à frente da Direção entre 1988 e 1992. Aposentou-se em 1996, todavia, permaneceu vinculado à UFRGS como docente colaborador no Programa de Pós-Graduação em Educação até 2003, estreitando parcerias especialmente com seu colega Nilton Fischer.

É preciso considerar este sujeito como alguém importante nas memórias da UFRGS, sempre celebrado quando vem à Faculdade. Por onde passa, “Baldô” irradia bem querer. Seu arquivo pessoal é permeado por afetos e sensibilidades.

## **Entre guardar e doar: dimensões do arquivo pessoal do professor**

Feita essa modesta apresentação de Balduino Andreola, gostaria de tecer comentários acerca da doação que fez de seus papéis ao Arquivo da Faced. Como entender essa atitude? A doação pode ser uma forma, mais ou menos intencional, de preservar uma imagem de si, de projetar-se, pode expressar um desejo de reconhecimento, de não ser esquecido, pois esses testemunhos, cedidos a um Arquivo, constroem uma imagem pública do que antes eram *apenas nossos papéis* (RIBEIRO, 1998).

Considerando a quantidade de guardados que se referem às memórias da Faculdade de Educação, em um sentido *lato sensu*, podemos também pensar no desejo do professor em colaborar com a história desta instituição, por meio da doação. Portanto, os incontáveis fragmentos de seu passado na Universidade, recolhidos em um trabalho de enredamento, foram tramados de forma a dar a este tempo pretérito uma imagem de seu titular e uma imagem da instituição na qual se inscreve. Entende-se que a entrega dessas materialidades ao Arquivo da Faculdade permitiu que adquirissem uma *sobrevida*, pois lá, cuidadas, transformam-se em documentos potentes para vários campos de estudos, entre eles a História da Educação.

Interessada que estou no tema em questão, logo me senti interpelada pelos arquivos conservados pelo titular. Meu maior receio sempre é o de ser *enfetizada*, a ponto de produzir fetiches acerca da documentação, mas este também é o risco que qualquer historiador corre, há perigos de encantamento em quaisquer documentos, independente de seus suportes, como nos alerta Angela de Castro Gomes (1998). Assumindo os possíveis riscos, então era preciso *colocar a mão na massa*,

mexer nas sacolas e pastas, higienizar o que havia dentro delas para, enfim, buscar *descobrir o que tinham a me dizer*.

Debruçar-se sobre tantos papéis exigiu, portanto, uma vigilância do olhar, um exercício de atenção às sutilezas, às miudezas que por ele foram salvas do descarte. E, justamente, são nessas quase insignificâncias das experiências vividas que tornam raros os arquivos pessoais. Em uma perspectiva genealógica (FOUCAULT, 2008), a pesquisa com esse tipo de documentos afasta-se do propósito de buscar qualquer espécie de essência daquele que praticou o arquivamento de si. De acordo com Foucault, a pesquisa genealógica “exige paciência” para se escavar camadas do tempo por meio do exame dos documentos e, assim, poder se deter “nas minuciosidades e nos acasos dos começos” (2008, p. 19).

Movida pelo desejo de perscrutar o conjunto documental, tive a sensação de me perder por diversas vezes, como diz Albuquerque Jr. (2019), “na busca por conhecer, o primeiro gesto é de desconhecimento. Vai-se ao arquivo, mas ele não é reconhecido” (p. 57). Assim, sem ter objetivos definidos de imediato, deixei-me conduzir por aqueles papéis que, de diferentes modos, me emocionaram. Mas, junto com a emoção, foi preciso estranhar, suspeitar... afinal, o que aquele processo de acumulação é capaz de indicar acerca deste professor? Em outras palavras, que diferentes dimensões do titular podem emergir da constituição de seu arquivo pessoal? (HEYMANN, 2013). Seguindo a reflexão de Albuquerque Jr. (2019), tomei o arquivo pessoal de Balduino, entendendo-o como produção de si, com motivação memorial, e, na clave das sensibilidades ali depositadas, “como questão, como problema, como uma camada de tempo que condiciona a leitura daquilo que ele guarda” (p. 58).

E, em meio à exploração inicial, deparei-me com uma capa de pasta em papelão firme com escritos do professor que denotam suas intenções de guarda e doação. Ele registrou:

pasta organizada há muito tempo. Não pude examinar, selecionar ou reorganizar agora o material. Deixo ao grupo de pesquisas da FACED a inteira liberdade de aproveitar ou eliminar o material de acordo com os objetivos da pesquisa.  
Porto Alegre 17/02/2014.

Pasta organizada  
há muito tempo.  
não pude examinar,  
selecionar ou reorganizar  
agora o material.  
Deixo ao grupo de Pesquisa  
de FACEO inteira li-  
berdade de aproveitar  
ou eliminar o mate-  
rial de acordo com os  
objetivos da pesquisa.  
Por: 17/02/2014.  
Balduino A. Andreola

**Figura 11** – Arquivo pessoal do professor Balduino Andreola  
Acervo: Arquivo Faced/UFRGS

Da leitura dessas palavras, vê-se seu desapego, pois oferece “inteira liberdade”, autoriza a equipe do Arquivo da Faculdade a cuidar de suas lembranças, como melhor entender. De qualquer modo, é possível que tenha feito escolhas entre os papéis antes de cedê-los, sabemos das diferenças entre o que se vive, o que se registra, o que se guarda e o que se doa. Neste sentido, parece plenamente compreensível que ele não tenha preservado *tudo*, provavelmente, em maior ou em menor medida, houve “censura, supressão, triagem, [...], silêncios, não ditos, interditos, deixando registros que permitam a elaboração futura de uma biografia edificante” (MIGNOT, 2005, p. 56). Como diz Albuquerque Jr., o arquivo “instaura uma lei de seleção, da designação do que é arquivável ou não” (2019, p. 60).

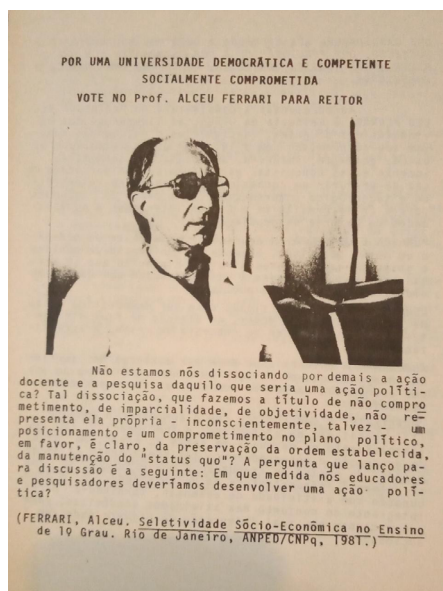
Enquanto manuseava o que havia dentro das pastas e sacolas, procurei pensar em possíveis categorias de análise. Então, percebi que há muitos documentos relativos ao tempo que Balduino esteve como

Diretor da Faced, outros representam seus interesses epistemológicos, especialmente vinculados ao pensamento freireano, à educação popular, educação do campo, ao Movimento Sem Terra, à educação étnico-racial. Há materiais que identificam o professor em suas aulas, na graduação e pós-graduação, também documentos que se referem à sua participação como membro do Conselho da Universidade (CONSUN). Outrossim, conservou impressos da vida institucional da Faculdade, do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Diretório Acadêmico da Faculdade e do Diretório Central dos Estudantes. Localizam-se também evidências de suas redes acadêmicas, bem como documentos referentes a eventos científicos que participou, convites para palestrar, correspondências entre colegas e pesquisadores de outras instituições. Ainda, papéis que indicam sua participação nos sindicatos dos professores universitários (ADUFRGS e ANDES) e aqueles que denotam as relações que mantinha com o sindicato dos professores do Estado (CPERS-Sindicato). E, por fim, poesias, em que medita sobre a Faculdade/Universidade e sobre as pessoas que lá estavam.

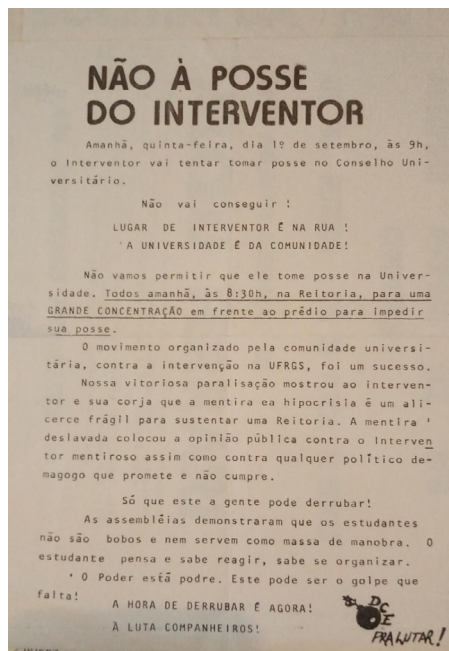
Neste garimpo, comoveu-me um conjunto documental sensível que diz respeito a outro professor, Alceu Ferraro, seu colega na Faculdade. Neste conjunto, constam vários registros do processo de candidatura e eleição de Alceu Ferraro para Reitor da UFRGS, em 1988, e seus desdobramentos, pois, mesmo tendo sido indicado pela comunidade universitária, Ferraro foi impedido pelo Governo Federal de ocupar a posição de Reitor. Assim, constam, sobre este acontecimento, muitas notícias da imprensa, panfletos da eleição, de manifestações de servidores e de estudantes, além dos documentos referentes ao processo eletivo. O fato de Balduino manter uma quantidade importante de papéis alusivos à outra pessoa é incomum nos arquivos pessoais, indica sentimentos de amizade, alteridade e de cuidado com seu colega em um momento importante e triste da história da Universidade. Faço uma pequena digressão para lembrar que, depois de trinta anos, o passado ressoa fortemente no presente. Mais uma vez, em 2020, a comunidade acadêmica não foi respeitada e o terceiro candidato da lista tríplice foi nomeado como Reitor da UFRGS pelo Presidente da República, situação essa que está acontecendo em diversas universidades do país, nestes duros tempos de um governo de extrema direita no Brasil.



**Figura 12** – Arquivo pessoal do professor Balduino Andreola  
**Acervo:** Arquivo Faced/UFRGS



**Figura 13** – Arquivo pessoal do professor Balduino Andreola  
**Acervo:** Arquivo Faced/UFRGS



**Figura 14** – Arquivo pessoal do professor Balduino Andreola  
**Acervo:** Arquivo Faced/UFRGS

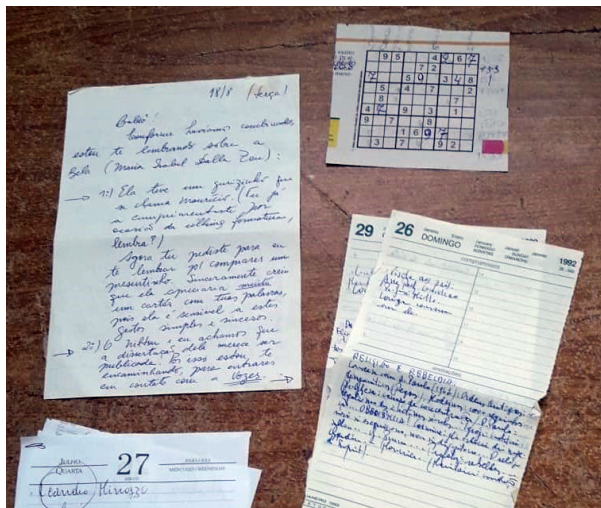
Sendo assim, metodologicamente, procurei construir núcleos narrativos entre os documentos, sem a perspectiva de esgotá-los, longe disso, sobretudo no que diz respeito às práticas de *guardar e guardar-se*. A partir dessas perspectivas, avanço na descrição e análise do arquivo pessoal, procurando aprofundar as discussões em torno dessas memórias em papel.

## As delicadezas deste arquivo pessoal

Entende-se o conjunto documental na percepção das subjetividades implicadas, portanto, um dos modos de perscrutá-lo é na clave de suas delicadezas. A intenção é encontrar a “poética do arquivo” (ALBUQUERQUE JR., 2019), considerando-o um “reduo de sensibilidades” (CUNHA, 2019). Procuo esmiuçar os indícios, localizar valores simbólicos, passíveis de identificação na documentação.

Pesavento (2007) define a pesquisa que opera com o conceito de sensibilidades como algo que se assemelha à “leitura da alma”. É por meio das experiências pessoais arquivadas que reverberam “práticas culturais dos sentimentos” (p. 14). A autora explica o quão difícil





**Figura 15** – Arquivo pessoal do professor Balduino Andreola  
**Acervo:** Arquivo Faced/UFRGS

pode ser capturar tais evidências, “pois se inscrevem sob o signo da alteridade, traduzindo emoções, sentimentos e valores que podem não ser mais os nossos” (p. 15), ou seja, como historiadores, é importante que estejamos atentos e reeduquemos nosso olhar para melhor nos aproximarmos do passado na intenção de estranhá-lo.

Nesta perspectiva do estranhamento, ao ler os bilhetes e cartões preservados, ponho-me a pensar no quanto nossas práticas cotidianas de comunicação, dentro e fora das instituições, alteraram-se, em pouco mais trinta anos. Por que o professor guardou esses singelos papéis que carregam memórias da convivência docente na Faculdade de Educação? Seria este um hábito comum entre professores? Seria este um modo de poder revisitar um tempo importante de sua trajetória? Como possível resposta, o que se percebe na conservação desses registros é a constituição de uma experiência do sensível, em que o titular do arquivo pessoal exprime suas afeições, por meio de seus guardados.

E especificamente sobre bilhetes, o que pensar sobre a *quase desimportância* desses artefatos, marcados pelo efêmero, pouco explorados pela historiografia? Bilhete é um gênero discursivo que se inscreve nas modalidades de escrita epistolar. Assim como as cartas, são enviados para encurtar distâncias, fornecem pistas para compreender tanto quem as escreveu, quem as recebeu e o contexto no qual foram produzidos (BASTOS; CUNHA; MIGNOT, 2002). E por não terem sido jogados

fora, permitem que se estime a dimensão que ocupam na memória de seu destinatário. Os bilhetes comportam alguns protocolos e gestualidades ritualísticas comuns às cartas. Assim, respeitam convenções de escrita, como linguagem de cortesia, de saudação e encerramento. Entretanto, por se tratarem de comunicações ágeis, correspondem a mensagens breves, reduzidas ao essencial, feitas no *calor da hora*, sem maiores preocupações com o esmero, tanto na forma como no conteúdo, em que se aproveita o suporte de escrita que estiver mais ao alcance das mãos.

A escrita de bilhetes é uma prática cultural de longa data. Sua circulação, do mesmo modo que as cartas, está relacionada ao desenvolvimento do acesso à cultura escrita na vida urbana e isso data de alguns séculos atrás. Na contemporaneidade, manifesta-se no uso da escrita fugaz em telas de aparelhos celulares, mas, nos anos que Balduino esteve na Faculdade da Educação, revestia-se de outros formatos. Esses papezinhos foram armazenados por ele em sacos plásticos, grande parte é bastante difícil de decifrar.

Muitos deles se referem ao período em que esteve no lugar de Diretor da Faced, vários foram escritos pela vice-diretora, Aldanei Areais. Provavelmente, era o meio mais eficiente de rápida troca de informações entre eles. Mas conservou também aqueles enviados por diferentes colegas, que tratam de assuntos diversos. Em alguma medida, trazem enunciados da vida cotidiana da Faculdade e, por meio de sua leitura, podem-se vislumbrar imagens da instituição e de seu destinatário (MIGNOT, 2002).

Dessas mensagens que Aldanei encaminhava a Balduino, observa-se a preocupação em produzir registros objetivos, provavelmente com vistas a melhor informar o Diretor sobre os assuntos tratados. Em todos, despede-se com um abraço, coloca a data o horário. Muitos foram escritos à noite. Às vezes, ela enumera os assuntos, no sentido de ordená-los. Entretanto, talvez pela proximidade com o remetente, não escreve de modo formal e, sim, deixa transparecer seus sentimentos. Fico a imaginar o Diretor da Faculdade, ao chegar à sua sala e ler os papéis que estavam à sua espera.

Em um deles, Aldanei apenas escreve “dá-lhe Tio Baldô!” (04/08/89), em outro faz cobranças, “Baldô, ainda não fizeste a mensagem de fim de ano! Pô Baldô!!! Por aonde anda tua inspiração? Temos até sexta feira para encaminhar, 16/12, 18h30”. Ao que tudo indica, ele cumpriu a tarefa, pois guardou a mensagem “Fim de ano Faced”, em

que consta o poema “Cadê a estrela de Natal?”, provavelmente seria a resposta esperada pela comunidade.

No dia 07/08/91, a vice-diretora registrou:

Tarefa do dia para Tio Baldô!

Redigir um lindo ofício aos chefes de departamento comunicando-lhes que, a partir de ontem, os serviços datilográficos do setor de apoio devem ser encaminhados via Departamento com autorização das Chefias (pode ser um visto do Chefe no próprio trabalho do prof.). Ou seja, nenhum professor deverá encaminhar diretamente ao “setor de apoio datilográfico” os trabalhos. Informar ainda que Dona Beatriz Cassez é a nova responsável e é a ela que devem encaminhar os pedidos (1991).

Uma ligação da Reitoria para a Faced foi tema de comunicações entre Aldanei e Balduino. Ela registrou “o Sr. Reitor ligou na manhã de hoje...”, na sequência, escreveu sobre as indagações do Reitor referentes aos “tumultos” entre a Faculdade com o Colégio<sup>72</sup>, questionou sobre a questão do Colégio de Aplicação ser ou não órgão auxiliar à Faculdade. Vale lembrar, segundo palavras do próprio Balduino em entrevista à Revista Educação e Realidade (2010), que Colégio e Faculdade viviam aos “tapas e beijos”, durante o tempo que dividiram o mesmo espaço.

Ainda, em um bilhete que mais parece uma carta de tão longo, são elencados vários itens referentes a uma reunião de Diretores das unidades da UFRGS que iria acontecer nas dependências da FACED. Aldanei explica a Balduino como seria a organização, em detalhes, reservou a sala, tomou providências em relação aos convites, verificou a limpeza/organização do espaço e termina dizendo, “tenho dito e organizado e amanhã que é meu aniversário não quero nem ouvir falar nisto! Abraços, Aldanei 17/10, às 21h”

Um desses papéis é um texto dirigido a ambos, diretor e vice-diretora, em que um docente volta atrás em relação ao aceite em participar de uma das comissões da Faculdade. Na mesma folha, Balduino escreveu versos com críticas veladas ao professor. Talvez na impossibilidade de dizer pessoalmente o que desejava ao colega, fizesse uso do próprio papel recebido, para, em forma de poesia, manifestar seu sentimento de desagrado em relação ao fato.

---

<sup>72</sup> Para lembrar, o Colégio de Aplicação/UFRGS e a Faculdade de Educação dividiram o mesmo prédio entre, entre 1970 - 1996. Ver Lima e Almeida, 2018.

O abaixo-escrevente  
Confessa-se ciente,  
portanto, consciente  
Que sabe o que sente  
o nobre docente  
amigo eminente  
Há pouco aquiescente  
Prevendo à sua frente  
Ameaça iminente  
na fala não mente  
e o aceite desmente  
então severamente  
assina e consente  
embora lamente  
Baldô, 2/07/92.

Chama atenção um desses papéis ordinários, escrito pelo assessor da Direção, servidor Emílio Millan Neto, “Aviso, de: Emilio para Baldô”, em tom de ironia diz, “eu sempre desconfie que tu tinhas interesse na privatização, agora foi confirmado, até cursinho ‘os caras’ vão te dar”. Acompanha o bilhete a programação do evento “Como participar na privatização de empresas estatais?”, endereçada ao Diretor da Faculdade. Trata-se de uma correspondência própria dos anos 1990, tempos difíceis para a Universidade pública, em que o discurso neoliberal insuflava as privatizações, emergindo com força tanto no Estado como em nível nacional. As convicções políticas de Balduino, como sabemos, estavam de encontro a este evento, por isso a ironia do remetente do bilhete.

Destaco mais alguns desses escritos que foram remetidos a Balduino por professores, enquanto estava na função de Diretor da Faculdade. Em um deles, diz uma professora, “Baldô, como foi a viagem? Agradeço teu empenho no meu processo...”. Com essas palavras, evidencia um gesto de reconhecimento pela ajuda do Diretor nas questões burocráticas de sua vida funcional como servidora pública. Em outro, a notícia do nascimento do filho de uma professora:

Ela teve um gurizinho que se chama Maurício (tu já a cumprimentaste por ocasião da última formatura, lembra?). Agora, tu pediste para eu te lembrar para comprar um presentinho. Sinceramente, creio que ela apreciaria um cartão com tuas palavras, pois ela é sensível a estes gestos simples e sinceros (1991).

Nesse bilhete, percebe-se a amabilidade de Balduino, seus cuidados com os professores da Faculdade, que se manifestam na preocupação de não esquecer a professora que acabava de dar à luz a um bebê. No caso específico, pediu ajuda a colega Beatriz Fischer. É possível que ele tivesse por hábito acionar diversas pessoas para que lhe lembrassem dessas situações cotidianas, humanas, que podem facilmente ser esquecidas diante das muitas demandas de trabalho.

Ainda na busca por evidências do sensível em correspondências, vê-se que guardou algumas enviadas pelo colega/amigo Nilton Fischer. Esses dois professores construíram laços, desde o ingresso no Mestrado no PPGEDU/UFRGS, alimentados pela partilha de posições políticas e epistemológicas. Entre os anos 1980 até início dos anos 2000, atuaram como professores orientadores no PPGEDU, na Linha de Pesquisa “Educação e Classes Populares”<sup>73</sup>

Assim, no texto escrito à mão, em folha timbrada da ANPED<sup>74</sup>, Nilton escreve, “Amigo Baldô”, e informa sobre um Encontro com lideranças do Partido dos Trabalhadores (1991). Em uma mensagem enviada por Nilton, a personagem central é a então hoje Deputada Federal Maria do Rosário, estudante egressa do Curso de Pedagogia da UFRGS. O texto diz “Balduino, a Maria do Rosário é nossa aluna, ela foi eleita vereadora e não fizemos nenhuma manifestação. Agora, talvez possamos reparar o deslize, aproveitando este ‘ensajo’, não achas que um cartãozinho viria bem?” Junto, está um material do Partido Comunista do Brasil (PC do B), indicando a eleição da vereadora, em 1992. A manifestação de Nilton Fischer deixa clara a importância da Faculdade, institucionalmente, valorizar as conquistas de seus estudantes, ainda mais considerando que a recém eleita para a Câmara de Vereadores de Porto Alegre partilhava de convicções políticas que a aproximavam

---

<sup>73</sup> Balduino guardou uma lista com nomes dos professores vinculados ao Programa de Pós graduação em Educação, de 1992, incluindo o número de vagas de orientação e nomes dos alunos selecionados. Nesta lista, localizo a informação que ambos atuavam como professores orientadores na Linha de Pesquisa “Educação e Classes populares”.

<sup>74</sup> Nilton Bueno Fischer teve uma ativa participação na ANPEd. Ocupou a vice-presidência da Associação nas gestões de 1983-85/1995-97/1997-1999. Exerceu a função de Secretário Geral nas gestões de 1989 a 1993. E atuou no Conselho Fiscal da entidade entre 1993-1995.

desses dois professores. Talvez, por isso, a preocupação deste em reparar o esquecimento da Faced em relação à eleição da vereadora.

Por meio de escritos mais longos, Nilton se dirige a Balduino para discutir questões da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação, referindo-se ao destinatário com a expressão “Amigo Balduino” ou “Amigo fraterno Balduino”. Na correspondência de 27/01/1984, o remetente apresenta uma série de orientações, pois o amigo ocuparia seu lugar na função de coordenação interina do Programa de Pós Graduação. Balduino parece ter lido atentamente, pois fez inscrições no texto, circulou várias orientações, como as questões de segurança, limpeza, ajardinamento do pátio. Trata-se de um documento precioso para entender como se dava a gestão do PPGEDU nos anos 1980. Em outra carta, do início de 1988, escrita no computador ou talvez em máquina elétrica, Nilton chama a atenção para a convivência de ambos desde o Curso do Mestrado, tendo Paulo Freire como a grande referência que os aproximou. Saúda a eleição de Balduino para a Direção da Faculdade e pergunta sobre sua disponibilidade para prosseguir como docente do Programa, estimulando-o a permanecer. Ainda chama a atenção que, em verso de folhas de rascunho, Nilton escreve em 30/04/1992 ao amigo, comentando acerca da “ausência de pesquisas inovadoras e competentes entre os docentes da FACED”, faz uma longa exposição sobre o tema, provavelmente referia-se a pesquisas tendo como referência o pensamento freireano.

Ainda percorrendo rastros de delicadeza no arquivo pessoal, observa-se que os eventos natalinos parecem ter sido momentos significativos para o professor, pela quantidade de guardados alusivos a essas comemorações. Dessas “festas de Natal”, manteve cartões que recebeu dos colegas e cópias dos roteiros das celebrações que aconteciam, conduzidas por ele, durante o tempo em que esteve como Diretor da instituição. Seriam essas celebrações natalinas uma prática efetivada em sua gestão? Teriam relação com sua história de vida, como uma herança do tempo em que foi sacerdote religioso? Quais os significados de promover festejos de Natal em uma instituição laica? Quando essas atividades foram abandonadas, considerando que hoje não existem mais?

Sobre esses eventos, localizei um poema de autoria do professor, “Natal hoje”, referente ao natal 1989 e dirigido à comunidade da Faced. Nos escritos em forma de versos, o discurso religioso mistura-se à adesão ao discurso político, ao trazer enunciados do passado para o

presente, assim, a história do nascimento de Jesus se funde às histórias de muitas crianças em situação de abandono no Brasil.

o eterno mistério  
de um deus marginal  
nascido em uma maloca  
de uma favela  
na periferia  
de então, em Belém  
E assassinado no Morro da Cruz  
de Jerusalém  
Renova-se hoje  
após dois milênios  
milhões de crianças  
são outros cristinhos  
sem pão, sem afeto  
sem cama, sem teto  
Juntando seus ninhos  
no lixo do centro  
da Vila Cruzeiro  
Da Ilha das Flores  
E então, professores,  
E então, funcionários  
E então, estudantes  
A estrela que brilha  
traduz esperança  
De alguma mudança?  
Aí fica a pergunta  
Aí fica o convite  
Enquanto andamos  
Ao brilho da estrela  
Ansiosos por vê-la  
Pousando em Belém  
Ouvindo mil anjos  
Que cantam o amém (1989).

A mensagem natalina, dirigida a servidores e estudantes da Faculdade, assume o tom de denúncia, em que, segundo o autor, hoje “são outros cristinhos, sem pão, sem afeto”, localizados em regiões periféricas de Porto Alegre, e de tantas outras cidades, que simbolizam a história do nascimento de Jesus. Por um lado, a permanência do pensamento religioso cristão, por outro, o engajamento nas causas sociais, o compromisso com as pautas de educação popular. Esses elementos se imbricam na construção do poema.

Ainda com relação aos cartões de Natal, Balduino guardou dois deles que foram enviados pelo Colégio de Aplicação para a Faculdade, um de 1989 e outro de 1992. O primeiro traz um desenho de um estudante do Colégio, na mensagem um destaque para o trecho “acreditamos que a competência e o sentido humano que emana do ‘alto’ de nosso prédio se aliará ao nosso “bom astral” e a positividade brilhará todos os dias, fazendo da nossa energia uma fonte de bem viver”, assina o Diretor Jorge Barreto. No cartão de 1992, assinado pela Diretora do Cap, Joyce Pernigotti, diz o seguinte:

gostaríamos de expressar o nosso reconhecimento pelo expressivo trabalho desenvolvido na direção da Faculdade de Educação e, em especial, agradecer o respeito e o carinho com que foram tratadas as questões relativas ao nosso Colégio. Não podemos deixar de mencionar as suas características pessoais de uma conduta ética, cuidadosa e sempre disponível para as nossas necessidades e pleitos... (1992)

É bem possível que fosse um protocolo de civilidades essa troca de cartões entre Direção da Faculdade e do Colégio, entretanto, observa-se um reconhecimento à pessoa do Diretor que parece ir além das palavras usuais que se usam por força do dever do ofício. No primeiro cartão, o destaque “à competência e sentido humano que emanam do alto do prédio”. Ora, a sala da direção localiza-se no nono andar do prédio azul, é lá que trabalhava Balduino Andreola. No segundo cartão, explicita-se o reconhecimento ao carinho e conduta ética do Diretor nas questões que envolviam o Colégio. Pode-se pensar que o titular deste arquivo pessoal, no lugar de Diretor da Faced, empenhou-se em construir um ambiente de harmonia nas tensas relações que historicamente envolviam duas instituições distintas que habitavam o mesmo espaço verticalizado.

Seguindo o tema do “Natal”, identificou-se outro bilhete da colega Beatriz Fischer junto a um texto intitulado “Meu natal”, de autoria



da professora Maria Bernadette Rodrigues. Ao final, Beatriz escreveu, “Baldô, Aldanei e Emílio: Feliz Natal! A Ivany e eu descobrimos este texto da Bernadette e achamos que deveria ser divulgado entre nós. Compareçam ao corredor do oitavo andar e vejam os demais textos dos colegas. Vale à pena ler!”. Então, o que se percebe é que havia um movimento dos docentes da Faculdade em torno da comemoração natalina, pouco comum atualmente, em que se exibiam textos escritos por eles, prática talvez fomentada por Balduino, mas que, possivelmente, não se restringia a uma atividade meramente institucional.

Para além dessas memórias acerca do Natal na Faculdade, Balduino guardou um cartão do Movimento Sem Terra com os dizeres, “ocupar, resistir, produzir também na educação, que em 1992 a gente possa assumir junto esta bandeira”, evidenciando sua afeição em relação à causa do MST.

E com relação ao final de sua gestão como Diretor da Faculdade, também há cartões de elogios ao seu trabalho que foram guardados. Em um deles, a colega Vera Moraes registra, “é bom trabalhar contigo!”. Conservou uma circular de dezembro de 1992, referente à solenidade de transmissão do cargo de Diretor para a professora Maria Isabel Bujes. Nesta circular, constam as informações sobre a confraternização de fim de ano, tal evento, que marca o fim do tempo da Direção de Balduino, aconteceu no Morro do Sabiá, um lugar à beira do Guaíba, lago que contorna a cidade de Porto Alegre. Ao final da folha, está escrito, “e que tudo floresça em 1993”, típico dos modos de expressão do titular do arquivo pessoal. O texto apresenta um detalhamento da atividade que seria realizada, destaca-se a promoção de “jogos, sorteios, homenagens”. Solicitam-se doação de brindes “que possam animar as atividades”, explica-se que haverá caronas e até o cardápio foi divulgado “galeto, costela, salsichão e saladas”. Por fim, na intenção de estimular a participação de todos os servidores, comunica-se “o preço está bem razoável: alguns pagarão um pouco mais para subsidiar, até mesmo isentando outros de pagamento.”

Nesses guardados, conservou o que para ele tinha valor. Reuniu memórias felizes em pequenos papéis, ordinários, singelos, despreziosos, que, precipitadamente, poderiam ter sido descartados. Não foram. Resistiram à passagem dos anos e hoje se anunciam como um “tempo de delicadezas”, voltando mais uma vez à canção de Chico Buarque que ilumina essa reflexões.

## O intelectual Balduino Andreola: redes de pensamento e de ação

A documentação salvaguardada permite reconhecer contornos de um intelectual, que construiu uma rede de laços em torno da epistemologia freireana, nas interfaces com as ações desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Alinhada às definições de Jean-François Sirinelli (2003), entendo o professor como um “intelectual mediador”, haja vista sua importância no lugar em que se constituiu como professor e pesquisador, a Faculdade de Educação/UFRGS. Lá, engajou-se na docência, gestão, pesquisa e extensão. Para melhor analisar as dimensões da intelectualidade nas diversas atividades que desenvolveu junto à Faculdade de Educação, escolhi documentos que se identificam às suas redes de pensamento e de ação e outros relacionados aos anos em que esteve à frente da Direção da Faculdade de Educação.

Nos últimos anos, observa-se uma compreensão mais alargada acerca do que vem a ser um intelectual e, por conseguinte, sua maior extensão. Por mais que se observe uma polissemia em relação ao termo, uma dificuldade de precisar uma definição, Leclerc (2004) entende que o conceito de intelectual implica no pertencimento a uma profissão intelectual, a uma posição institucional, atrelado à capacidade de engajamento. O professor atende a todas essas condições.

Portanto, a historiografia contemporânea abre espaço para personagens que não são mais os *grandes homens* do passado e sim aqueles e aquelas “de menor notoriedade, mas que tiveram importância enquanto viveram” (SIRINELLI, 2003, p. 246). Para o autor, esses personagens representam um “fermento para as gerações intelectuais seguintes, exercendo uma influência cultural e mesmo às vezes política” (p. 246). Sirinelli identifica textualmente os professores como intelectuais, em suas palavras, “são criadores ou mediadores de cultura em permanente via de mão dupla com os estudantes, pertencentes a um ofício cujo caráter tem por impressão o selo da intelectualidade” (2003, p. 242).

A intelectualidade de Balduino Andreola é tributária dos lugares em que esteve, ao longo dos anos de formação e de trabalho. Assim, as origens familiares, a experiência pregressa no sacerdócio religioso, os estudos de Paulo Freire, Emmanuel Mounier e Enrique Dussel produzem ecos em seus itinerários e comparecem fortemente em seu arquivo pessoal.

Considerando essas questões, minhas buscas lançaram luz sobre os papéis que põem em evidência o significado da obra de Paulo Freire nos percursos do professor, como grande referência epistemológica. Assim, o documento mais antigo localizado é uma entrevista concedida por Freire, à Revista Veja, em 1979, ano que marca o início da abertura política no Brasil, que, na sequência, autorizou o retorno de muitos exilados, entre eles, Paulo Freire. Deve ter sido uma entrevista memorável, a ponto de ter sido preservada no arquivo pessoal.

Ao seguir examinando a documentação, vejo a presença do “patrono da educação brasileira” em diferentes situações. Um desses momentos significativos é quando, no início da década de 1990, Balduino empenhou-se pessoalmente em buscar o reconhecimento de Freire na UFRGS. Assim, em 1992, diante de sua indicação ao Prêmio Nobel da Paz, o titular do arquivo pessoal envolveu a comunidade universitária na organização de listas de assinaturas favoráveis à designação. Conservou uma cópia da carta dirigida ao Reitor, dizendo “encaminho-lhe listas de assinaturas em apoio à proposta do nome de Paulo Freire como candidato ao Nobel da Paz.”

Em 1993, talvez na esteira da recomendação ao Prêmio Nobel, observa-se mais uma vez o protagonismo do professor no processo de concessão do título *Doutor Honoris Causa* a Paulo Freire na UFRGS, o que, de fato, aconteceu. Localizou-se uma carta enviada pelo professor a diversas unidades da Universidade em que explica a importância da honraria, tendo em vista o movimento internacional de condecorações a Freire por muitas Universidades, movimento este liderado pelo professor Peter McLaren, pesquisador norte-americano, estudioso da obra de Freire.

O processo de concessão do título *Honoris Causa* exige que se reúna uma série de documentos e, alguns deles, foram preservados neste arquivo pessoal. Assim, podemos ter acesso a cópia *de um fax*, modo rápido de comunicação nos anos 1990, em que Balduino solicita uma cópia do *currículum* de Freire, ao final deseja “lembranças à sua esposa”. E também consta o *currículum* que foi enviado por aquele que receberia a titulação.

Sabemos que houve a solenidade, pois o professor guardou um exemplar do Jornal da UFRGS referente às comemorações dos 60 anos da Universidade, quando Paulo Freire e Celso Furtado receberam o título *Doutor Honoris Causa*. Segundo documentos do Conselho da

Universidade (CONSUN), em 1993, a UFRGS tomou a decisão de conferir o título aos dois intelectuais, entretanto a cerimônia com a presença de Freire foi apenas no ano seguinte, em 20 de outubro de 1994. Chama a atenção, entre esses papéis, uma carta assinada por estudantes da Universidade, dirigida “aos organizadores do evento em homenagem ao professor Paulo Freire na UFRGS”, em que manifestam insatisfação, pois não puderam assistir o evento.

Podemos pensar que essas ações promovidas por Balduino, apoiadas pela comunidade universitária, foram fundamentais para que a UFRGS, hoje, possa se orgulhar de contar, entre seus *Doutores Honoris Causa*, com o nome de Paulo Freire, tendo sido a décima Universidade no Brasil a conceder a honraria. Sete anos antes, outra Universidade no Rio Grande do Sul, a UFSM, foi a primeira no Brasil a conceder a titulação<sup>75</sup>.

Mas as referências ao “Patrono” não são apenas essas, elas se fazem presentes, direta ou indiretamente, em tantos outros papéis que dizem muito do pensamento do titular deste arquivo pessoal. Balduino é um entusiasta dos movimentos populares, portanto, salvou do descarte impressos que dizem respeito às ações desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), nos anos 1980 e 1990, tendo por fundamento epistemológico o pensamento freireano. Então, em uma folha solta no meio de tantas outras, o que eu vejo? Uma cópia do “hino do MST”<sup>76</sup>, em seus versos diz, “vem, teçamos a nossa liberdade. Braços fortes que rasgam o chão. Sob a sombra de nossa valentia, desfaldemos a nossa rebeldia. E plantemos nesta terra como irmãos”. Posso imaginar que essas palavras caem fundo nos sentimentos de Balduino, pois sabemos de seu compromisso com as grandes causas deste Movimento.

Sobre a história do MST, cabe dizer, em poucas palavras, que sua emergência remonta a conflitos fundiários que emergiram no sul do país, no fim dos anos 1970, vinculado ao processo de modernização rural que provocou a expulsão de muitos camponeses de suas atividades originais. O entendimento era que a ocupação de terras seria um

---

75 <<https://www.pucsp.br/paulofreire/memoria-homenagens.php>>

76 O Hino do MST foi composto pouco tempo depois do 1º Encontro Nacional do movimento, realizado em Cascavel (PR), em 1984 – site memorial da democracia [http://memorialdademocracia.com.br/ajax\\_audio\\_extra\\_item/143](http://memorialdademocracia.com.br/ajax_audio_extra_item/143)

modo efetivo de pressionar os governos na busca por assentamentos. Contando com apoio de setores de esquerda da Igreja Católica, em especial da Comissão da Pastoral da Terra, entre 1980 e 1990, o MST desenvolveu diferentes ações, promovendo acampamentos, ocupações, marchas, caminhadas e romarias que costumeiramente se dirigiam das localidades do interior para a capital, chamando a atenção da opinião pública para o Movimento. Observa-se que esta temporalidade de intensas atividades do MST no Rio Grande do Sul coincide com um tempo importante de atuação de Balduino na Faculdade de Educação/UFRGS. Sendo assim, pensando que as pautas de educação, tanto para crianças, quanto para jovens e adultos, faziam parte dos investimentos do MST, esse pode ter sido o elo que promoveu o engajamento do professor nas lutas dos sem-terra, tendo como ancoragem teórica os postulados de Paulo Freire. Nesta perspectiva, há papéis que indicam o desenvolvimento de projetos de curso de capacitação de monitores para alfabetização de adultos nos assentamentos de agricultores sem-terra do RS. Em carta escrita pelo professor “aos coordenadores do Projeto Alfabetização de Adultos e Jovens nos assentamentos e acampamentos com o método Paulo Freire”, diz, “acho que a transformação neste país deverá nascer dos movimentos sociais populares, entre os quais se salienta muito o MST” e faz algumas sugestões.

Encontrei diversas reportagens da imprensa local referente à essa temática, algumas em papel jornal, outras em xerox. Elas não foram ordenadas na sequência temporal, mas faço aqui essa escolha por entender que situá-las na ordem do tempo permite que melhor rememoremos alguns fatos emblemáticos da história do MST no Estado. Assim, a primeira reportagem é do Jornal Diário do Sul, publicada em 1987, com a manchete “Uma didática visita dos sem teto à Universidade”. Pode-se pensar que o professor esteve à frente da organização desta atividade. Na Zero Hora de 28/11/1990, publicou-se a reportagem com a manchete “Paulo Freire entra na vida dos colonos”, evidenciando as aproximações entre o pensamento freireano e as bases ideológicas do MST. Duas notícias publicadas no Jornal Zero Hora, em 1991, foram guardadas, a primeira, do dia 25 de junho, com a manchete “Piora a situação dos colonos” e a outra, do dia 25 de agosto, dizendo “Eldorado do Sul, um projeto vitorioso de assentamento”. Naquele ano, houve uma forte mobilização dos trabalhadores sem terra que reivindicaram ao então Governador do Estado, Alceu Collares (PDT), o assentamento

de famílias acampadas na região, o que acabou acontecendo. Algum tempo depois, localizou-se o Editorial do Jornal Zero Hora de 11 de março de 1997, intitulado “Invasões Subsidiadas”, em que a empresa jornalística faz críticas ao MST. Entre os jornais guardados, está também um, intitulado “Agricultura Alternativa- ferramenta de trabalho e de luta”, uma publicação do Centro de Tecnologias Alternativas Populares, e também um Boletim da assessoria de imprensa do Gabinete do Reitor, dizendo “Tensão, tumulto e morte: sem terras ocupam praças chocam-se com a Brigada e matam soldado a golpe de foice”, em 1990. A intenção de expor manchetes dessas notícias é no sentido de apresentar um panorama daquilo que mobilizava o professor, a ponto de recortar a notícia e guardá-la por muitos anos. Há muitas outras reportagens da imprensa em seu arquivo pessoal, tema para ser apreciado em outros estudos.

Seguindo com a busca por papéis que compõem o conjunto documental referente ao MST, vê-se que guardou em cópia xerox um “Manifesto de apoio à Marcha pela Reforma Agrária, emprego e justiça”, organizada pelo MST, apoiado por nomes de Oscar Niemeyer, Beth Goulart, Bete Mendes, Leticia Sabatela, entre outros, de 1990. Preservou também a programação de um evento na Universidade de Brasília (UNB), “III Fórum sobre a participação das IES no processo de Reforma Agrária no Brasil” e um texto de José Saramago, falando sobre uma exposição de fotos de Sebastião Salgado sobre o Movimento Sem terra. Entre as ações desenvolvidas na Universidade em relação ao MST, constam documentos sobre a Bélgica e a relação com o MST, em especial o “Prêmio Rei Balduino”, concedido a quem se destacasse na contribuição para o desenvolvimento econômico e social em países do Terceiro Mundo. Balduino organizou um dossiê solicitando que a Faced recebesse essa premiação. Provavelmente, seu trabalho na pesquisa e extensão lhe oferecia condições de fomentar essas ideias.

Sobre as parcerias intelectuais, além da amizade com Nilton Fischer, observa-se a presença de outros colegas e estudantes, de diferentes lugares do país. Uma amostra é o artigo em xerox “Reforma Agrária brasileira, uma luta belga”, escrito por Marilene Felinto e publicado no Jornal Folha de São Paulo (28.01.1997) foi enviado para Balduino pelo colega da Faced, Nestor André Kaercher, com esses dizeres ao lado “Grande Balduino, impossível ler isso sem se indignar e não lembrar de

ti. Grande abraço do amigo Nestor André, 29.01.1997, observação: se a Folha de São Paulo é ‘progressista’ imagina aqui nos pampas da RBS<sup>77</sup>?”.

São incontáveis os documentos que evidenciam a participação de Balduino em eventos acadêmicos. Como exemplos, destaco que conservou cópia de um seminário organizado junto às Pró-Reitorias de Pesquisa e de Extensão e Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa, (FUNDEP), “A UFRGS e os movimentos sociais no campo uma agenda de pesquisa”. A fala do professor constituiu a Mesa “A pesquisa em ciências básicas e sociais” junto com Anita Brumer e Gelsa Knijnik. Guardou também o convite do PPGEDU para coordenar um seminário intitulado “Enrique Dussel e a Filosofia da Libertação”. Ainda um Boletim Movimento Paulo Freire, de 2003, “A mundialização do Fundo Mundial de Educação”, que consta uma entrevista com Jaqueline Moll, professora da Faculdade, tendo sido sua aluna. E chama a atenção ter guardado um documento do estudante de Pedagogia, Rafael Arenhardt, hoje também professor da Faced, referente à “solicitação de alteração de estrutura de estágio curricular obrigatório do Curso de Pedagogia”, coloca num postite um aviso para Balduino, Rafael e outra colega solicitavam a realização do estágio numa comunidade do MST, em 1997.

Outras lutas populares também mobilizaram o professor. Em 1987, houve uma grande mobilização de ocupação de conjuntos habitacionais que estavam abandonados por empresas em falência na região do Parque dos Mayas, no município de Alvorada, região metropolitana de Porto Alegre. Balduino preservou vários papéis referentes à ocupação, inclusive manuscritos. E na Faced organizou o “Seminário Parque dos Mayas Faced/UFRGS”, guardou uma lista de presença de 06/08/87, que nos permite conhecer que participou dessas discussões, destacam-se Petronila Beatriz Silva, Mari Foster, Malvina Dornelles, Renita Algarvez, Beatriz Fischer, Luzia Garcia de Mello, professoras da Faced.

Por fim, constam no arquivo pessoal convocatórias como esta “Jornada de luta pela terra 22 a 27 de julho Terra pra plantar, terra pra morar CUT”, um manifesto de apoio à Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça organizada pelo MST, papéis de propaganda do candidato a vereador pelo PT, Décio Schauren e uma Carta oficial da

---

77 O Grupo RBS é o proprietário do Jornal Zero Hora e mantém um canal de televisão, afiliado à Rede Globo de Televisão.

UFRGS, em que o professor deseja sucesso ao prefeito Tarso Genro “nas políticas educação freireanas adotadas no governo PT”.

## **Considerações Finais**

Nossos guardados conservam materialidades que nos sensibilizam, coisas inesquecíveis. Mignot e Cunha (2006) dizem que “guardar é diferente de esconder. Guardar consiste em proteger um bem da corrosão temporal para melhor partilhar, é preservar e tornar vivo o que, pela passagem do tempo, deveria ser consumido, esquecido, destruído, virado lixo” (p. 41).

Observa-se que o professor atribuiu valor a muitos acontecimentos e experiências e, disso tudo, manteve consigo lembranças materializadas em suporte papel. Nesses gestos, guardou-se também, e, altruisticamente, foi capaz de doar essas memórias com “inteira liberdade”, como ele mesmo diz. São papéis que sobreviveram à passagem do tempo e representam um desejo dele de preservar determinados enredos que o envolveram, assim como envolveram seus pares, evitando, assim, seu apagamento/esquecimento (CUNHA, 2019). Assim, como espaço de investigação histórica, o conjunto documental conserva uma memória autobiográfica, em meio às memórias Universidade e dos movimentos sociais. Talvez o maior fascínio esteja no fato do arquivo em questão transcender a existência de seu titular, pelos múltiplos cruzamentos incorporados em suas práticas de arquivamento pessoal.

As memórias da Universidade urdem-se à sua vida, a presença de papéis oficiais em meio a papéis ordinários, as grandes amizades, o carinho com a Faculdade, a perseverança nas ações que envolviam Paulo Freire, o engajamento com os movimentos sociais compõem um arquivo que representa a potência de uma vida. Pode-se dizer que praticamente todo o conjunto documental evidencia a presença de uma rede de afetos, como uma dimensão distintiva da identidade de Balduino, que reverbera no presente, ou seja, o arquivo é constituído por fragmentos de presença de um tempo que se foi e que ficaram esses signos sensíveis.



## Referências

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *O Tecelão dos Tempos: novos ensaios de Teoria da História*. São Paulo: Intermeios, 2019.
- ANDREOLA, Balduino. Entrevista ao Arquivo Faced/UFRGS, 2012.
- ANDREOLA, Balduino Antonio. Biografia intelectual de Balduino Antonio Andreola. *Revista Pedagógica*, v. 17, n. 36, p. 51-68, 2015.
- BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (org.). *Destino das Letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: EDUPF, 2003.
- COX, Richard. *Arquivos Pessoais: um novo campo profissional – leituras, reflexões e reconsiderações*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. Entre Netuno e Clio: primeiras aproximações às cartas do Almirante Henrique Boiteux (Santa Catarina/Século XX). *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, v. 3, n. 9, p. 900-911, set./dez. 2018.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. *(Des)Arquivar: arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente*. São Paulo: Florianópolis: Rafael Copetti Editor, 2019.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia da História. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2008.
- GOMES, Ângela de Casto. Nas malhas do feitiço: o historiador e o encanto dos arquivos privados. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.
- HEYMANN, Luciana. Arquivos Pessoais em perspectiva etnográfica. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana (org.) *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- LECRERC, Gerard. *Sociologia dos Intelectuais*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- LIMA, Valeska Alessandra de e ALMEIDA, Dóris Bittencourt. O Colégio de Aplicação/UFRGS e a difusão das classes experimentais secundárias: entre o arquivo e a memória oral (1959-1981). *Revista História da Educação*, v. 22, n. 56, p. 207-227, set./dez. 2018.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Papéis guardados*. Rio de Janeiro: Sirius, 2003.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. O carteiro e o educador: práticas políticas na escrita epistolar. *Revista Brasileira de História da Educação*, V. 5 n. 2, p. 45-69, jul./dez. 2005.
- MIGNOT, Ana Chrystina e CUNHA, Maria Teresa Santos. Razões para guardar: a escrita ordinária em arquivos de professores/as. *Revista Educação em Questão*, v. 25, n. 11, p. 40-61, jan. /abril 2006.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. *In.* PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. (Org.). *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou. São Paulo: *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 35-42, 1998.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In.* RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

## PARA NÃO ESQUECER: APONTAMENTOS DE UMA PROFESSORA, MÃE, MULHER E FILHA EM AGENDAS (1995- 2014)

### Um tipo documental raro...

Todo dia ela faz tudo sempre igual...

Cotidiano, Chico Buarque

Este texto analisa registros de Beatriz Daudt Fischer, professora aposentada da UFRGS e UNISINOS, em dezenove agendas, produzidas entre 1995 e 2014. Trata-se de um conjunto documental raro, cuidadosamente guardado e, generosamente, doado ao Arquivo da Faculdade de Educação/UFRGS, por meio do qual é possível reconhecer, na leitura das entrelinhas, diferentes lugares ocupados por Beatriz, ao longo de todos esses anos. Ao percorrer as páginas de cada agenda, percebem-se regularidades, identificadas ao cotidiano vivido. Um olhar aligeirado faz pensar, como diz Chico Buarque, que “todo dia ela faz tudo sempre igual”, entretanto, ao investir em miradas mais refinadas, pude perceber nesses apontamentos, que parecem triviais, evidências, às vezes sutis, às vezes explícitas, das mudanças de seus percursos de vida, em diferentes dimensões.

Beatriz nasceu em 1948, é natural de Novo Hamburgo, município da região metropolitana de Porto Alegre, colonizado por imigrantes alemães. Estudou Pedagogia na Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos), foi professora estadual, fez Mestrado em Fundamentos Sociais da Educação (Stanford University/EUA), em 1980, e Doutorado no PPGEDU/UFRGS, defendeu sua Tese em 1999. Com relação ao trabalho docente em universidades, fez concurso público para a Faced/UFRGS e esteve como docente vinculada ao Departamento de Ensino e Currículo, entre 1985 e 1995. Depois, ingressou na Universidade



**Figura 16** – Arquivo pessoal da professora Beatriz Fischer  
**Acervo:** Arquivo Faced/UFRGS

do Vale dos Sinos e lá continuou lecionando no Curso de Pedagogia e atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação, orientou doze Teses de Doutorado e dezoito Dissertações de Mestrado.

Há algum tempo, estimei-a a doar seus guardados para o Memória Faced. Em 2019, cedeu suas agendas, objetos deste estudo. E foi em 2020, durante meses difíceis da pandemia, que Beatriz separou muitos outros arquivos pessoais, representativos de seus percursos de docência e pesquisa. E então, me enviou essa mensagem:

Passo aqui para te dizer que encontrei uma pasta (tipo AZ) organizada, com recortes de jornal envolvendo: ensino público, docentes, história e histórias, entrevistas com filósofos e alguns sociólogos famosos nos anos 1990. Guardo essa pasta para o Arquivo da Faced? (Beatriz Fischer, 2020).<sup>78</sup>

E assim como essa, vieram várias outras mensagens. Fico a imaginar que a cada *descoberta* dos papéis guardados, Beatriz sentia vontade de partilhar a emoção com alguém, fui a interlocutora naquele momento de distanciamento social e, assim como ela, também vibrei ao vislumbrar a riqueza documental que iria habitar o Memória Faced<sup>79</sup>.

Diante de tantas possibilidades de investigação, escolhi aqui me debruçar sobre as agendas, apostando na potência e monumentalidade dessa espécie de cadernos de memória, aqui entendidos como arquivos pessoais, na clave do conceito de patrimônio educativo.

<sup>78</sup> Mensagem enviada para mim por WhatsApp, junho 2020.

<sup>79</sup> A descrição do arquivo pessoal de Beatriz encontra-se no capítulo 3.

Beatriz, pesquisadora em História da Educação, é uma guardadora contumaz. E assim, não se desfez de suas agendas, não apagou seus rastros no tempo, ao contrário, zelou por elas e por tantos outros papéis, mesmo quando não tinham mais valor de uso e entregou-os a um lugar institucional que continuará o trabalho de preservação. As agendas, no ato da doação, estavam em perfeitas condições, o que indica que foram cuidadas, três delas estavam unidas por um laço de fita, as de 1995, 1996 e 1997. Colou um *post-it* explicando que não existe a agenda referente ao ano de 1998, porque estava em afastamento da Universidade na Illinois University e, sobre o ano de 1999, escreveu “não encontrei a agenda”.

Entre os arquivos pessoais discutidos neste livro, talvez este seja aquele que, como pesquisadora, me coloque em posição mais vulnerável, considerando as redes de afeto que me aproximam de sua titular: professora com quem mantive interlocuções durante o mestrado e doutorado, arguidora da banca de minha Tese de Doutorado, colega pesquisadora em História da Educação, amiga que admiro e por quem tenho estima. E então, em meio a tantos atravessamentos de ordem subjetiva, seria possível investigar com rigor científico esses suportes de apontamentos cotidianos, tendo em vista que, em alguns deles, eu também estava envolvida? Quais os limites entre as implicações dos pesquisadores com *seus* objetos de estudo?

Ao andarilhar por cada ano, mês e dia das agendas, em um exercício de simultaneidade temporal, foi inevitável lembrar onde eu estava, o que fazia, enquanto Beatriz registrava seus compromissos. Assim, também pude puxar pelas memórias e lembrar que, em 1997, ano da terceira agenda, eu começava a meditar acerca da possibilidade do Curso de Mestrado e logo conheceria Beatriz, inicialmente por meio de seus escritos, o primeiro deles, um texto que me impactou “Foucault e histórias de vida: aproximações e que tais” (1997). Não me contive e busquei o ano de 2007, no mês de defesa de minha Tese de Doutorado, constatei que ela agendou o dia da defesa, pois foi uma das professoras examinadoras da pesquisa. Trata-se de uma anotação absolutamente corriqueira, mas, para mim, é dotada de significação pessoal, por representar a memória de um dia importante nos meus percursos acadêmicos, registrada em uma página da agenda de 2007, no mês de agosto.

Em meio a tantos atravessamentos, fiz um esforço em me concentrar *no que as agendas me diziam*, em vários momentos, fui tentada a telefonar para Beatriz e fazer perguntas acerca de questões que me pareciam enigmáticas. Não entrei em contato. De certa forma, enfrentei os mesmos dilemas que ela quando investigou os arquivos pessoais de outra professora, Nilce Lea. Em suas palavras, “devo desde já buscar informações por via de depoimentos de seus amigos e familiares? Ou devo aguardar primeiro os resultados de minha incursão percorrendo cada página ou recorte abrigado nesta caixa?” (Fischer, 2005, p. 72). Mas é ela também que oferece *uma chave de resposta*, como uma espécie de orientação, a qual sigo neste estudo de suas agendas,

de questão em questão, vou encontrando motivos para persistir nesta aventura, tentando estruturar um caminho que permita recolher detalhes, garimpar vestígios, quem sabe meros traços secundários de uma vida, enredada em outras vidas (FISCHER, 2005, p. 73).

Sabedora dessas sensíveis implicações que envolvem a imersão em papéis de pessoas com quem mantemos laços de afeto, decidi assumir os riscos, e enfrentá-los. Nesse campo de disputas, calou mais fundo o interesse pessoal em poder manusear e operar com esses escritos pessoais, muitas vezes, difíceis de se acessar.

## **Agendas, para quê?**

Antes de chegarmos às agendas propriamente ditas, convém refletir sobre seus usos. Afinal, por que fazemos esses registros? Quem as usa atualmente? O que fazemos com elas quando o ano chega ao fim? Identificadas comumente às demandas de trabalho e estudo, nelas marcam-se compromissos. Neste sentido, atuam como facilitadoras da memória, por permitirem lembrar, pelo exercício da escrita, aquilo que devemos fazer. Seu uso, portanto, intensificou-se à medida que a sociedade se complexificou, com o desenvolvimento urbano e de serviços, em que a aceleração do tempo e o acúmulo de tarefas profissionais, de estudo e pessoais, atreladas ao devir cotidiano, exigiram que as mesmas fossem anotadas para que não corrêsemos o risco de esquecê-las.

Entretanto, se observarmos pelas camadas do tempo, veremos, segundo Castillo Gomez (2001), que há uma genealogia que permeia as agendas, desde os séculos finais do medievo, em que começaram

a ser escritos livros de contas e diários. Essas escrituras, bem como as agendas contemporâneas em seus diferentes suportes, possibilitam que se registrem experiências de escrituras abertas, repletas de apontamentos variados, referentes às experiências vividas.

Assim, pode-se dizer que, à medida que o século XX avança, a utilização de agendas torna-se cada vez mais comum entre mulheres, à medida que essas ocupam outros espaços profissionais e de estudo, fora do ambiente doméstico. Agendas também invadem a formação dos estudantes, constituem-se em artefatos da cultura escolar contemporânea, seu uso é, muitas vezes, estimulado para registro de datas importantes do calendário letivo.

Tais artefatos são entendidos como ego-documentos e nutrem relações com diários íntimos, embora mantenham suas especificidades, ou seja, mesmo em meio a rápidos apontamentos, em geral de ordem profissional, podem-se perceber dimensões autobiográficas, outras faces daquele ou daquela que se põs a anotar para não esquecer. Cunha (2000) explica que, assim como os diários, agendas também são escritas com certa intimidade, ambos são “arquivos íntimos”, dispositivos textuais, que assumem um determinado tom confessional ao organizar a vida cotidiana pela escrita, em que pesem as singularidades de cada suporte de escrita. Neste sentido, Castillo Gomez (2001) explica que essas escrituras pessoais são como atestados dos itinerários de determinados sujeitos, em suas palavras “se trata de fuentes que el historiador no puede expulsar de su taller, salvo que quiera ser cómplice de determinados silêncios y olvidos” (2001, p. 16).

Entendendo-os para além das marcas pessoais, por meio do exercício de perscrutar agendas e diários, é possível reconhecer representações geracionais, traços de seus titulares, seus modos de viver, discursos circulantes, entre outros tantos aspectos observáveis. De acordo com Cunha (2000), “expondo dúvidas, *mil nadas*, fragmentos de memória pessoal, familiar, o trabalho com esse material torna possível dar visibilidade ao que estava destinado ao silêncio e ao esquecimento” (p. 160).

Portanto, agendas de outros tempos constituem-se em um tipo documental bastante atraente. Tal fascínio passa também pela questão de sua fugacidade. Elas conservam valor de uso, em tese, durante o ano para o qual foram editadas. Evidente, que, enquanto suporte de escrita que são, muitas vezes são utilizadas para outros fins, que não aquele de

registros cotidianos. Entretanto, este não é o caso de Beatriz, que foi fiel aos protocolos das agendas, pois são poucas as transgressões observadas.

Essas reflexões são relevantes para, a partir de agora, nos determos nas agendas de uma professora universitária, aqui tomadas como objeto de estudo. A partir de 1995 até 2014, Beatriz preocupou-se em produzir nelas diversos apontamentos, a maioria relacionados às suas atividades profissionais de docência e de pesquisa. É sobre esses registros que o texto se encaminha para analisar.

## **As agendas, por elas mesmas**

Ao analisar o conjunto documental, um dos primeiros aspectos que provocaram a atenção refere-se à preponderância da Marca Tilibra, estilo “Diplomata”, com capas de couro, em cor marrom, preta ou azul escuro. Em todas, o ano aparece timbrado na capa. Suas dimensões são sempre iguais, 17 cm largura por 23 cm altura, em formato brochura, confortáveis para carregar, manusear e também para guardar. Apenas duas não são dessa marca, a do ano 2003 e a última, de 2014, embora se confundam, pois conservam o mesmo estilo brochura, com capa de couro. A de 2014 apresenta dimensões um pouco menores e a que corresponde ao ano de 2003 é a única que a capa em couro traz uma composição com azul, cinza claro e vermelho, predominando o azul.

Entre 1995 até 2013, observa-se que a forma/conteúdo da agenda Tilibra pouco mudou. Contém uma folha de rosto mais firme, que Beatriz comumente usava para cópia de excertos reflexivos. A partir de 2001, esta agenda “diplomata”, logo após da folha de rosto, passa a apresentar um texto institucional, de caráter motivacional, dirigido ao titular da agenda. Com pequenas variações, o texto indica os usos da agenda e explica que, ao longo das páginas, encontram-se “dicas para vencer os desafios de viver motivado em um mundo onde a única certeza estável é a de que tudo vai mudar!” (2001). Ao final, recomenda-se a leitura atenta dessas orientações, seguida de uma advertência da importância do comprometimento pessoal com as mudanças. O desejo de “sucesso” encerra o texto e torna-se uma recorrência em todos os anos seguintes. A partir de 2006, essa narrativa inicial aparece suavizada, explica-se o propósito da agenda de “fazer do tempo um aliado” e orienta que o usuário “procure praticar alguns conselhos”. De 2010 em diante, insiste-se na responsabilidade pessoal pelo “seu sucesso” e, ao final, acrescenta, “lembre-se de que você merece ser



feliz”. Nesse tom, em 2011 diz “passe do choro ao plano de ação”. Em 2012, insiste na importância de “mudanças sérias” para o novo ano, apresentando o discurso da sustentabilidade, junto aos valores da “fé, esperança, caridade”. É possível que Beatriz pouco desse atenção a esses dizeres, mas talvez gostasse de ler as frases inspiradoras que aparecem em todas as páginas do lado direito, afinal, o fato é que ela fez a opção por permanecer com esta marca do suporte em que iria registrar fragmentos do cotidiano vivido.

Após o texto institucional, a agenda apresenta uma página para o preenchimento de dados pessoais, depois, os calendários do ano vigente e do ano seguinte, seguido de espaços para registrar aniversários, investimentos, orçamento pessoal anual. Antes de iniciar cada mês, consta um calendário mensal e um pequeno espaço para anotações dos compromissos. Em cada mês, uma ou duas páginas com o título “Programe-se”. Ao final, um lugar reservado ao “planejamento” do ano seguinte e registros de endereços e telefones. Encerra a agenda mais uma folha de rosto, também em papel firme. A partir de 2002, constam mapa-múndi, dos continentes e do Brasil.

Pelo exame dessas materialidades, pode-se dizer que, de modo geral, Beatriz seguia os protocolos estabelecidos, mas não totalmente. Muitas vezes, usou as páginas de aniversários, investimentos e programação, para registrar o que lhe agradava dos eventos acadêmicos que participava. Mas respeitava as marcações de compromissos nos dias certos, embora usasse os mesmos espaços para outras anotações de assuntos que considerou importante lembrar. Nota-se sua preocupação em preencher cuidadosamente os endereços e telefones de suas redes de afeto.

Em relação à personalização das capas das agendas, as de 1995, 1996 e 1997 apresentam um pequeno retângulo dourado, mas apenas a de 1995 tem o nome gravado “Beatriz T.D. Fischer - Tita”. Naquelas dos anos 2000 a 2003, destacou uma marca pessoal. Em 2000, colocou uma espécie de fita adesiva, com pequenos desenhos de frutas, algo meigo. Em 2001, colou um selo do Fórum Mundial de Educação<sup>80</sup>,

---

**80** Em 2001, entre 24 e 27 de outubro, Porto Alegre sediou o primeiro Fórum Mundial de Educação (FME), como uma das ações promovidas pelo Fórum Social Mundial (FSM). Reuniu mais de 15 mil educadores, estudantes, pesquisadores, militantes de diversas forças sociais e populares e representantes de mais de cem países de

que aconteceu no mês de outubro daquele ano. Em 2002 e 2003, as afinidades políticas de Beatriz Fischer se mostraram nas capas das agendas, pois, em 2002, colou um selo de propaganda política da eleição de Tarso Genro para Governador do RS, pelo Partido dos Trabalhadores<sup>81</sup>, junto com outro selo do Clube de Futebol Internacional, alusivo ao Dia Internacional da Mulher com os dizeres “Para a mulher colorada, todo o dia é Internacional”. Ainda em 2003, comoveu-me lembrar do Fórum Social Mundial<sup>82</sup> que ocorreu em Porto Alegre, tendo em vista que um selo deste grande evento atravessa a capa da agenda.



**Figura 17** – Arquivo pessoal da professora Beatriz Fischer  
**Acervo:** Arquivo Faced/UFRGS

---

todos os continentes. Tal evento voltou a acontecer em Porto Alegre em 2003 e 2004 (<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/f/forum-mundial-de-educacao>)

**81** Tarso Genro foi candidato ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Partido dos Trabalhadores, nas eleições de 2002. Entretanto, Germano Rigotto (PMDB) teve a maioria dos votos no pleito.

**82** O Fórum Social Mundial (FSM) é um evento que se constituiu como espaço alternativo ao Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Davos (Suíça). Portanto, é lugar de reflexão e troca de experiências acerca dos problemas sociais que afetam a humanidade. Propõe o desenvolvimento de uma globalização solidária, que considere as grandes questões sociais em meio às pautas da sustentabilidade. Porto Alegre recebeu o Fórum Social Mundial em 2001 em 2001, 2002, 2003 e 2005 (<http://forumsocialportoalegre.org.br/forum-social-mundial/>).

## Traçados de si nos apontamentos: a professora, a pesquisadora

Talvez os aspectos que compareçam com mais força nos apontamentos de Beatriz sejam o da docência e da pesquisa, por permearem todas as agendas, considerando o objetivo maior desse suporte de escrita que é anotação de compromissos cotidianos de trabalho. Entretanto, como já anunciado, percebem-se diferenças nos registros, tendo em vista os lugares profissionais em que esteve e sua migração para a Universidade do Vale dos Sinos.

Nas primeiras agendas, entre 1995 e 1997, especialmente na primeira, encontramos a professora imersa na produção de sua Tese de Doutorado, defendida em 1999<sup>83</sup>, pois lembrou em alguns momentos de “estudar em casa” (1995, 1996) e constam notas de suas buscas por documentos para a pesquisa, indicações de leituras, palestras que assistiu e aulas no Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRGS. Como exemplo, destaco o que escreveu nos dias 06 e 07/04/1995:

Fui ao CPERS: biblioteca (encontrei 3 livros mais ou menos e um em xerox que diz da fundação etc. há dados aproveitáveis). Vi as velhinhas do grupo “sempre ativas” (reúnem-se todas as quartas à tarde). Deixei recado para colocar no jornal Magister: “atuação das professoras que tenham se formado em 1945-55: favor entrar em contato comigo. Estou coletando histórias de seu tempo... a jornalista de lá. Ela disse pra eu levar também na Zero Hora Fui à Biblioteca Pública/seção RS. Vou retornar lá.

Fui à Secretaria de Educação. Visitei o Centro de Documentação, creio que ali vou encontrar fontes. As pessoas simpáticas, porém quase ninguém sabe a história do que se passou. “O CPOE, o que é isso?” (agenda, 1995)

Além disso, vêem-se outras evidências do desenvolvimento de sua pesquisa. Continuou investindo em visitas ao Centro de Documentação da Secretaria de Educação/RS, escreveu os dias das entrevistas com as professoras, no dia 30 de abril de 1997, anotou “telefonar para Zillah Totta<sup>84</sup> ou ir direto, ver endereço, levar flores”. Em todas as entrevistas,

---

**83** A Tese intitulada “Professoras: histórias e discursos de um passado presente”, defendida junto ao PPGEDU/UFRGS, em 1999, tendo a orientação do professor Balduino Andreola.

**84** Zillah Mattos Totta foi uma destacada professora rio-grandense que construiu sua trajetória, destacando-se em diferentes atuações no cenário educacional. Professora

teve o cuidado em presentear as entrevistadas com flores, gesto muito bonito.

Nessas primeiras agendas, vê-se sua intenção de marcar e comparecer às defesas de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado de seus colegas da UFRGS, em alguns casos fez apontamentos das arguições das bancas. Estamos falando de um tempo que poucos eram os docentes universitários com os títulos de Doutor, portanto, a maioria dos contemporâneos de Beatriz, investiu em sua formação acadêmica, em paralelo ao exercício da docência, assim como ela o fez.

Em 1996, Beatriz ingressou em uma nova fase profissional, passou a atuar como docente na Universidade do Vale dos Sinos, sendo, depois da defesa de sua Tese, integrada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade. Desse modo, a partir de 1997, observa-se um envolvimento cada vez mais intenso da professora com a Unisinos, passa a marcar reuniões, registrar datas de entregas de relatórios, anotar ideias dos seminários institucionais que participava, assim como, dias de férias e dias que trabalhava a mais e poderia, em outro momento, compensar. No dia 10/04/1997, por exemplo, escreveu o lembrete “nesta semana fiz dois turnos, além de cinco”.

E, em meio à produção da Tese e início das atividades na Unisinos, verifica-se a construção de redes acadêmicas que acompanhariam Beatriz por muitos anos. Assim, é forte a referência à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa (ANPED), com indicações das datas dos encontros anuais e prazos para envio dos trabalhos. Mas, além da ANPED, constam referências aos primeiros encontros da Associação Sul-Riograndense de História da Educação (ASPHE), entidade que agrega historiadores da educação e que Beatriz participou de sua criação. Em 1997, fez um registro do IV Encontro Nacional de História Oral, em um período de afirmação da metodologia entre os historiadores. A participação nesses eventos indica os movimentos de pesquisa de Beatriz Fischer, uma pedagoga que fez deslizamentos para o campo temático da História da Educação, em diálogos com a História Oral.

---

pública desde muito jovem, em 1963 esteve como Secretária de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. No ano seguinte, junto com outros educadores, fundou o Colégio João XXIII, em Porto Alegre. No período de 1981 a 1984, ocupou o lugar de Presidente do Centro de Professores do Estado (CPERS). Para maiores informações, ver Abraão, 2007.

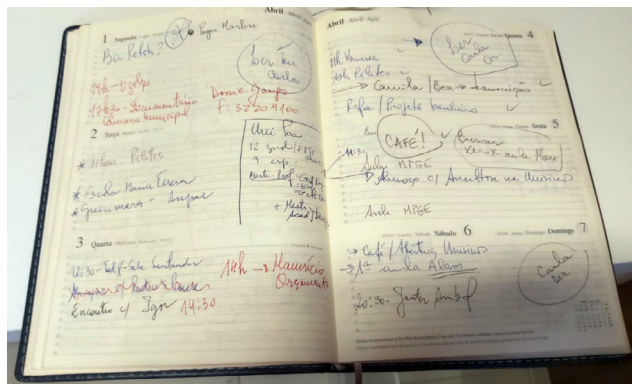
A partir do ano 2000, observam-se algumas mudanças, especialmente no sentido de Beatriz afirmar-se como professora pesquisadora junto ao PPGEDU da Unisinos. Sendo assim, ano a ano, as agendas mostram que se acentuam suas responsabilidades de trabalho. Como regularidades, escreve seus compromissos com aulas, viagens para participação de eventos científicos, correções de trabalhos de alunos, elaborações de artigos científicos, participações em bancas, leituras de teses e dissertações, orientações de mestrado, doutorado, trabalhos de conclusão de curso e iniciação científica, reuniões de colegiado, reuniões de linha de pesquisa, seleções para os cursos de Mestrado e Doutorado, submissões de projetos a agências de fomento à pesquisa, produções de relatórios. Em alguns feriados, escreveu que deveria produzir textos para determinados eventos ou corrigir trabalhos de alunos. Destaco alguns, do ano 2000:

05/03/2000 - último prazo comunicação ASPHE

09/04 Reunião professores questões debate: Como avaliar qualificadamente uma turma com 54 alunos?

11/04 Reunião com professores metodologia: O que é necessário de material para metodologia de Estudos Sociais?

07/05 Discussão sobre projeto pedagógico do Curso de Pedagogia (agenda, 2000)



**Figura 18** – Arquivo pessoal da professora Beatriz Fischer, agenda 2004  
**Acervo:** Arquivo Faced/UFRGS

O fortalecimento dela como pesquisadora implicou na participação de outras sociedades científicas, para além das já mencionadas. Assim, aproxima-se da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e passa a frequentar os Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHE). Também cabe destacar o envolvimento dela com a Sociedade Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica (Biograph), cujos encontros, Congressos Internacionais de Pesquisa (Auto) Biográfica (CIPA), Beatriz também se fez presente.

As demandas de trabalho parecem aumentar a cada ano. Neste sentido, em maio de 2003, registrou uma lista de “tarefas” que precisava enfrentar:

- escrever e inscrever pôster congresso internacional
- escrever trabalho completo para ISCHE<sup>85</sup> 15 maio
- ASPHE – escrever trabalho 5 maio
- pedir bolsista CNPq 28 abril
- escrever apresentação Linha: minha contribuição
- selecionar texto para ppg “terças”
- revisar lattes meu (agenda, 2003)

Neste sentido, em 2005, Beatriz registrou “ver revistas para publicar”, “quais textos eu tenho? quais preciso escrever?”. Em 2006, localizei os nomes de seus orientandos de Doutorado e de Mestrado, acompanhados dos prazos de suas defesas.

E rastreando os cadernos de memórias, localizam-se os projetos de pesquisa que desenvolveu na Unisinos. Em 2004, eram dois, “Prática pedagógica na universidade: pesquisando trajetórias docentes” e “Com o passado na frente: trajetórias escolares de alunos de ontem, hoje cidadãos”. Em 2009, escreveu o nome de outro “Histórias de professores/as em Novo Hamburgo e São Leopoldo (1930-2000): memórias e acervos”. Ao observar os temas que tangenciam, verifica-se a inscrição de todos no campo da História da Educação e o interesse da professora por trabalhar itinerários docentes e discentes. A partir de 2009, a introdução do tema dos acervos escolares indica outro foco de atenção,

---

**85** O ISCHE, Conferência Internacional Permanente de História da Educação, é um Congresso anual que reúne pesquisadores oriundos de diferentes países, é considerado um evento de alta relevância científica <<https://www.ische.org>>

considerando as discussões sobre cultura escolar e patrimônio educativo que tomavam força na História da Educação.

Cabe destacar que, entre os anos 2010 e 2011, fez anotações referentes à coleção que organizou “Tempos de Escola” (2011,2012). Trata-se de um conjunto de três livros com textos autobiográficos, produzidos por professores, em sua grande maioria, universitários, de larga trajetória, muitos deles reconhecidos por sua atuação junto à História da Educação. Assim, em 2010, ela escreveu a “lista dos autores da coleção”, “enviei convite em 4/11”, “enviei ampliação do prazo dia 23/12”. Em 2011, em alguns momentos, anotou “lembrar o prazo dos textos Tempos de Escola.”

Ainda, gostaria de dizer que Beatriz costumava registrar em todos os semestres a data da cerimônia de formatura do Curso de Pedagogia, o que faz pensar no seu apreço pelas estudantes nesses momentos emblemáticos da formação.

E, embora seu envolvimento com a Unisinos ocupe muito espaço em suas agendas, tudo indica que ela não abandonou a Faced/UFRGS, pois anotou sistematicamente vários eventos que lá aconteciam e que desejava estar presente. Em 2000, no dia 30/05, destacou “Faced literatura infantil sala 703”. Registrou as bancas que participou no PPGEDU/UFRGS e, em 2013, escreveu “num sábado – Guriás Faced!

As dimensões profissionais, que se traduzem nesses inúmeros apontamentos relacionados à docência e à pesquisa, indicam o quanto Beatriz envolvia-se com seu trabalho. E são esses mesmos apontamentos, às vezes uns sobrepostos a outros, que fazem pensar nos desafios da docência no ensino superior, no acúmulo de tarefas, claramente identificáveis em muitas páginas, especialmente nos últimos anos. Tantas demandas evidenciam o excesso de trabalho, pois precisava *se dividir* entre aulas, orientação, pesquisa e outras atividades que exigiam sua participação em diferentes instâncias da Universidade.

## **Outros traçados de Beatriz, em meio às agendas**

Ao explorar as agendas, encontrei outros modos de Beatriz se expressar, para além da professora e pesquisadora. Junto aos compromissos profissionais, esses suportes de escrita serviram para lembrá-la, por exemplo, dos cuidados com a saúde e com a casa. Beatriz é atenta às questões de sua saúde, sistematicamente não esqueceu as

datas de exames de rotina e idas a médicos, dentista e nutricionista. Preocupa-se também com as idas ao cabeleireiro. Este são cuidados consigo que se intensificam com o passar dos anos. Em 1996, entre uma lista de tarefas, escreveu “levar regime mais a sério”, “ginástica, idem”. À medida que o tempo avança, ela parece ter encontrado espaço na sua vida para a prática de caminhadas e do exercício de pilates, pois anota todos os dias que fazia.

As faces de Beatriz, enquanto mãe de Gustavo e de Janaína e filha de Bila, hoje uma senhora centenária, também comparecem nas agendas. Entre registros mais antigos, as referências aos filhos são mais constantes, por exemplo, assinala uma viagem de Gustavo à Europa em 1995, e então ficamos sabendo que ele passou por diversos países, pois ela escreveu na agenda, diariamente, os lugares em que ele estaria, bem como os horários dos voos, em 6 de agosto, “saída Gu, SP, 22h”, em 22 de agosto, “Roma”, em 24 de agosto, “Veneza”, em 5 de setembro “saem de Paris às 11h30, chegam em Londres.” Neste mesmo ano, escreveu no dia 21 de abril, “feriado – sair com minha filha querida”. Dois anos depois, era Janaina quem viajaria para Recife, Beatriz anotou o nome do hotel de hospedagem, e também os números do quarto e do telefone de contato. Nessas agendas dos anos 1990, seus filhos eram adolescentes, demandavam maior atenção, talvez por isso apareçam mais nas anotações da mãe.

Os cuidados com a organização doméstica também são indícios de suas preocupações, pois escrevia lembretes para si mesma. Beatriz costumava fazer listas das “tarefas” para não esquecer:

Tarefas para 1995 – na casa

- pintar parede da sala
- comprar tapete
- quadros de fotos antigas
- resolver cristaleira onde colocar
- comprar duas cadeiras de aproximação
- quebrou a luz da sala - comprar
- abajur sala TV
- arrumar gavetas!
- colchão Janaina
- quadro de Monet moldura – riscou
- almofadas para a sala de baixo



- almofadas para quarto Ina – riscou
- Berger quarto Ina – riscou
- mesa de vidro – ver Tok Stok (agenda, 1995)

Ao observar as outras agendas, constata-se que sua preocupação com a organização da casa persiste, e também comparecem as datas de reuniões de condomínio, embora todas essas sempre em proporção muito menor que os apontamentos de trabalho.

À medida que o tempo passa, os filhos tornam-se adultos e, pouco a pouco, deixam de estar tão presentes nos cadernos de memórias, entretanto, crescem os cuidados com a mãe, a “vó Bila”, como Beatriz se refere a ela em diversos momentos. Assim, registra em 02 de março de 2009, “90 anos da mãe” e, a partir daí, ano a ano, anota a data do aniversário, como na agenda de 2013, “vó Bila, 94 aninhos!”. São muitos os envolvimento com a mãe, a partir de 2005 escreve frequentemente “buscar a mãe em NH”, “levar mãe para NH” (Novo Hamburgo), da mesma forma que apontou todas as vezes que levou à mãe a médicos. Na última agenda, de 2014, outro personagem aparece na vida de Beatriz, o cãozinho Picuxo, há lembretes de fazer tosa e aplicar vermífugo.

Mas as agendas não são ocupadas apenas com a marcação de compromissos de trabalho, de cuidados com a casa, familiares e de saúde. Há lugar também para expressão da socialização de Beatriz que cultivava amizades por onde passa, assim, marca eventos sociais com as amigas da cidade de origem, os encontros com as “gurias de Noia” ou “chá com as gurias Noia”<sup>86</sup>. Também se observam anotações de “happy hour”, festas, jantares com colegas da Faced e da Unisinos. Beatriz é atenta com seus afetos, pois registra cuidadosamente as datas de aniversários, para não esquecer.

Vale examinar o que Beatriz escolhia para introduzir suas agendas, ou seja, as reflexões que escolhia como *chaves de abertura*, reveladoras de seus interesses e de suas posições frente à vida. Primeiramente, cabe dizer que se localizaram essas frases de impacto em quatorze agendas, apenas não se encontram nos anos de 1995, 1997, 2000 e 2001. Sendo Beatriz uma estudiosa do tema da memória, não chega a surpreender a quantidade de meditações acerca do tema, que se encontram as agendas de 1996, 2004, 2005, 2008, 2009, 2010, 2011, 2013 e 2014.

---

<sup>86</sup> Referência de Beatriz à cidade de origem, Novo Hamburgo.

Por meio da literatura e da psicanálise, Beatriz expõe seus entendimentos acerca do fenômeno memorial, capturado em suas múltiplas dimensões temporais. Usa frases do poeta Mario Quintana, “o passado é uma invenção do presente. Por isso é tão bonito sempre, ainda quando foi uma lástima. A memória tem uma bela caixa de lápis de cor” (agenda 2004). Nesta perspectiva, copiou trechos de Monteiro Lobato das “Memórias de Emília”, com destaque para a fala da personagem “minhas memórias, explicou Emília, são diferentes de todas as outras. Eu conto o que houve e o que deve haver” (agenda 2005). Seguindo pelos caminhos da literatura, destacou reflexões do escritor Moacyr Scliar, “para alguns, mesmo não muito velhos, o rio da memória é um curso de água barrenta que flui, lento e ominoso, trazendo destroços, detritos, cadáveres, restos disso ou daquilo; para mim, não: é uma vigorosa corrente de água límpida e fresca” (agenda 2009). E palavras de Ferreira Gullar, retiradas da Folha de São Paulo em 2011:

e me pergunto, de que afinal somos feitos, se de matéria ou de memória. Mas, veja bem, memória não é passado? Tendo a pensar, fora da lógica aparente, que tudo é presente, todo o vivido, só que, em geral, estamos ocupados demais com o agora para nos darmos conta disso (Ferreira Gullar, 2011).

Do campo da Psicanálise, ela reproduziu o pensamento de Diana Corso, ao dizer que “ao chegar ao mundo, já nos aguardam as histórias de nossos pais e antepassados, seus segredos e anseios: somos obras abertas, influenciadas pelo que dizem de nós, para nós e conosco”, retirado do Jornal Zero Hora (agenda 2008). E até na última agenda, de 2014, o tema comparece com observações de Eduardo Galeano<sup>87</sup> e de Marta Medeiros que diz em uma crônica, “temos um esplêndido passado pela frente. Para os navegantes com desejo de vento, a memória é um ponto de partida”<sup>88</sup> e complementa “temos que nos narrar para os outros e para nós mesmos, a fim de sermos compreendidos. Somos todos escritores, só que uns escrevem e outros não, já dizia José Saramago. Tudo o que parece inventado flerta com a verdade.”

---

<sup>87</sup> Eduardo Galeano, *Palavras Andantes*, 1994, p. 96

<sup>88</sup> Crônica de Marta Medeiros, 23/2/14, *Jornal Zero Hora*.

Portanto, ao comparar todos esses pensamentos, percebe-se, primeiramente, que as escolhas não foram aleatórias, que ela copiou enunciados com os quais se identificava. Em comum, a ideia de pensar a memória em suas capacidades inventivas, evada de subjetividades, como uma espécie de fabulação do passado, que se materializa na narrativa. Também o princípio que a memória é uma produção no tempo presente, ele a indicar que memórias construímos acerca do passado, mas que também contempla a perspectiva do futuro.

Todavia, esses escritos iniciais nas agendas não são apenas sobre a memória. Verifica-se a presença de excertos de Gaston Bachelard, Georges Duby, Patricia O'Brien, Edgar Morin, Michel Mafessoli, Eric Hobsbawn, entre outros. De Bachelard, Beatriz a destaca “ocorre sempre assim: na ordem da filosofia só se persuade sugerindo-se sonhos fundamentais, dá-se ao pensamento suas avenidas em sonhos” (agenda, 2005). De Duby, a frase “vestígio de um sonho não é menos ‘real’ do que um passo. Eu creio que o imaginário tem tanta realidade quanto o material” (agenda, 2004). De O'Brien, uma reflexão sobre Foucault, ao dizer que o filósofo “não tinha uma teoria fixa ou uma posição imutável com relação às quais todas as coisas podiam ser medidas” (agenda, 2005). Em 2008, a frase de Morin<sup>89</sup>, “a vida não deve ser uma prosa que se faça por obrigação. A vida é viver poeticamente na paixão, no entusiasmo”. E, em 2009, as frases de Mafessoli “é isso o ritmo da vida. Ver longe, atrás para ver longe à frente” e “contar e recontar para presentificar o passado. Toda a memória tem algo de épico”. Ressalto também o que copiou de Hobsbawn<sup>90</sup>, “Quase todos os jovens crescem num presente contínuo sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem” (agenda, 2012). Nesses últimos, mais uma vez a referência à memória em diálogo com o tempo.

Aquela que escreve este texto se comove com a agenda de 2003, que é inaugurada com frase de Luis Inácio Lula da Silva, “pensar com a sua cabeça, andar com suas próprias pernas, ouvir o que diz o coração” (1/1/2003), provavelmente retirada de seu discurso de posse, em seu primeiro mandato como Presidente da República. Tal inscrição na

---

<sup>89</sup> Ela escreve que a frase foi retirada do livro de Edgar Morin “Os 7 saberes necessários à educação do futuro”.

<sup>90</sup> Beatriz registra que a frase consta no livro de Eric Hobsbawn “A Era dos Extremos”, 1995.

agenda é um indicativo das convicções políticas da professora e de suas esperanças de um país melhor, com perspectivas de justiça social. Nesta linha de pensamento, observa-se, em 2007, essa frase sem autoria “lutar pela diferença quando a igualdade padroniza. Lutar pela igualdade quando a diferença inferioriza (boa)”.

Quero ainda falar sobre algumas frases escritas por Beatriz, em que os sentidos maiores da existência comparecem com força, como ela diz em 2006, “honrar a vida!”. Desse modo, de Rubem Alves, ela escreve “a ordem do poder é a ordem do amor. Sem o amor, o poder é estúpido. Sem o poder o amor é fraco, mas quando os dois se encontram, vem a alegria” (agenda, 2003). De Guimarães Rosa, vem a reflexão de abertura da agenda de 2004, “o correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e desinquieta, o que ela quer da gente é coragem”. Prosseguindo, é Oscar Wilde quem aparece em 2005, com essas palavras, “quando uma pessoa encara a vida de um ponto de vista artístico, o cérebro passa a ser um coração”. Em 2011, uma ideia sem autoria, “felicidade é como uma borboleta, quando você quer pegá-la, ela foge, mas se você sentar-se sem preocupação ela pode pousar em você.” Tarefa muito difícil, quiçá impossível para mim, tentar qualquer inferência sobre o porquê dessas escolhas para abertura das agendas, sem pensar na *pessoa Beatriz*. De qualquer modo, se examinarmos exclusivamente o que escolheu para introduzir, como janelas abertas para o novo ano, vemos uma mulher que cultiva amores e alegrias, dotada de bom humor, que reconhece a vida como *um presente*.

E, por fim, dedico algumas palavras para refletir acerca do que Beatriz guardou dentro das agendas. Não há uma quantidade considerável de papéis, talvez tenham sido retirados, mas alguns permaneceram e me parece que não devem ser ignorados neste texto. Na primeira agenda, de 1995, conservou um bilhete com uma reflexão escrita para ela, desejando um “feliz 1995”, acompanhado de um poema sobre mulheres, de Adélia Prado. Ainda naquele ano, manteve uma mensagem intitulada “Carta a Deus”, lembrança da missa por ocasião da formatura do Curso de Pedagogia. Por meio desse guardado, ficamos sabendo da existência dessas cerimônias religiosas em uma instituição

pública. Em 1997, uma imagem de Padre Reus<sup>91</sup>, com oração e um postite com uma “oração a São Miguel”. Na agenda de 2001, estão vários papéis, um que divulga o VII encontro da ASPHE, em que ficamos sabendo que seria discutido do tema “história das instituições escolares, da alfabetização, as memórias e o arquivo”. Também imprimiu e guardou um longo e-mail do filho, de caráter íntimo. Ainda, outra divulgação “Século XX em discussão”, referente a um curso proferido por Donaldo Schuller. Guardado está um papel com os horários de ônibus que faziam o deslocamento entre Porto Alegre até a Unisinos. Em 2008, ficaram na agenda uma circular da Unisinos, uma nota de devolução de livro da biblioteca da Universidade, um anúncio do livro “Histórias de vida e formação de professores”<sup>92</sup>, seu cartão da Universidade, uma folha com os nomes dos candidatos ao mestrado e doutorado e uma anotação de um livro “A impostura do mestre”, de Marcelo Ricardo Pereira. Em 2010, constam um guardanapo decorado com imagens da França, uma propaganda da Unisinos e uma folha com a letra de Beatriz, escrito “perfil: produção, publicações, capacidade para orientação, docência graduação e pós, expectativa com a gestão”, ao lado de cada categoria, uma coluna para marcação. Seriam essas as exigências que se esperava de um docente da Unisinos? Ainda, uma crônica bem conhecida do jornalista Paulo Santana “Aos mestres com carinho”, publicada no Jornal Zero Hora. Em 2012, um texto “Formação interdisciplinar”, de Renato Janine Ribeiro, retirado da Folha de São Paulo e uma parte de um cronograma de aulas de Ensino de História, provavelmente para o Curso de Pedagogia. E, emblematicamente, na última agenda uma charge do personagem Armandinho criticando o baixo salário dos professores.

---

91 João Batista Reus foi um padre jesuíta teuto-brasileiro que construiu sua trajetória missionária na cidade de São Leopoldo, junto ao Vale do Rio dos Sinos.

92 Trata-se de livro “História de Vida e Formação de Professores: diálogos entre Brasil e Portugal”, de autoria de Inês Ferreira Bragança, editado pela EDUERJ, 2012.



**Figura 19** – Arquivo pessoal da professora Beatriz Fischer, agenda 2012  
**Acervo:** Arquivo Faced/UFRGS



**Figura 20** – Arquivo pessoal da professora Beatriz Fischer, agenda 2014  
**Acervo:** Arquivo Faced/UFRGS

A mirada para esses cadernos de memória permite movimentos de aproximação de sua titular. Por meio de indícios, vê-se que, além dos compromissos profissionais, houve espaço nas agendas para outros traçados de sua titular, manifestos nos cuidados com a saúde, com a casa e com a família. Houve espaço também para expressar suas convicções e sensibilidades acerca de diversos temas que a mobilizavam.

## **Fim das agendas?**

Ao concluir este texto, sou tomada de um sentimento de gratidão diante daquela que permitiu sua concretização. É preciso cultivar reverência a quem nos deixa adentrar em seus escritos íntimos para, por meio deles, produzir novos conhecimentos.

Ao decidir investigar as agendas de Beatriz, assumi os riscos de ser enfeitiçada por elas (GOMES, 1998), de talvez não conseguir me afastar o suficiente para pesquisá-las com algum distanciamento. Fiz uma tentativa, em um terreno marcadamente movediço, pelas implicações afetivas daquela que aqui se põe a escrever.

“Todo dia ela faz tudo sempre igual” parecer ser uma máxima que acompanha a produção de nossas agendas, afinal, nelas o devir do cotidiano se materializa em palavras que indicam sistematicamente nossas responsabilidades, muitas vezes atreladas às exigências do trabalho. Pensando em Beatriz, como poderia ser uma boa professora e pesquisadora sem fazer uso de agendas que funcionavam como suportes de memórias? Mas também se pode estimar que “todo dia ela não fez tudo sempre igual”, pois somos seres mutantes, nos transformamos e nos reinventamos à medida que o tempo passa. Perscrutar as páginas de cada agenda permitiu um exercício de percepção das sutilezas da existência dessa mulher, professora, pesquisadora, mãe e filha.

## Referências

- ABRÁAO, Maria Helena. Zillah Mattos Totta: síntese da educação e do educador. *Educação*. Porto Alegre, ano XXX, n. especial, p. 321-344, 2007.
- CASTILLO GOMEZ, Antonio. *Cultura Escrita y classes subalternas: una mirada española*. Oiartzum, Sendoa: España, 2001.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. Diários íntimos de professoras: letras que duram. In. MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos (org.). *Refúgios do Eu: educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.
- FISCHER, Beatriz Daudt. Foucault e histórias de vida: aproximações e que tais. *Revista História da Educação*. v. 1, n. 1, p. 5-20, jan. /jun., 1997.
- FISCHER, Beatriz Daudt (org). *Tempos de Escola*. Apresentação. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- FISCHER, Beatriz Daudt. As caixas de papel de Nilce Lea: memórias e escritas de uma simples professora? *Revista História da Educação*, Pelotas, v. 9, n. 17, p. 69-80, jan. /jun., 2005.
- GOMES, Ângela de Casto. Nas malhas do feitiço: o historiador e o encanto dos arquivos privados. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.



Oração ao Tempo.  
(...) Compositor de destinos  
Tambor de todos os ritmos  
Tempo, tempo, tempo, tempo  
Entro num acordo contigo  
Tempo, tempo, tempo, tempo (...)

Caetano Veloso

Ao terminar a leitura da obra de Dóris, fica um enorme desafio para conversar com seus leitores. O que destacar, o que dizer, ...

Inicialmente, gostaria de agradecer o convite para fazer o posfácio de seu primeiro livro com sua autoria exclusiva. É prevenir o leitor de que sou suspeita nessa tarefa. Acompanho a autora desde o seu Mestrado em Educação, de que tive o privilégio de ser orientadora. A partir desse momento, foram inúmeras parcerias, escritos conjuntos, projetos de pesquisa, viagens para eventos acadêmicos, organização de livros. Enfim, construímos uma sólida amizade que extrapola o espaço institucional da UFRGS.

Durante a leitura, me senti cada vez mais integrante dessa proposta de constituição do Arquivo histórico da Faculdade de Educação e Colégio de Aplicação/CAP da UFRGS. Não querendo ser piegas, mas o livro me marcou muito como pessoa, docente e pesquisadora. Minha história com a instituição começa em 1966, quando cursei o clássico nessa escola e participei da inauguração do “palácio azul”, no primeiro dia de aula (expressão com cunho pejorativo, pois reunia o Departamento de Didática do então Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/IFCH, que era considerado o reduto de mulheres) e fui aluna de Luzia Garcia de Mello; quando fiz a formação docente da Licenciatura do curso de História/IFCH; quando ingressei como professora polivalente, recém-formada, como a professora Isabel Loss, do CAP (março de 1973); quando em 1978 passei a integrar o corpo docente da Faced, convivendo com Beatriz Fischer e Balduino Andreola e tantos outros. Além disso, participei como historiadora do projeto Pró-Memória da UFRGS, coordenado pelo professor Pery Pinto Diniz,

nos finais dos anos 1980, com o objetivo de que cada unidade pensasse a conservação do seu acervo documental, com a participação das bibliotecárias responsáveis pela direção das bibliotecas setoriais, no caso da Faced, Helena Osório. Nessa tarefa, o “arquivo morto”, como era chamado erroneamente, se torna um *Arg-Vivo*, com um espaço na biblioteca para guardar livros clássicos, revistas, e inúmeros outros documentos, que permanecem até hoje. Mas por décadas a ideia não frutificou.

O projeto de Dóris e sua equipe tem o mérito de avançar muito na ideia de organização de arquivos – institucionais, pessoais, orais, arquivos, ... , em síntese, em cada página desse livro, várias gerações de professores, alunos e funcionários tem suas histórias e de seus colegas presentes.

Considero que “Percurso de um *Arg-Vivo*: entre arquivos e experiências na pesquisa em História da Educação” (não só) tem duas intenções explícitas – destacar a importância das instituições educacionais conservarem a memória de seus integrantes, especialmente na parte 1 – “Raspas e restos me interessam”, e de espaço de formação docente, discente e de pesquisa, como Dóris explicita na parte 2 “De memórias fizeram-se histórias”. A autora aborda a importância de “cativar” professores (eu já o fiz, doando documentos de minha trajetória no CAP, no PREMEM, Pericampus, do DEE e do DEBAS) e também alunos e ex-alunos a doarem seus guardados, especialmente diante de uma aposentadoria e/ou decorrente de falecimento, que as famílias nem sempre dão o devido valor histórico e pessoal de décadas de ofício docente.

A obra de Dóris irá se tornar um clássico para colaborar e orientar outras instituições em conservarem seu patrimônio histórico-educativo e, especialmente, para a formação de futuros professores pesquisadores.

Ao leitor que finalizou essa leitura, espero que tenha sido tocado para a importância do passado-presente e da memória que alimenta nosso presente e futuro.

Maria Helena Camara Bastos  
Torres, verão 2021.



**Dóris Bittencourt Almeida** é Professora Associada II de História da Educação da Faculdade de Educação/UFRGS. Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU/UFRGS), com pós-doutorado desenvolvido na Universidade Estadual de Santa Catarina. É uma das Editoras-chefes da Revista História da Educação, líder do Grupo de Pesquisa/CNPq “Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação”, vice-líder do Grupo de Pesquisa/CNPq “Educação no Brasil: memória, instituições e cultura escolar”/EBRAMIC. Atua na Linha de Pesquisa “Educação, Culturas e Humanidades” do PPGEDU/UFRGS, com ênfase em pesquisas e orientações inscritas no campo temático de investigações da História da Educação. Participa da RIDPHE (Rede Iberoamericana para a investigação e a difusão do patrimônio histórico-educativo).

**E-mail:** [almeida.doris@gmail.com](mailto:almeida.doris@gmail.com)

Com um título sugestivo – **Percursos de um Arq-Vivo: entre arquivos e experiências na pesquisa em História da Educação** – a autora reúne artigos que são resultado de sua gestão e intervenção, como historiadora e professora, no Arquivo da Faculdade de Educação da UFRGS, em Porto Alegre. Apresentados em duas partes, os textos abordam a prática arquivística e seus desdobramentos na historiografia do tempo presente e seguem, delicadamente, tratando de vários materiais/documentos ditos ordinários (cadernos, agendas, bilhetes, recortes, anotações variadas) que integram arquivos pessoais de professores e professoras que atuaram na UFRGS e que se dispuseram a deixar seus guardados e, em muitos casos, seus depoimentos orais sob os cuidados desse Arquivo agora dado a ver e aberto a consultas.

**Maria Teresa Santos Cunha**

O projeto de Dóris e sua equipe tem o mérito de avançar muito na ideia de organização de arquivos – institucionais, pessoais, orais, arquivos, ... , em síntese, em cada página desse livro, várias gerações de professores, alunos e funcionários tem suas histórias e de seus colegas presentes. (...)

A obra de Dóris irá se tornar um clássico para colaborar e orientar outras instituições em conservarem seu patrimônio histórico-educativo e, especialmente, para a formação de futuros professores pesquisadores. Ao leitor que finalizou essa leitura, espero que tenha sido tocado para a importância do passado-presente e da memória que alimenta nosso presente e futuro.

**Maria Helena Camara Bastos**

